



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

CARLOS MARTINS CARDOSO LIMA

**CAMINHOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O CASO DA ESCOLA
MUNICIPAL PARQUE VERDE, CAMAÇARI - BAHIA**

**Salvador
2021**

CARLOS MARTINS CARDOSO LIMA

**CAMINHOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O CASO DA ESCOLA
MUNICIPAL PARQUE VERDE, CAMAÇARI - BAHIA**

Dissertação de Mestrado apresentada à banca realizada no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social na Universidade Católica do Salvador, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Maina Pirajá Silva

**Salvador
2021**

TERMO DE APROVAÇÃO

CAMINHOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL PARQUE VERDE, CAMAÇARI - BAHIA.

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Salvador, 30 de setembro de 2021.

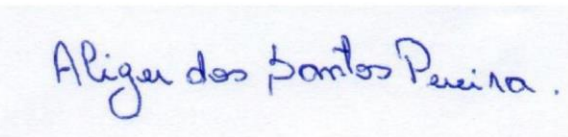
Banca Examinadora:



Prof.ª Dr.ª Maina Pirajá Silva
Universidade Católica de Salvador / UCSal (Orientadora)



Prof.ª Dr.ª Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi
Universidade Católica de Salvador / UCSal (Examinadora interna)



Prof.ª Dr.ª Aliger dos Santos Pereira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia –
IFBA/Universidade do Estado da Bahia – UNEB (Examinadora externa)

*Os que lutam
Há aqueles que lutam um dia; e por isso são bons; há aqueles que
lutam muitos dias; e por isso são muito bons; há aqueles que lutam
anos; e são melhores ainda; porém há aqueles que lutam toda a vida;
esses são imprescindíveis.*

Bertolt Brecht

AGRADECIMENTOS

Há tempo para todas as coisas!
“Tudo tem o seu tempo determinado,
e há tempo para todo o propósito debaixo do céu”.
Eclesiastes 3:1

Para além destas palavras escritas, espero encontrar a melhor forma e o melhor momento para dizer a todos o quanto estou agradecido e o quanto sinto que, a todos, devo um bocadinho deste trabalho. Seria impossível, entretanto, nomear todas as pessoas que me ajudaram nessa jornada. Minhas desculpas aos que não foram citados, mas minha eterna gratidão a todos que possibilitaram a execução desse trabalho.

A todos da minha família, em especial meus pais, Carlos Alves Lima e Lourides Silva Cardoso Lima, por todo amor, ajuda, compreensão, exemplo de vida que me guiaram pelo caminho do bem, me deram base para que eu possa proporcionar um futuro promissor, me mostraram que respeito e dedicação são essenciais a vida e que devemos sempre lutar pelo que queremos.

Agradecer todo apoio à Valdeci Martins, por suas palavras de incentivo, compreensão e por ter me ajudado bastante nas planilhas do excel (Risos), aos queridos filhos Heloisa Martins e João Carlos Martins, vocês são inspirações do papai que te ama muito!!!

Aos colegas do “Escritório”, mesmo no *Google Meet*, *WhatsApp* vocês são resenhas, inspiram energia positiva, emitem uma alegria que é contagiante, vão me desculpando pelos muitos momentos de ausência.

Ao meu grupo de colegas do mestrado agradeço toda a colaboração. A Universidade Católica do Salvador e aos professores do Mestrado em Planejamento Ambiental e Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, em especial ao Prof. Dr. Moacir Santos Tinoco por suas contribuições em Políticas Públicas, pelo tratamento afável e pelo intercâmbio de conhecimentos e experiências proporcionados.

A todos os professores, gestores, coordenadores e aos meus queridos alunos da Escola Municipal Parque Verde pela cooperação, pois sem eles não teria sentido este trabalho.

À Prof. Dra. Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi (UCSAL), e à Profa. Dra. Aliger dos Santos Pereira (IFBA/UNEB), pelas importantes colaborações com que me presentearam após a leitura atenciosa do material apresentado no exame de qualificação.

Este último parágrafo, sem questão de hierarquização, venho agradecer especialmente a minha Orientadora, Prof. Dra. Maina Pirajá Silva. Maina foi uma pessoa que me acolheu, me

incentivou e me deu norte na trajetória no Mestrado. Maina inspira dedicação, atenção, cuidado, zelo para com seus orientandos. Venho agradecer de coração todos os seus encaminhamentos para que eu pudesse escrever os “agradecimentos”, pois esta realidade estava distante de mim, te desejo saúde e paz!!!

RESUMO

Toda pesquisa é provocada e fomentada por um questionamento que, de certa forma, promove inquietação ao pesquisador. Neste trabalho, essa inquietação encontra-se na relação entre a escola e a Educação Ambiental (EA), mais especificamente, com a forma e com o modo que a educação ambiental vem sendo trabalhada no ambiente escolar. A realização de pesquisas que envolvam a educação ambiental centrada no desenvolvimento de habilidades inerentes a este campo do saber, e com objetivos voltados para a formação da consciência ambiental, traz mudanças, principalmente, de atitudes e valores comportamentais através de ações participativas dos sujeitos em formação. Por conseguinte, o docente nas escolas precisa aos poucos inserir essas habilidades e competências em sua formação inicial e continuada, além de ter clareza em relação à concepção da educação ambiental no cenário atual, para o exercício de seu trabalho pedagógico, traduzido em ações que buscam a manutenção e a melhoria da qualidade de vida. Vale ressaltar que uma concepção distorcida, desconexa sobre educação ambiental no contexto escolar pode vir a provocar o desenvolvimento de uma práxis pedagógica isolada, disciplinar ou pontual, teórica, sem a necessária contextualização, contribuindo para uma visão fragmentada da temática. No cerne desse contexto que visamos investigar de que maneira a educação ambiental está sendo desenvolvida nas escolas públicas no município de Camaçari, estado da Bahia, estudando o caso da Escola Municipal Parque Verde, bem como analisar os desafios da educação ambiental na formação dos seus discentes. Nesse ínterim temos os objetivos específicos pautados em: (i) Indicar e analisar os incentivos à prática da educação ambiental, as ações pedagógicas e as mais importantes leis e diretrizes; (ii) Ponderar sobre a educação ambiental e o ensino remoto em tempos de pandemia; (iii) Descrever e analisar o processo de ensino-prática da educação ambiental abordado na Escola Municipal Parque Verde; e (iv) Analisar os desafios existentes para o desenvolvimento da educação ambiental em ambiente escolar. A pesquisa também partiu de 3 (três) questões norteadoras: Como a educação ambiental está sendo trabalhada na Escola Municipal Parque Verde? Qual o conhecimento do aluno sobre questões e problemáticas ambientais? Após a pesquisa participante realizada sobre educação ambiental na referida escola, os alunos conseguiram ter uma alteração significativa em relação ao seu entendimento sobre questões e problemáticas ambientais e das consequências e responsabilidades sobre as interações sociedade-natureza, na concepção de meio ambiente de caráter mais político, emancipador e reflexivo? Assim, para esta investigação, quanto ao seu modo operativo e natureza metodológica, optamos para um estudo quali-quantitativo, centrado nos métodos de procedimentos exploratório e descritivo, articulado a um levantamento bibliográfico e documental. Os resultados obtidos demonstram que a EA não estava sendo abordada com preceito a Lei, uma vez que ainda existe uma abordagem isolada dessa temática pelas disciplinas. Ao que concerne aos alunos considera-se que foi bem perceptível que não é tão simples para que os discentes entender-se como parte de um meio ambiente equilibrado, quando ela compreende o ser humano como um agente causador de desequilíbrios ambientais. Esta pesquisa pôde demonstrar ser possível a transição de uma concepção ambiental para outra, a depender da maneira como ocorre a inserção da EA no âmbito escolar, além de promover que a EA pode contribuir significativamente no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que possibilita ampliar a percepção ambiental dos sujeitos envolvidos, mas é válido destacar que nesse processo de investigação reverbera os desafios e possibilidades que se apresentam para a efetivação da educação ambiental no contexto escolar.

Palavras-chaves: Espaços territoriais; Políticas Públicas; Ensino remoto; Aprendizagem significativa.

ABSTRACT

All research is provoked and fostered by a questioning that, in a way, makes the researcher restless. In this work, this concern is found in the relationship between the school and environmental education, more specifically, with the way and the way in which environmental education has been worked on in the school environment. Conducting research involving environmental education focused on the development of skills inherent in this field of knowledge, and with objectives aimed at the formation of environmental awareness, brings changes, mainly, in attitudes and behavioral values through participatory actions of the subjects in training. . Therefore, teachers in schools need to gradually insert these skills and competences into their initial and continuing education, in addition to being clear about the concept of environmental education in the current scenario, to carry out their pedagogical work, translated into actions that seek the maintenance and improvement of the quality of life. It is noteworthy that a distorted and disconnected conception of environmental education in the school context can lead to the development of an isolated, disciplinary or punctual theoretical pedagogical praxis, without the necessary contextualization, contributing to a fragmented view of the subject. At the heart of this context, we aim to investigate how environmental education is being developed in public schools in the municipality of Camaçari, state of Bahia, studying the case of Escola Municipal Parque Verde, as well as analyzing the challenges of environmental education in the training of its students . In the meantime, we have specific objectives based on: (i) Indicating and analyzing incentives for the practice of environmental education, pedagogical actions and the most important laws and guidelines; (ii) Consider environmental education and remote teaching in times of pandemic; (iii) Describe and analyze the teaching-practice process of environmental education addressed at Escola Municipal Parque Verde; and (ii) Analyze the existing challenges for the development of environmental education in the school environment. The research was also based on 3 (three) guiding questions: How is environmental education being worked on at Escola Municipal Parque Verde? What is the student's knowledge of environmental issues and issues? After the participatory research carried out on environmental education in that school, the students managed to have a significant change in relation to their understanding of environmental issues and problems and the consequences and responsibilities on society-nature interactions, in the conception of the environment of a more political nature. , emancipatory and reflective? Thus, for this investigation, regarding its operating mode and methodological nature, we opted for a quali-quantitative study, centered on the methods of exploratory and descriptive procedures, articulated with a bibliographical and documentary survey. The results obtained demonstrate that EE was not being approached with the precepts of the law, since there is still an isolated approach to this theme by the disciplines. Regarding the students, it was considered that it was very noticeable that it is not so simple for students to understand themselves as part of a balanced environment, when it understands the human being as a causative agent of environmental imbalances. This research was able to demonstrate that the transition from one environmental concept to another is possible, depending on the way in which EE is inserted in the school environment, in addition to promoting that EE can significantly contribute to the teaching and learning process, as it allows for expansion. the environmental perception of the subjects involved, but it is worth noting that this investigation process reverberates the challenges and possibilities that are presented for the realization of environmental education in the school context.

Keywords: Environmental education; Public policy; Remote teaching; Meaningful learning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Escola Municipal Parque Verde.....	14
Figura 2 – Perfil dos sujeitos da pesquisa do grupo 1 (Professores, coordenadores e gestores) da Escola Municipal Parque Verde.....	82
Figura 3 – Perfil dos sujeitos da pesquisa na Escola Municipal Parque Verde.....	82
Figura 4 – Primeira aplicação dos desenhos – Identificação do meio ambiente como natureza.....	95
Figura 5 – Primeira aplicação dos desenhos - Representação do meio ambiente como recurso.....	95
Figura 6 – Primeira aplicação dos desenhos - Representação do ambiente como um problema.....	97
Figura 7 – Primeira aplicação dos desenhos – Representação do meio ambiente como lugar para viver.....	97
Figura 8 – Segunda aplicação dos desenhos – Pós-oficinas.....	100
Figura 9 – Segunda aplicação dos desenhos - Pós-oficinas.....	101
Figura 10 – Segunda aplicação dos desenhos - Pós-oficinas.....	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Descrição das cinco oficinas remotas participativas desenvolvidas no projeto.....	17
Quadro 2 – Marcos significativos da consciência global sobre o meio ambiente e a consolidação de políticas de educação ambiental.....	29
Quadro 3 – Consolidação das Políticas Públicas de Educação Ambiental no Brasil.....	40
Quadro 4 – Desafios da prática da educação ambiental do contexto educacional.....	84
Quadro 5 – Práticas socioambientais na comunidade onde reside.....	87
Quadro 6 – Principais problemas no entorno do âmbito escolar.....	87
Quadro 7 – Ações do educador na educação ambiental.....	88
Quadro 8 – Classificação de acordo com Sauvè (2005) – Primeira aplicação dos desenhos.....	98
Quadro 9 – Classificação de acordo com Sauvè (2005) – Segunda aplicação dos desenhos.....	100
Quadro 10 – Classificação de acordo com Sauvè (2005) – aplicação dos desenhos, pós-oficinas.....	101

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	METODOLOGIA DA PESQUISA	16
3	EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESCOLAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADA À EDUCAÇÃO	20
3.1	AS DIFERENTES CONCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	20
3.2	MARCOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	25
3.3	A AGENDA 21 COMO UM DOS DISPOSITIVOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	31
3.4	CONTRIBUTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL E NA BAHIA.....	34
4	A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS DOCUMENTOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	40
4.1	CONTRIBUIÇÕES DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL.....	41
4.2	PCN EM AÇÃO NA ÓTICA INTERDISCIPLINAR PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	43
4.3	DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO.....	47
4.4	A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA VERTENTE DA BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM – BNCC.....	51
4.5	O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE: LEI Nº 10.172/2001 E A LEI Nº 13.005/2014.....	56
5	A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O ENSINO REMOTO: O REINVENTAR DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM TEMPOS DE PANDEMIA	59
5.1	EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM TEMPOS DE COVID-19.....	59
5.2	TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO FORMATO REMOTO.....	62
5.3	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NO CONTEXTO DO ENSINO REMOTO.....	67
6	O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL PARQUE VERDE	81
6.1	ANÁLISES NO CONTEXTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	81
6.1.1	O perfil dos profissionais	81
6.1.2	Dimensões conceituais, as ações pedagógicas, BNCC e as suas relações com a educação ambiental e formação continuada	82
6.1.3	Dimensão socioambiental	86
6.1.4	Educação ambiental e o ensino remoto	90
6.2	ANÁLISES NO CONTEXTO DOS DISCENTES.....	93
6.2.1	Perfil socioeconômico dos discentes e as primeiras práticas sobre educação ambiental	93
6.2.2	Práticas subsequentes sobre educação ambiental e sua importância	99
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	103

REFERÊNCIAS.....	109
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) DESTINADO AOS COORDENADORES/AS.....	125
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) DESTINADO AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS.....	127
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) DESTINADO AOS PROFESSORES.....	130
APÊNDICE D – TERMO DE ASSENTIMENTO PARA OS ALUNOS/AS.....	132
APÊNDICE E - TERMO DE ASSENTIMENTO PARA OS ALUNOS/AS.....	135
APÊNDICE F - QUESTIONÁRIO AOS DOCENTES - CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOCENTE.....	140
APÊNDICE G - QUESTIONÁRIO A SER APLICADO COM AOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS.....	145
ANEXO 1 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	146

1 INTRODUÇÃO

Toda pesquisa é provocada e fomentada por um questionamento que, de certa forma, promove inquietação ao pesquisador. Neste trabalho, essa inquietação encontra-se na relação entre a escola e a educação ambiental (EA), mais especificamente, com a forma e com o modo que a educação ambiental vem sendo trabalhada no ambiente escolar.

A realização de pesquisas que envolvam a educação ambiental centrada no desenvolvimento de habilidades inerentes a este campo do saber, e com objetivos voltados para a formação da consciência ambiental, traz mudanças, principalmente, de atitudes e valores comportamentais através de ações participativas dos sujeitos em formação. Assim, a educação ambiental deve promover ações que permitam que os indivíduos e os grupos sociais modifiquem às suas visões de mundo e incorporem de maneira consciente a necessidade de mudanças que reflitam em suas posturas e atitudes (DIAS, 1999).

Por conseguinte, o docente nas escolas precisa aos poucos inserir essas habilidades e competências em sua formação inicial e continuada, além de ter clareza em relação à concepção da educação ambiental no cenário atual, para o exercício de seu trabalho pedagógico, traduzido em ações que buscam a manutenção e a melhoria da qualidade de vida. Vale ressaltar que uma concepção distorcida, desconexa sobre educação ambiental no contexto escolar pode vir a provocar o desenvolvimento de uma práxis pedagógica isolada, disciplinar ou pontual, teórica, sem a necessária contextualização, contribuindo para uma visão fragmentada da temática.

No cerne desse contexto que visamos investigar de que maneira a educação ambiental está sendo desenvolvida nas escolas públicas no município de Camaçari, estado da Bahia, estudando o caso da Escola Municipal Parque Verde, bem como analisar os desafios da educação ambiental na formação dos seus discentes.

Nesse ínterim temos os objetivos específicos pautados em: (i) Indicar e analisar os incentivos à prática da educação ambiental, as ações pedagógicas e as mais importantes leis e diretrizes; (ii) Ponderar sobre a educação ambiental e o ensino remoto em tempos de pandemia; (iii) Descrever e analisar o processo de ensino-prática da educação ambiental abordado na Escola Municipal Parque Verde; e (iv) Analisar os desafios existentes para o desenvolvimento da educação ambiental em ambiente escolar.

A pesquisa também partiu de 3 (três) questões norteadoras: Como a educação ambiental está sendo trabalhada na Escola Municipal Parque Verde? Qual o conhecimento do aluno sobre questões e problemáticas ambientais? Após a pesquisa participante realizada sobre educação

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio C

Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902

UF: BA Município: SALVADOR

Telefone: (71) 3203-8913 E-mail: cep@ucsal.br

ambiental na referida escola, os alunos conseguiram ter uma alteração significativa em relação ao seu entendimento sobre questões e problemáticas ambientais e das consequências e responsabilidades sobre as interações sociedade-natureza, na concepção de meio ambiente de caráter mais político, emancipador e reflexivo?

A escolha da Escola Municipal Parque Verde (Figura 1), com atendimento ao ensino Fundamental I e II, localizada na periferia do referido município, para o desenvolvimento da pesquisa teve como critério de seleção o fato do pesquisador ser docente efetivo de Ciências desde 2010, através de concurso público, onde teve a oportunidade de desenvolver ações pertinentes à educação ambiental. O fato de o pesquisador compreender que as ações pedagógicas, inerentes às atividades escolares envolvendo alunos e professores, coordenadores, gestores devem ser pautadas principalmente na criticidade e na reflexão, tendo como consequência destas ações, a formação de indivíduos capazes de intervir e transformar positivamente, realidades locais, com perspectivas globais, é o que motiva esta análise.

Camaçari é um município da Região Metropolitana de Salvador, com área territorial de 785,421 km² e população estimada em 304.302 habitantes. Sua economia está pautada no desenvolvimento da área do turismo, indústrias na área petroquímica, dentre outras (IBGE, 2020).

Figura 1 – Escola Municipal Parque Verde



Endereço: A
 Bairro: FEDE
 UF: BA
 Telefone: (71)3205-8913
 Fonte: Autor. Trabalho de campo (2021). E-mail: cep@ucsal.br

É necessário salientar que o setor educacional em Camaçari carece de uma série de conceitos e empreendimentos que favoreçam, no setor público, uma educação de qualidade, como preceitua a legislação educacional brasileira, visto que se trata de um município que vive uma realidade de desemprego e de deficiência no que se refere à moradia, saúde, infraestrutura, transportes e afins, sobretudo após a saída da fábrica da Ford.

Ressalta-se, ainda, que o caminho percorrido para a realização desta pesquisa foi relevante e satisfatório, no sentido principalmente da autorização do corpo de gestores da unidade escolar, da participação dos professores, coordenadores, alunos para a aplicação dos questionários, mesmo num período de pandemia do ano letivo de 2020/2021 com a turbulência na saúde pública mundial e tendo a Educação Ambiental como ferramenta de desenvolvimento nos espaços territoriais estudado contemplando assim o desenvolvimento social e territorial.

Esta Dissertação também representa uma das etapas de um aprofundamento de estudo cuja pretensão maior, será divulgar nos meios científicos artigos que propõe o debate das discussões acerca da temática ambiental e que possivelmente no alinhamento metodológico culminará uma tese de Doutorado num futuro próximo. É também nossa intenção de divulgar na escola, *locus* da pesquisa, os resultados obtidos, assim como disponibilizar um exemplar desta dissertação para o acervo bibliográfico do Instituto de Ciências Biológicas da UCSAL, assim como da unidade escolar pesquisada.

A estrutura da dissertação está baseada em 7 (sete) capítulos: O primeiro se refere a introdução; O segundo descreve os procedimentos metodológicos; O terceiro conta com uma análise conceitual sobre a educação ambiental e as políticas públicas voltadas à educação que determinaram à sua consolidação como instrumento transformador e para o desenvolvimento dos territórios utilizando autores nacionais e internacionais; o quarto indica como a educação ambiental é tratada nos documentos norteadores da educação básica; O quinto analisa a educação ambiental e o ensino remoto e a importância do reinventar das práticas educativas em tempos de pandemia; O sexto capítulo, analisa, no contexto dos profissionais de ensino, o perfil, as dimensões conceituais trabalhadas sobre meio ambiente, as ações pedagógicas e as dimensões socioambientais, incentivos à prática da educação ambiental, além do ensino remoto, mostrando os desafios e possibilidades de se trabalhar com essa temática no contexto escolar na unidade de ensino pesquisada. No contexto dos discentes, este capítulo pondera sobre o perfil

socioeconômico e as práticas sobre educação ambiental, além da percepção dos alunos sobre o meio ambiente; O sétimo e último capítulo traz as considerações finais.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Cidade de Etica, Prédio C
 Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902
 UF: BA Município: SALVADOR
 Telefone: (71)3203-8913 E-mail: cep@ucsal.br

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A investigação, quanto ao seu modo operativo e natureza metodológica, optamos para um estudo Quali-quant, buscando incorporar os dados qualitativos e quantitativos na análise e integração dos resultados, centrado no método de procedimento exploratório, visto que na sua essência envolveu um levantamento bibliográfico e entrevistas com pesquisas descritivas através de entrevista de campo

Devido à pandemia da Covid-19, a primeira fase da pesquisa foi realizada de forma remota através do *Google Forms*, *Google Meet*, *Zoom*, *Whatsapp*, ou seja, em plataformas digitais. De forma voluntária, contamos com a participação dos professores 23 (vinte e três) professores, 02 (dois) coordenadores, 33 (trinta e três) discentes do ensino fundamental II do 8º e 9º anos, e 02 (dois) gestores da unidade escolar pesquisada.

Como instrumento de coleta foi utilizado questionários semiestruturados, o que tornou possível configurar algumas informações relevantes para a composição desta pesquisa (Apêndices E, F e G) na forma remota através de plataforma digital (*Google Forms*) para os profissionais da educação e para os discentes que compusera parte das oficinas socioambientais. Esses questionários foram aplicados no período de março de 2021 à julho de 2021. Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido também são encontrados nos apêndices A, B, C e D. Salientamos também informar que o referido questionário foi submetido, apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UCSal, entidade mantenedora da pesquisa, sob o parecer consubstanciado CAAE 44305421900005628 e parecer número: 4.715.557 (Anexo 1).

Com os discentes, foram realizadas ainda oficinas teórico-práticas envolvendo os alunos do 8º e 9º anos do ensino fundamental II. Após total permissão da escola, o projeto (oficinas teórico-práticas) pôde ser construído no modelo remoto, através de plataformas, como *Google Meet*, *Whatsapp*, *Zoom*, por conta da pandemia da Covid-19, como citado anteriormente

A Escola Municipal Parque Verde, no ano de 2020 era a única instituição de ensino público regular presente na comunidade. Foi observada a disponibilidade e interesse da escola em permitir a construção de um projeto de educação ambiental que envolvesse os alunos sem qualquer incentivo financeiro. Ressalte-se que o projeto foi acolhido pela comunidade escolar

que se constituiu como o principal espaço de aproximação e diálogo.

O diagnóstico inicial da comunidade e da escola, através dos questionários semiestruturados permitiu que a pesquisa partisse da realidade vivenciada pelos sujeitos. As

Enderço: Av. Carneiro da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio G

Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902

UF: BA Município: SALVADOR

Telefone: (71) 3203-8918 E-mail: cep@ucsal.br

atividades realizadas buscaram desenvolver uma EA transformadora, entendendo a escola como espaço territorial ideal à formação de cidadãos. Além disso, a preocupação com o entorno foi algo característico no eixo, demonstrando que a educação extrapola os limites da escola.

Nesse processo de reconhecimento dos procedimentos metodológicos escolhemos trabalhar com os alunos do Ensino Fundamental II, do 8º e 9º anos, no turno vespertino, para ter uma visão mais abrangente do processo de ensino e aprendizagem nos possibilitando revelar as características da EA trabalhada na escola neste período de escolaridade e contribuir para o diálogo de saberes entre turmas diferentes. Além disso, as oficinas remotas, por ocorrer em turno oposto ao horário letivo das aulas, permitiu o desenvolvimento do projeto sem alterar o planejamento pedagógico dos professores, repercutindo em maior tempo para o desenvolvimento das atividades propostas. O Quadro 1 a seguir descreve as cinco oficinas participativas desenvolvidas.

Quadro 1 – Descrição das cinco oficinas remotas participativas desenvolvidas no projeto

NÚMERO	OFICINAS	BREVE DESCRIÇÃO
1	Diálogo Inicial (Escola na transição para sociedades sustentáveis)	Nesta oficina ocorreu a apresentação inicial dos alunos e educadores envolvidos no projeto. Logo após, foi solicitada uma folha de papel ofício e material para pintura a cada aluno e foi pedido a eles que representassem na folha o que acreditavam ser o Meio Ambiente. Finalizada a oficina, os alunos mostraram seus desenhos para discussão em classe.
2	O meio ambiente e a Mata Atlântica: Os espaços escolares e as transformações no seu entorno	Nesta oficina, além de buscar compreender as representações que os alunos possuíam sobre o Meio Ambiente, foram apresentadas as diferentes concepções relacionadas ao tema e a importância de pensar o Meio Ambiente como um todo complexo e integrado. Logo após, discutiu-se sobre a necessidade de valorizar o Meio Ambiente onde se vive, contextualizando a comunidade Parque Verde II como um local que faz parte do corredor central do Bioma Mata Atlântica.
3	A educação ambiental que pensamos, a educação ambiental que queremos	Nesta oficina foi trabalhada a percepção ambiental que os estudantes possuíam da escola. A partir de fotografias de várias partes do ambiente escolar, foi pedido aos alunos que interpretassem as imagens e identificassem possíveis problemas ambientais presentes. Posteriormente, esses problemas foram discutidos em sala e os estudantes foram incitados a sugerir ações mitigadoras que pudessem minimizar ou solucionar os problemas ambientais encontrados.
	Os Problemas Ambientais: a educação ambiental nas políticas públicas	Esta oficina teve o intuito de promover a ampliação dos conhecimentos dos alunos acerca dos problemas humano-ambientais presentes em sua comunidade e compreender como estes problemas interferem na dinâmica dos ecossistemas. Por meio da projeção de imagens, vídeos, pequenos textos e na literatura de

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética, Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO
UF: BA
Município: SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913

CEP: 40.231-902
E-mail: cep@ucsal.br

		cordel, os estudantes puderam visualizar e perceber aspectos de uma natureza desequilibrada e em equilíbrio, além de serem discutidas possíveis ações que poderiam contribuir para a conservação dos recursos naturais em um dado local do bairro (piscinão).
5	Diálogo final (Escola na transição para sociedades sustentáveis)	Os estudantes construíram novamente outro desenho que representasse a sua percepção em relação ao meio ambiente construída ao longo do processo formativo e suas relações socioambientais estabelecidas no seu desenvolvimento cognitivo no ambiente remoto.

Fonte: Autor.2021

As oficinas tiveram carga horária total de 20h, cada uma com duração média de 4h distribuídas em um dia da semana. De acordo com Candau (1999), as oficinas podem ser entendidas como espaços propícios à construção do conhecimento envolvendo o diálogo, o pensamento, a ação e a reflexão entre os sujeitos envolvidos. Devem ser formativas e sua dinâmica deve permitir a “[...] socialização da palavra, a vivência de situações concretas através de sociodramas, a análise de acontecimentos, a leitura e discussão de textos, a realização de vídeo-debates”, dentre outros (CANDAU, 1999, p. 11). Assim, a compreensão de oficinas remotas participativas são aqueles momentos pedagógicos em que educadores e estudantes se caracterizam numa relação dialógica, reflexiva e horizontal se utilizam de um conjunto de estratégias didáticas que possam favorecer a apropriação/construção de conhecimentos contextualizados com a realidade de vida. Essas estratégias didáticas devem possuir uma intencionalidade pedagógica e permitir o trabalho colaborativo, estimulando a participação mútua e a cooperação constante entre os sujeitos que participam dos processos formativos.

A ideia da produção de desenhos, pesquisa iconográfica de campo, foi escolhida como instrumento de coleta de dados e por permitir essa sensibilidade ser reveladora de uma percepção que os alunos possuem acerca do meio ambiente, analisando nas perspectivas do seu entorno, tendo em vista que quando o adolescente desenha, exprime “os seus verdadeiros sentimentos expondo-os consciente e inconscientemente” (MATOS, 2009, p. 26). Nessa compreensão o desenho revela algo inerente ao seu cotidiano, representa a expressão gráfica e simbólica da percepção socioambiental. De acordo com Antônio e Guimarães (2006) ele é compreendido:

[...] mais do que uma simples imagem, pois vai além de uma análise objetiva,

visto que é a materialização do inconsciente na forma de imagens, obras de arte das crianças que com inocente simplicidade registram no papel elementos de suas vidas, do cotidiano, dando ao desenho uma vida própria” (ANTÔNIO; GUIMARÃES, 2006, p. 2).

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio G

Bairro: FEDERAÇÃO

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3203-8913

E-mail: cep@ucsal.br

De posse desse entendimento e da compreensão os autores ressaltam que para o estudo da percepção por meio de desenhos é salutar que as categorias de análise conceitual, descritiva que auxiliem no entendimento e na compreensão das representações do meio ambiente, sendo que as categorias devem ser flexíveis e ajustadas à realidade vivenciada pelos sujeitos participantes da pesquisa. Dessa forma, o texto verbal também foi utilizado nesta pesquisa, através de uma oficina de criação de literatura de cordel, constituindo uma prática prazerosa, divertida e que exige esforço de realização (MATOS, 2009).

Nessa percepção metodológica os desenhos foram analisados e categorizados de acordo com instrumentos balizados por Sauv  (2005). Cada desenho foi analisado em sua essencialidade, buscando-se revelar suas inten es, sentidos, critérios e suas perspectivas. Posteriormente, os elementos representados foram contados e organizados em categorias semelhantes.

Durante as aulas no ambiente remoto, buscamos integrar a EA aos conteúdos científicos a serem trabalhados nos anos finais do Ensino Fundamental com os componentes curriculares na referida escola, mantendo diálogo com as disciplinas que compõem o currículo escolar dos referidos ciclos de aprendizagens. Entretanto, o ensino de tais conteúdos não constituiu o ponto de partida do processo de ensino e aprendizagem, uma vez que o ponto de partida do trabalho a partir da abordagem de temas socioambientais que emergiram da comunidade onde os estudantes vivem e que sintetizam as principais demandas e necessidades dos moradores. Assim, foram trabalhados os seguintes temas: Lixo,  gua, crise hídrica, Energias renováveis e não renováveis, Biomas Brasileiros, Biodiversidade e Solo. Todos esses temas foram desenvolvidos tendo como contexto o Bioma Mata Atlântica, cujos fragmentos florestais ainda estão presentes na comunidade do Parque Verde II.

No desenvolvimento das oficinas remotas e ao longo das atividades propostas no projeto, os temas eram relacionados aos conteúdos científicos que os alunos necessitavam aprender. Estes receberam um tratamento ambiental referente aos pressupostos da EA no sentido de que as atividades desenvolvidas possuíam uma intencionalidade reflexiva e educativa para favorecer e revelar a realidade e de suas múltiplas partes constitutivas, evidenciando as rela es de poder hegemônico existentes na sociedade e estrategicamente reivindicando dos alunos um posicionamento crítico e uma tomada de decisão crítica frente às

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federa o. Comitê de  tica. Prédio G

Bairro: Ondina - CEP: 41231-002

UF: BA **Município:** SALVADOR

Telefone: (71)3203-8913

E-mail: cep@ucsal.br

3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESCOLAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADA À EDUCAÇÃO

Nesse capítulo foram tecidas análises acerca da educação ambiental (EA) – marcos históricos, conceito refletidos por diferentes autores e as contribuições das políticas públicas de educação ambiental no Brasil e na Bahia que determinaram à sua consolidação como instrumento transformador.

3.1 AS DIFERENTES CONCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Discutir educação ambiental (EA), sobretudo nos espaços escolares, é possibilitar uma dimensão territorial de ressignificação. Para além de sua preocupação com os aspectos biológicos da vida, a importância da EA não se restringe somente em discutir questões e ações que garantam a preservação de determinadas espécies de animais e vegetais e dos recursos naturais. O seu papel é consolidar, também, para uma educação que auxilie o indivíduo a compreender questões sociais e políticas, às quais interferem diretamente nas questões ambientais e, como consequência, na qualidade de vida.

A EA é a herdeira direta do debate ecológico e está entre as alternativas que visam a construir novas maneiras dos grupos sociais se relacionarem com o meio ambiente. É uma prática de conscientização capaz de chamar à atenção para a finitude e a má distribuição no acesso aos recursos naturais e englobar os cidadãos em ações sociais ambientalmente apropriadas (CARVALHO, 2012). Atualmente, reconhece-se a necessidade dessas práticas nos mais diversos espaços sociais, seja por meio da educação formal ou não-formal. A intenção por uma visão globalizada com o enfoque na solução de problemas fez com que a temática ambiental ganhasse força nas discussões dos últimos anos, refletindo nos debates realizados nas escolas (OZELAME *et al.*, 2020).

O termo ambiental adicionado ao contexto educacional implica uma intenção do fazer educativo, que tem viés a preocupar-se, sobretudo, com questões alusivas ao meio ambiente (LIMA, 2004). No entanto, nessa visão pode-se dizer que a definição do que seja educação

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G

Bairroeducativo, **que tem viés a preocupar-se, sobretudo, com questões alusivas ao meio ambiente**

UF: BA **Município:** SALVADOR

Telefo(LIMA, 2004). No entanto, nessa visão pode-se dizer que a definição do que seja educação

ambiental está conectado à compreensão do que é meio ambiente e esta compreensão é mediada a partir da história de vida de cada um, suas vivências, experiências, crenças e significados.

Gomes e Mendes (2012) atendem a uma formalidade conceitual e afirmam que a EA deve estar envolvida e orientada para a sociedade, envolvendo indivíduos de forma ativa nas resoluções de problemas de contornos e contextos específicos, assumindo um papel de além de incentivar a responsabilidade, sensibilizar para o empenho na construção de um futuro melhor. Para Rodrigues (2019) a EA é compreendida como toda e qualquer ação educativa que passe a contribuir para a formação de um cidadão mais consciente em relação à preservação do meio ambiente.

Antes de conceber a EA como ações integradoras de temas socioambientais, é notório saber não perder de vista que ela se insere em um campo de discussão dinâmico que apresenta ideologias, interesses, conflitos, tensões (SILVA; EL- HANNI, 2014) e, por isso, nos remete as experimentações constantes e em transformações e desenvolvimento social impulsionadas por atores sociais diversos.

A EA integra ao campo ambientalista no qual ocorrem produção e circulação de fatos, conhecimentos, discursos, ações. Dentro dessa visão holística, grupos se articulam e produzem práticas socioculturais que são fortemente influenciadas por pressões globais que os interpelam (BOURDIEU, 2004). Consequentemente, mesmo submetido a tais pressões da sociedade, o campo do debate ao qual os grupos fazem parte possui mecanismos de força e luta para conservar ou transformar.

Para autores como Guimarães (2006), o modo como agimos hoje em relação à natureza e a sociedade é consequência dos paradigmas construídos ao longo da história pela sociedade moderna e pode-se acreditar, de acordo com o mesmo autor, que esta relação de desarmonia entre indivíduos sociais e natureza pode também ser desconstruída. “Uma crise de um modelo de sociedade e de seus paradigmas, modelo que nos apresenta um caminho único a seguir. É, portanto, uma crise civilizatória” (GUIMARÃES, 2006, p. 18).

Já segundo Leff (2001, p. 119), a educação ambiental deve ser ponto de partida para uma reflexão ao que se concentra no campo da pedagogia da complexidade para formar nos educandos “uma visão de multicausalidade, integrada, sustentável ecologicamente e de interrelações de seu mundo nas diferentes etapas do desenvolvimento [...], que gerem um

pensamento crítico, reflexivo e criativo baseado em novas capacidades cognitivas”. Nesta natureza, na qual demonstra encará-la não mais como um todo interligado no qual a humanidade

Enderço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio G
 Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902
 UF: BA Município: SALVADOR
 Telefone: (71)3203-8913 E-mail: cen@ucsal.br

também faz parte, mas como um espaço com recursos infinitos a serem transformados para seu conforto.

A forma integradora da EA nos dá uma ideia de como ela possa ser mensurada como um subcampo autônomo do campo ambientalista, pois, no seu bojo, ao longo do desenvolvimento no Brasil, ela utilizou no seu campo os “elementos simbólicos e institucionais mais significativo de identidade e formação” (LAYRARGUES; LIMA; 2014, p. 25).

Na observação ambientalista, a necessidade da produção de conhecimento, discursos baseados em ações e se firma na necessidade pela interação de saberes, aos quais são produzidos por práticas relevantes sociais que abordam comportamentos, discursos, atitudes e valores que demarcam as formas de interação, construção e concepção sobre o ambiente (LEFF, 2005). Nesse interim, podemos acrescentar que, nessa interação de saberes (conhecimentos, discursos, ações), sua produção é distinta, pois o que se espera nesse debate e se entende a produção por comunidades acadêmicas, governamentais, nacionais e internacionais, sendo que considerados todos fundamentais para o entendimento crítico das questões socioambientais.

Nesse ponto, a EA foi se consolidando também como um campo heterogêneo, desde 1960, por meio de movimentos pacifistas, da contracultura e da ecologia política. No decorrer da história em 1980, os debates acerca da EA ganham força principalmente com o fortalecimento dos movimentos sociais e de trabalhadores da educação, marcado, principalmente, com o impulsionamento do debate sobre a apropriação simbólica da natureza e o modo de produção capitalista. A partir de 1990, teve-se um grande avanço nas conquistas e iniciou-se a divulgação de produções científicas (dissertações, teses e livros) emergindo considerações relevantes ao que concerne os aspectos político – epistemológico com foco nas relações sociedade – natureza e sustentabilidade (LOUREIRO; LIMA, 2012).

O campo da EA foi se fortalecendo de acordo ao seu grau de relevância nas discussões sociais, e tomou maior proporção em 1999 quando foi criada a Lei nº 9.795 da educação ambiental ao qual possibilitou a criação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Com a provocação da referida Lei foram instituídas, em 2012, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. No decorrer dessas consolidações que sustentaram a temática abordada e, com isso, possibilitou vários entendimentos por vários segmentos da sociedade aos quais foram oferecendo discursos hegemônicos na EA desde ao que concerne na

visão conservacionistas e socioambientalistas até o final de 1990 (LOUREIRO; LIMA, 2012).
 Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio E
 Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 49.231-902
 UF: BA Município: SALVADOR
 Telefone: (71)3208-8913 E-mail: jrep@ucsal.br

Na literatura atual predominam discursos alusivos e práticas delimitadas por três macro-tendências: a conservadora baseada nos discursos entrelaçados à proteção e a

conservação da natureza, por vezes com ideias baseadas na sustentabilidade; a pragmática, com uma abordagem voltada para resolução de problemas locais que se fundamentam e teorizam na mudança comportamental, ignorando a transformação dos valores culturais que são nocivos à prática da justiça ambiental; e crítica, que está fundamentada no discurso que avalia o processo da reprodução social, em que a tríplice ideia de humano – sociedade – natureza é investigada por meio a partir das interações socioculturais e das classes (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Nesta ótica, a educação ambiental é um termo muito usado, em contrapartida, muitas pessoas ainda não sabem exatamente o que é de fato, muito menos como praticá-la. Com o processo da democratização da informação e divulgação de como interagir com o meio ambiente de forma correta ainda é muito frágil numa sociedade onde já se tornou comum não exercer no cotidiano, costumes que possam favorecer a temática em questão. Como diria Porto-Gonçalves (2006), toda sociedade, toda cultura cria, institui uma determinada ideia do que seja natureza. Visto isso, é necessária uma prática social, cujo fim é o aprimoramento humano naquilo que pode ser aprendido e recriado a partir dos diferentes saberes existentes em uma cultura, de acordo com suas necessidades e exigências (DIAS; LEAL; CARPI JUNIOR, 2016).

A reflexão sobre as práticas sociais, em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental, por isso a dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade escolar numa perspectiva interdisciplinar (JACOBI, 2003).

No cerne dos debates a educação ambiental está no pressuposto de conscientizar os cidadãos de que os problemas ambientais só podem ser resolvidos com a participação coletiva possibilitando o desenvolvimento atitudinais para o exercício da cidadania, principalmente a conscientização e envolvimento das pessoas em atividades em defesa da sustentabilidade do planeta (OLIVEIRA; NEIMAN, 2020).

Numa análise holística, evidencia-se a importância de sistematizar a educação ambiental nas escolas, uma vez que o espaço territorial escolar na sua essência pode ser considerado um dos locais onde o aluno no processo de formação para a cidadania, receberá os primeiros estímulos e orientações para a promoção da sua conscientização no que diz respeito aos

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio C
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-982
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

que tange ao processo de formação tanto social, quanto ambiental dos estudantes (SILVA; BEZERRA, 2016).

Os trabalhos relacionados à educação ambiental nas escolas devem objetivar a sensibilização e a conscientização dos educandos, mas, para isso, os conteúdos ambientais e as propostas pedagógicas devem estar alinhados em todas as áreas do conhecimento e serem contextualizadas com a realidade local. Desse modo, a escola ajudará o discente a perceber a ligação dos fatos e a ter uma visão crítica e reflexiva do mundo em que vive (COELHO *et al.*, 2020).

Nesse aspecto, a produção de conhecimento relevante à educação ambiental deve necessariamente contemplar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo aos quais o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, numa perspectiva que priorize novo perfil de desenvolvimento, com ênfase na sustentabilidade socioambiental.

No Brasil, a educação ambiental é definida a partir de uma matriz que vê a educação como elemento de transformação social (movimento integrado de mudança de valores e de padrões cognitivos com ação política democrática e reestruturação das relações econômicas), inspirada no fortalecimento dos sujeitos, no exercício da cidadania, para a superação das formas de dominação capitalista, compreendendo o mundo em sua complexidade como totalidade (LOUREIRO, 2004). A educação ambiental não é, portanto, uma "forma" de educação (uma "educação para...") entre inúmeras outras; não é simplesmente uma "ferramenta" para a resolução de problemas ou de gestão do meio ambiente. Trata-se de uma dimensão essencial da educação fundamental que diz respeito a uma esfera de interações que está na base do desenvolvimento pessoal e social (SAUVÉ, 2005, p.10).

Nesse contexto, a educação ambiental objetiva a induzir dinâmicas sociais, de início na comunidade local e, posteriormente, em redes mais amplas de solidariedade, promovendo relevante abordagem colaborativa e crítica das realidades socioambientais e uma compreensão autônoma, libertadora, civilizatória dos problemas que se apresentam e das soluções possíveis para eles.

Reigota (2017) traz a definição da EA inserida como uma educação política no intuito de contribuir para o desenvolvimento da participação social e colabora com a formação cidadã

Bairro dentro de uma visão ética e sustentável. O enfoque na cooperação entre os sujeitos para a

UF: BA município: SALVADOR

Telefone: (71)3203-8913 E-mail: cep@ucsal.br

construção da sociedade que se almeja, pautada em valores éticos e morais e nos princípios da equidade, justiça e cidadania.

Para Loureiro (2004, p. 66), a EA “é uma perspectiva que se inscreve e se dinamiza na própria educação, formada nas relações estabelecidas entre as múltiplas tendências pedagógicas e do ambientalismo, que têm no “ambiente” e na “natureza” categorias centrais e identitárias da EA”. E, para De Souza (2002) é:

[...] um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Busca uma estratégia pedagógica do enfrentamento de tais conflitos a partir de meios coletivos de exercício da cidadania, pautados na criação de demandas por políticas públicas participativas conforme requer a gestão ambiental democrática (DE SOUZA, 2002, p. 169).

A forma como as pessoas percebem o meio ambiente influencia diretamente na concepção e na maneira como elas agem sobre ele. No entanto, o meio ambiente deve constituir-se, também, como de partida para o desenvolvimento de qualquer atividade inerente de EA, sendo por sua vez necessário compreender as concepções e representações de Meio Ambiente das pessoas envolvidas, antes de qualquer ação propriamente dita a ser realizada no contexto ambiental (REIGOTA, 2017).

Deste modo podemos alinhar as prerrogativas necessárias para dirimir que na escola, como centro de ações pedagógicas e de desenvolvimento social são constituídas de papéis motivadores que possam incutir a percepção ambiental com sua devida função pedagógica, ao qual permeia no seu propósito no papel de orientar para a análise e compreensão da atual situação e que seja desenvolvida junto aos adolescentes em formação, a discussão e a participação fundamentadas e monitoradas para uma possível resolução dos problemas criados pelo homem vem prejudicando toda a vida no planeta. A educação ambiental aparece como alternativa para despertar a consciência solidária, visão global e um agir territorialmente para que cada um em seu espaço menor possa contribuir com todo o sistema que é interligado.

3.2 MARCOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Desde a década de 1960, a questão ambiental vem sendo discutida com maior ênfase em função do processo de destruição dos recursos naturais indiscriminados, onde o desequilíbrio

ecológico e a incerteza da vida no futuro já estavam presentes nos cotidianos das sociedades mundiais, seguindo a ideia de domínio do ambiente, as revoluções industriais, a poluição desenfreada, o povoamento das cidades sem planejamento urbano marcado pela falta de

Endereço: Av. Cardeal de Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador - Campus Federação - Cidade de Lica, Freg. C
 Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 49.231-902
 UF: BA Município: SALVADOR
 Telefone: (71)3203-8913 E-mail: cep@ucsal.br

saneamento básico, entre outros aspectos, trouxeram preocupações em relação ao ambiente. Segundo Grün (2007), nas últimas décadas, houve uma “ecologização das sociedades”, com a eminente preocupação com o meio ambiente passando a ser do conjunto da população.

Um dos marcos históricos da literatura de grande repercussão no cenário internacional que ilustra esses riscos e preocupação à sobrevivência humana, corresponde a publicação da jornalista americana Rachel Carson (1907-1964), em 1962, com o livro intitulado “Primavera silenciosa”, em que a mesma declarava à sua preocupação com os efeitos danosos das inúmeras ações humanas em relação ao meio ambiente, através de uma história fictícia, mas que contou com a colaboração científica de vários especialistas, a exemplo de George J. Wallace (1907-1986) representante da Universidade de Michigan (DIAS, 2004).

Nessa época, houveram diversos debates acerca do cenário ambiental provocados por ações antrópicas e que despertou interesse das autoridades mundiais que em 1968, com a fundação do Clube de Roma, nasce a deliberação para o Conselho de Educação Ambiental no Reino Unido (DIAS, 2004). O referido clube era composto por um comitê de trinta especialistas das mais diversas áreas do conhecimento, dentre eles, economistas, pedagogos, humanistas, industriais e outros, com visões de diversos setores contextualizados e que sinalizavam que os modelos globais e o crescente consumo poderiam levar os seres humanos a um limite de crescimento, além de defender a busca de novos modelos de análise ambiental no planeta.

Na ótica histórica, a década de 1970 foi marcada pelas conferências e pelas reuniões internacionais relacionadas ao tema meio ambiente e EA, momento em que foram discutidos a Declaração de Estocolmo (1972), a Carta de Belgrado (1975) e a Declaração de Tbilisi (1977). Estes documentos marcaram um período influenciado pelo ambiente contracultura dos anos de 1960 e pelas ideias revolucionárias dos anos de 1970, fomentando a emergência do campo ambiental nos anos de 1980 (CARVALHO; FRIZO, 2016).

Os crescentes debates emergiam sobre o meio ambiente e levaram a Organização das Nações Unidas (ONU) a convocar a primeira conferência sobre o meio ambiente, realizada em 1972, em Estocolmo, na Suécia. Essa conferência debateu as relações do homem com o meio ambiente. A conferência foi marcada, principalmente, por divergências geopolíticas entre países capitalistas desenvolvidos (que defendiam o crescimento econômico controlado) e países capitalistas subdesenvolvidos ou em desenvolvimento (que defendiam a ideia do

desenvolvimento a qualquer custo). Esse antagonismo ficou marcado por acusações entre essas nações, como destaca Pinto (2013), pois ficou notório a decisão que seriam necessárias mudanças profundas nos hábitos e que só poderiam ser alcançadas através da educação (DIAS,

Enderço: Av. Cardeal da Silva, 2051- Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio G

Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902

UF: BA Município: SALVADOR

Telefone: (71)3203-8918 Email: cen@ucsal.br

2004). Por conseguinte, foi elaborado o relatório “Os Limites do Crescimento Econômico” que estudou ações viáveis na busca de um equilíbrio mundial, visando reduzir o consumismo social da época. Este documento inferiu alguns possíveis fatores que interferiam no equilíbrio mundial, se estes não fossem modificados e, conseqüentemente, os limites para a sustentabilidade do planeta estariam esgotados nos próximos cem anos, como: crescimento da população, industrialização, poluição nas diversas instâncias, produção de alimento e a exagerada utilização dos recursos naturais (STEIN, 2020).

Mesmo com as divergências, a conferência trouxe avanços – o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); instituiu o dia 05 de junho como o dia internacional do meio ambiente; e instituição da defesa do meio ambiente como objetivo da humanização para garantir o futuro das novas gerações. Recomendou-se, ainda, a EA com caráter interdisciplinar, tendo como objetivo a preparação do ser humano para viver em harmonia com o meio ambiente e o equilíbrio ecológico como direito fundamental a qualidade de vida (PEREIRA *et al.* 2020).

Em valores históricos e documentais, a elaboração da Declaração de Estocolmo expressa à convicção da interdependência dos seres vivos junto ao planeta Terra, conforme pesquisas de Tamanes (2008 *apud* GUIMARÃES, 2016, p. 45) ao afirmar que “[...] tanto as gerações presentes como as futuras, tenham reconhecido como direito fundamental, a vida num ambiente sadio e não degradado [...]”. Ainda, como consequência desse evento, no decorrente ano, em Nairóbi/Quênia a Organização das Nações Unidas (ONU) ratificou o PNUMA, responsável por promover a conservação do meio ambiente e o uso eficiente de recursos no contexto do desenvolvimento sustentável (DIAS, 2004).

Nesse interim, como os desdobramentos e acordos da Conferência de Estocolmo, ocorreu em Belgrado, em 1975, o Seminário Internacional sobre Educação Ambiental, o que resultou na Carta de Belgrado. Segundo Lima *apud* Guimarães (1998), na referente carta foram estabelecidas metas e objetivos da EA, considerando fatores ecológicos, políticos, sociais, culturais, territoriais e estéticos. O ambiente deixa de ser mero estudo de observação para se tornar o todo, considerando o homem como parte desse contexto. Na ótica governamental, o Seminário culminou com a criação do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), tendo como objetivo editar publicações relatando as experiências mundiais de preservação e

Educação Ambiental, fomentando a reflexão, a ação e a cooperação mundial. Vale ressaltar que o PIEA, atualmente, encontra-se desativado, uma vez que atendia, prioritariamente, a concepção tecnicista, o que impedia o avanço dos aspectos sociais frente as questões

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio C

Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902

UF: BA Município: SALVADOR

Telefone: (71)3203-8013 E-mail: cep@ucsal.br

ambientais, bem como dificultava o desenvolvimento de ações pedagógicas e sociais que visavam compreender a complexidade do trabalho em EA (GUIMARÃES, 2016).

Do ponto de vista histórico contextual, a culminância dessa fase internacional da EA foi a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi, em 1977, na qual foram definidos objetivos, características e estratégias para contribuir nas esferas regional, nacional e internacional, incluindo o Brasil (DIAS, 2004; GRÜN, 2007; GUIMARÃES, 1998). A Conferência de Tbilisi realizada na Geórgia, teve como fundamento pertinente estabelecer os princípios norteadores da EA, reforçando o seu caráter interdisciplinar. De acordo com Dias (2000, p. 19-20), essa Conferência “[...] contribuiu para estabelecer a natureza da Educação Ambiental, definindo seus princípios, objetivos e características, formulando recomendações e ações pertinentes ao plano regional, nacional e internacional [...].”

A Conferência Intergovernamental de Tbilisi, por sua vez, defende que a educação ambiental deve ser entendida como:

[...] um processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos (CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL DE TBILISI, 1977 *apud* BRASIL/MMA, 2016, p.10).

Ainda, de acordo com Dias (2000, p. 38), a Conferência de Tbilisi “[...] constituiu-se num marco histórico para a evolução da EA [...]”, pois, neste evento foram criados os primeiros espaços visando à compreensão sociocultural, e relacionando a problemática ambiental com os paradigmas de desenvolvimento humano.

Nesse sentido, das relevâncias as diretrizes definidas em Tbilisi expressavam perspectivas interdisciplinares ou transdisciplinares, pois, estabelecia os princípios norteadores da EA e evidenciavam os aspectos: ético, crítico e transformador, reforçando assim a ideia de que a EA é um instrumento de grande importância para a interrelação do homem com o meio ambiente (GUIMARÃES, 2016).

Na década de 1980, as discussões sobre os problemas ambientais marcavam a nível internacional pois tendiam a elaboração de métodos acerca de vários problemas envolvendo esta temática numa perspectiva global. E diante deste cenário que foi produzido um dos principais documentos históricos sobre a questão ambiental, intitulado de Relatório *Brundtland*

mais conhecido como “Nosso Futuro Comum” (BRUNDTLAND, 1991). É válido destacar, nessa percepção social, que este relatório definiu principalmente os parâmetros e propôs uma ampla discussão social e política sobre o desenvolvimento sustentável, uma vez que afirma o

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G

Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40131-902

UF: BA **Município:** SALVADOR

Telefone: 71 3203-8945 **E-mail:** emilim@ucs.br

sujeito social, como: “[...] aquele que responde às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades [...]” (BRUNDTLAND, 1991, p.10).

Outros movimentos também considerados importante em se tratando de historicidade sobre EA (Quadro 2) contribuíram para o debate sobre a discussão da importância das políticas de EA, a exemplo do Encontro Ambiental para América Latina em San José, Costa Rica (1979); o Seminário Regional Europeu sobre Educação Ambiental para Europa e América do Norte (1980); o Seminário Regional sobre Educação Ambiental nos Estados Árabes, realizado em Manama/Bahrein (1980); e a Primeira Conferência Asiática sobre Educação Ambiental, Nova Délhi/Índia (1980), ficando notória a promoção das discussões regionalizadas em EA nos anos de 1979 e 1980 (ARAÚJO 2007; MEDINA 1998).

Quadro 2 – Marcos significativos da consciência global sobre o meio ambiente e a consolidação de políticas de educação ambiental

Ano	Eventos e fatos significativos sobre a evolução da consciência global, o meio ambiente e a consolidação de políticas sobre a Educação Ambiental
1960	Período destacado pela efervescência do movimento ecológico no nosso planeta. O mundo estava sob o impacto dos acontecimentos pós 2ª Guerra Mundial. Vivíamos o clima tenso da Guerra Fria, caracterizada pelo investimento maciço na produção de armamentos nucleares por parte das lideranças mundiais.
1962	Publicação da obra “Primavera Silenciosa” pela bióloga Rachel Carson, obra essa que intensificou os debates sobre os poluentes ambientais.
1965	Sob a influência dos movimentos pacifistas, em março de 1965, foi realizada a Conferência de Educação da Universidade de Keele (Inglaterra), quando se enunciou, “pela 1ª vez, a expressão “educação ambiental” (EA).
1972	Este ano se caracterizou pela situação ficou mais grave quando o Clube de Roma, um grupo formado por 30 especialistas de vários países, publicou, em 1972, o relatório, Os Limites do Crescimento.
1975	A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) promoveu, em 1975, o Encontro Internacional em Educação Ambiental, em Belgrado, quando foi elaborado o primeiro documento oficial dedicado integralmente à Educação Ambiental.
1977	Chegamos ao auge da internacionalização da Educação Ambiental na década de 1970 com a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, realizada em Tbilisi (antiga União Soviética), em 1977.
1980	A década de 1980 revelou o “fracasso [do modelo desenvolvimentista] na solução dos problemas globais, denunciando a exploração ilimitada dos bens ambientais e a insustentabilidade social e ambiental por ele gerada.
1983	Nesse cenário de críticas ao modelo desenvolvimentista, a ONU criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1983, “com o objetivo de examinar os problemas ambientais e do desenvolvimento no âmbito planetário”.
1987	Neste ano se destacou o relatório Nosso Futuro Comum, publicado pela Comissão em 1987, afirmava que a definição dos objetivos do desenvolvimento econômico e social deveriam levar em conta sua sustentabilidade em todos os países, desenvolvidos ou em desenvolvimento, e apresentava o conceito de desenvolvimento sustentável.
1990	O conceito marcante de desenvolvimento sustentável lançado no Nosso Futuro Comum constituiu o paradigma que mudou o início da década de 1990, valorizando o papel da educação ambiental na construção de uma nova sociedade baseada em ética e sustentabilidade.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio G
 Bairro: FEDERAÇÃO
 UF: BA
 Município: Salvador
 Telefone: (71)3203-3912
 E-mail: éticap@ucsal.br

1992	Foi com essa perspectiva que a ONU realizou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), em 1992, no Rio de Janeiro (Brasil), um acontecimento que foi um marco na história da humanidade, pela sua contribuição para a “legitimação de uma nova concepção de desenvolvimento.
2000	Marco inicial mesmo após as mudanças e expectativas geradas pelas conferências, acordos e convenções da década de 1990, observamos que o século XXI começou com certa perda de ritmo no que diz respeito ao enfrentamento das questões ambientais.
2005/2014	Diante do cenário desafiador às mudanças necessárias no panorama mundial, as Nações Unidas e a UNESCO implementaram a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Compromisso político com o desenvolvimento sustentável. Desse modo, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), no Rio de Janeiro/Brasil, em 2012.
2015	Proposição da Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Trata-se de 17 objetivos globais e 169 metas para alcançar o Desenvolvimento sustentável, enfatizando dimensões econômica, social, ambiental, territorial, cultural e política de forma equilibrada e integrada.
2017/2019	Neste período marcado pelo acompanhamento da implementação e a revisão dos ODS, no âmbito da ONU, estão sob a responsabilidade do High-Level Political Forum. No Brasil, a governança para a implementação dos ODS indicou a cargo da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), criada em 2016. Um ano depois, a CNODS publicou o Plano de Ação ao qual previa a adequação das metas e dos indicadores globais dos ODS à realidade brasileira.
2021	Processo de produção de metas e indicadores, no âmbito da CNODS, coordenado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Já no cenário nacional as ações voltadas aos marcos históricos ligadas à EA começaram a ser desenvolvidas com mais efetividade nos anos 80. Esta, por sua vez, foi marcada por dificuldades na consolidação de uma política efetiva de EA provocada, principalmente, pelo agravamento da crise econômica mundial e dos problemas ambientais (ARAÚJO, 2009). Vale ressaltar o detalhe que durante a realização da Conferência de Estocolmo, o Brasil e a Índia (países em desenvolvimento), que na época viviam “milagres econômicos”, eram contra a Educação Ambiental. Diziam que a poluição é o preço que se paga pelo progresso! Com essa posição, estes países deram entrada para a instalação de indústrias multinacionais poluidoras. As mesmas que estavam sendo impedidas de continuarem operando nas condições que atuavam em seus respectivos países (REIGOTA, 1998).

No que se prospecta ao processo de institucionalização da Educação Ambiental, teve início a partir da criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), em 1973, e da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), em 1981, que estabeleceu legalmente a necessidade de incluir a educação ambiental em todos os níveis de ensino (SILVA, 2020). Em

1994, foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), executado pela Universidade Católica de Salvador, Campus Federação, Comitê de Educação Ambiental da Federação de Municípios de Salvador, com a finalidade de articular ações educativas voltadas às atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental (BRASIL, 2007).

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica de Salvador - Campus Federação, Comitê de Educação Ambiental
 Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902
 UF: BA Município: SALVADOR E-mail: cep@ucsal.br
 Telefone: (71) 3293-8913

Sob a égide da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio-92, que ocorreu no Brasil em 1992, promoveu a elaboração do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TEASS). Neste tratado, a EA é preconizada como um processo significativo de aprendizagem que deve ser constante, que respeite todas as formas de vida e considere eminentemente os valores e as ações que colaborem para a transformação humana e social, e para a preservação ecológica (QUEIROZ, 2019). Dentro desse contexto, a admissão da necessidade de se considerar no centro da dimensão social conduziu ao uso da designação socioambiental, que, além de destacar a sociedade como elemento constituinte da questão ambiental, manifesta a busca de conceitos que auxiliem no processo de compreensão dessa realidade complexa (RODRIGUES; COLESANTI, 2008).

A pauta, de acordo com Tannous e Garcia (2008), envolveu a elaboração de um plano de ação para o século XXI e possibilitou o desenvolvimento de cinco (5) documentos e ações, sendo eles: Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; Agenda 21, Princípios para a Administração Sustentável das Florestas, Convenção da Biodiversidade e Convenção sobre Mudança do Clima. Silva e Carneiro (2017) apresentam como principais ganhos ocasionados por esta Conferência a intensificação das discussões sobre o dilema da relação homem – natureza e o combate às desigualdades sociais, além da EA ser incluída no processo de gestão ambiental.

Há que se ponderar que os objetivos do desenvolvimento sustentável exigem uma mudança de postura nos valores que orientam o comportamento dos agentes econômicos e da sociedade em seu conjunto, além da transformação do conhecimento em estímulo à inovação de tecnologias para resolver os problemas ambientais. A possível sensibilização da sociedade, a incorporação do saber ambiental emergente no sistema educacional e a formação de recursos humanos de alto nível, foram considerados relevantes processos fundamentais para orientar e instrumentalizar as políticas ambientais (LEFF, 2012).

3.3 A AGENDA 21 COMO UM DOS DISPOSITIVOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Nos documentos geradores que norteiam a EA, a Agenda 21 é um documento elaborado a partir das discussões da sociedade e da cúpula mundial e iniciou-se na Conferência das Nações

Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano que ficou conhecida como ECO-92 ou RIO92, realizada na cidade do Rio de Janeiro (Brasil), de 3 a 14 de junho de 1992, que foi

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio G
Bairro: FÉDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

fomentado a nível de importância social, ambiental e política a mais importante conferência organizada pela ONU (Organização das Nações Unidas) em todos os tempos, corroborando em tese com as recomendações e prerrogativas de Tbilisi para a educação ambiental (DIAS, 2004).

Na análise de Cruz (2014, p.58), a Agenda 21 se destaca na sua relevância ambiental como o mais importante compromisso socioambiental em prol do desenvolvimento sustentável firmado durante a CNUMAD, conhecida como Rio-92, na sua configuração temática abordada no seu interesse público estabelece por sua vez, ações e metas voltadas para enfrentar os problemas ambientais no mundo. Os países signatários da Agenda 21 comprometeram-se em tese a implantá-la em diferentes níveis políticos e sociais, no caso do Brasil do nível nacional aos estaduais e municipais. Em seu preâmbulo, mensura o documento oficial da Agenda 21 Global nos traz:

[...] a Agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental. O êxito de sua execução é responsabilidade, antes de mais nada, dos Governos. Para concretizá-la, são cruciais as estratégias, os planos, as políticas e os processos nacionais. A cooperação internacional deverá apoiar e complementar tais esforços nacionais. Nesse contexto, o sistema das Nações Unidas tem um papel fundamental a desempenhar. (BRASIL, 1995, p. 11).

Esse documento, por sua vez, teve seu foco nas questões baseadas na sua essência da sustentabilidade ambiental e foi aprovado e assinado por 179 nações presentes, inclusive o Brasil, anfitrião da Conferência, prevendo implantação global, que em 40 tópicos com mais de 800 páginas que em tese prevê o desenvolvimento sustentável para o planeta, o desenvolvimento sem prejuízos à qualidade de vida e as condições ambientais.

Nessas considerações o autor elabora questões alusivas a importância do evento e que principalmente reconhece o modelo insustentável que o planeta está se tornando, inclusive estabelece como marco histórico a Agenda 21 como plano de ação para debater ações ecológicas fortalecendo, a partir daí, o termo desenvolvimento sustentável como modelo proposto para transformação social, política e econômica.

Neste interim Gadotti (2003) destaca, com base nas discussões ocorridas, que a Agenda 21 não é uma agenda ambiental, mas tem como objeto elementar um documento que objetiva promover um novo modelo de proposta ou desenvolvimento, um desenvolvimento sustentável,

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: Capuz de São João
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71) 3205-6913 **E-mail:** cep@ucs.br

sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, assim como concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica”. Tem como patrimônio político, social e ambiental a função de servir como base para os países signatários da RIO-92 para elaborar e implementar sua própria Agenda 21 Nacional (CNUMAD, 2000).

Nesse momento é importante salientar as necessidades de um processo de planejamento participativo, ao qual é inerente a participação da sociedade civil como um todo, no qual toda a população daquela região é convidada a participar dos processos concernentes a sua construção, aplicação e avaliação. Segundo Santiago e Bastos (*apud* CADEI, 2010, p. 26), entende - se o planejamento participativo como “o processo de organização coletiva do trabalho de planejar, acompanhar, avaliar e, se for necessário, planejar novas ações com objetivos definidos”.

No parâmetro relacionando a um processo de instrumento de planejamento participativo as mudanças parecem possíveis se lutarmos todos para a construção de um mundo sustentável, saudável e com o ambiente protegido. Nesta perspectiva é salutar as possibilidades mensuradas que por motivos vem a formar por meio da educação seres humanos capacitados ou habilitados para a transformação com planejamento de ações interdisciplinares, emancipatórias que promova a reflexão e mudança de comportamento, uma educação ambiental com princípios e conceitos além da conservação da natureza (LEFF, 2001), além dessa preocupação com a incorporação de uma consciência ecológica, mas uma educação ambiental com o objetivo interdisciplinar enfocando a importância do desenvolvimento sustentável para a equidade social, diversidade cultural e democracia participativa, que forme habilidades para a compreensão e apreensão da realidade complexa.

De acordo com a análise de Tozoni-Reis (2008b), a CNUMAD reverberou o documento de Tbilisi para elaborar a proposta de educação ambiental apresentada na Agenda 21 nesse aspecto ao que concerne especialmente no capítulo 36, retomando, ressignificando e ampliando princípios e recomendações. Neste capítulo do documento, segundo a autora, aborda a educação ambiental como elemento fundamental e está voltada para o desenvolvimento sustentável, sendo a integração entre desenvolvimento e ambiente o princípio básico e diretor da educação e da educação ambiental. A proposta é reorientar o ensino formal e informal, extrapolando os muros da escola modificando atitudes e comportamentos pela aquisição de conhecimentos e

Endereço:	Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro:	FEDERAÇÃO
UF:	BA
Município:	SALVADOR
CEP:	40.231-902
Telefone:	(71)3203-8913
E-mail:	cep@ucsal.br

Essa prerrogativa em destaque fomenta que a Agenda 21 tem como responsabilidade a integração das disciplinas do currículo comum e nessas condições epistêmicas e de acordo com valores

Franco (2006), a implantação da Agenda 21 na educação no seu bojo, visa iniciar um campo amplo de movimentos, debates e reflexões em torno da temática “educação para a sustentabilidade”, tendo como eixos os referenciais e os princípios da educação ambiental, expressos no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e na Carta da Terra. Nesse sentido, a Agenda 21 Escolar tem como objetivo construir uma nova cultura da sustentabilidade, que valorize todos os atores da comunidade educativa como sujeitos sociais, corresponsáveis nos projetos de transformação da realidade.

Assim, a Agenda 21 tem o objetivo de corroborar uma plataforma de ações e diretrizes, voltadas para proteção ambiental e a sua relevância para inclusão social devem condicionar o sistema econômico mundial, uma vez que o mesmo, planetariamente hegemônico, é extremamente agressivo à vida na Terra. Neste momento é necessário tanto sua reconstrução, com a participação democrática, deve fundar-se nos conceitos e princípios da sustentabilidade, visando, não só ao fazer da economia, mas também às mudanças de atitudes redutoras da degradação ambiental, capazes de superarem os conflitos socioeconômicos (MACHADO *et al.*,2007).

Na sua essência, a Agenda 21 estimula fatos e acontecimentos pertinentes como projetos da coletividade ou populares, estratégias de intervenção política e organização social que, se permeados por uma prática educativa crítica e uma concepção de ambiente enquanto projeto comunitário, poderão mudar comportamentos e valores e, por consequência, cenários e fatos insustentáveis.

Nessa perspectiva através da Agenda 21, pensamos na possibilidade uma EA, que problematize e questione, de forma transversal ou interdisciplinar, a lógica estabelecida pelo sistema hegemônico vigente, socialmente excludente e ambientalmente danoso, relacionando e reconectando o local ao global. Dessa forma, caracterizamos e indo bem além das atividades propriamente ditas, a ponto de transformá-las em reflexão-ação, contextualizando-as histórica e politicamente com as dimensões sociais, mentais e ambientais.

3.4 CONTRIBUTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL E NA BAHIA

Quando tratamos de políticas públicas podemos inferir várias definições com aspectos

diversos, sociais, territoriais e econômicos abrangendo ações e processos que envolvem desde a geração de uma simples ideia até um planejamento e execução prática oriundas destas mesmas ideias. Especificamente no caso de políticas públicas de educação ambiental, fica evidente a

Enderço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio G

Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902

UF: BA Município: SALVADOR

Telefone: (71) 8203-8916 E-mail: cen@ucsal.br

relação direta entre a problemática ambiental e as políticas públicas elaboradas e conduzidas pelos gestores, em consonância com as demandas sociais que determinam as intervenções político-administrativas, considerando-se o aparato legal executivo das normativas vigentes (PECCATIELO 2011).

A partir da década de 90 vários esforços foram direcionados com relação a minimizar os problemas ambientais e o incentivo à participação social. Esse momento marca a história brasileira com alguns acontecimentos: movimentos sociais, participação da sociedade civil, questões ecológicas, entre outros. Os movimentos ambientais caracterizam-se pela diversidade de suas motivações, seus interesses e ações transcendendo uma classificação ou vinculação partidária (LEFF, 2015, p. 111).

No cerne das políticas públicas que compõem o ordenamento jurídico e as diretrizes políticas relacionadas às questões ambientais expandiram-se de forma bastante evidente nestas últimas décadas, refletindo de forma direta nas ações administrativas do poder público, das organizações empresariais e da própria sociedade civil. Independente do enorme desafio e obrigatoriedade de equacionar os graves problemas ambientais que enfrentamos diante do crescimento das demandas econômicas e seus agentes, que dificultam a gestão ambiental, é evidente que atualmente a questão ambiental encontra-se inexoravelmente incorporado à agenda política de qualquer gestor público ou privado (HAYASHI; SILVA, 2015).

Inúmeros dados demonstram a evolução do posicionamento e das ações brasileiras frente às exigências regionais e mundiais, embora esses esforços sejam de difícil implementação, exigindo quase sempre uma realocação eficaz de recursos e a participação da sociedade e empresas na internalização destes custos (PECCATIELLO, 2011).

Diante do cenário que se descortina, a sociedade civil e o Estado, através da elaboração de Leis e institucionalização de políticas públicas em relação ao meio ambiente a nível nacional, estadual e municipal, buscou legalmente defender o patrimônio ambiental brasileiro.

A EA emerge como Política Pública no Brasil com a implantação da Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, alterada pela Lei nº 7.804/89), embasadas nos incisos VI e VII do Art. 23 e no Art. 225 da Constituição Federal (1988), e tem no seu bojo preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental do país através do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). Concomitantemente esta Política

Nacional de Meio Ambiente conceitua o meio ambiente como um patrimônio público que deve ser protegido, além de orientar o ordenamento e racionalização do uso do solo, subsolo, água e ar e meio ambiente (HAYASHI, 2015).

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio 3
 Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902
 UF: BA Município: SALVADOR
 Telefone: (71) 3203-8918 E-mail: cep@ucsal.br

A PNMA se materializa através de um sistema institucional articulado, que integra as três esferas de poder no país – federal, estadual e municipal (SANTOS, 2020). Reverbera as orientações do planejamento e fiscalização dos recursos naturais, proteção dos ecossistemas, controle e zoneamento das atividades poluidoras, incentivo às pesquisas com este intuito, recuperação de áreas degradadas e educação ambiental em todos os níveis de ensino. Para a consecução destes objetivos, a Lei nº 6.938/81 institui alguns instrumentos que visam garantir o alcance de seus objetivos tais como o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, zoneamento ambiental, avaliação de impactos ambientais (AIA), licenciamento e fiscalização ambientais, incentivos às tecnologias limpas, criação de unidades de conservação, criação de um sistema nacional de informações ambientais, um cadastro técnico federal de atividades e instrumentos de defesa, penalidades disciplinares ou compensatórias e um relatório de qualidade do meio ambiente (Lei nº 6.938/81).

Ainda sobre o ciclo de políticas públicas ocorridas no Brasil ligada à educação ambiental, na década de 1990 cria-se o Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA. As linhas de Ação do ProNEA atendem as seguintes perspectivas: “Gestão e planejamento da educação ambiental no país; Formação de educadores e educadoras ambientais; Comunicação para educação ambiental, e Inclusão da educação ambiental nas instituições de ensino” (BRASIL, 2018, p. 24).

Quanto à coordenação do ProNEA, encontra-se sob a responsabilidade do Órgão Gestor, criado com a regulamentação da Lei Nº 9.795/99 (BRASIL, 1999), por instrumento do Decreto Nº 4.281/02 (BRASIL, 2002), dirigido pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério da Educação com o apoio de seu Comitê Assessor.

A execução da ProNEA (BRASIL, 1999) é de responsabilidade dos órgãos e entidades que compõem o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), bem como das instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino e dos órgãos públicos da União, estados, Distrito Federal e municípios. Vale ressaltar que na execução deste Programa, entidades não governamentais, entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos sociais também exercem participação efetiva (BRASIL, 2005).

Dando continuidade aos destaques sobre o tema da educação ambiental, temos a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que teve sua notória relevância a partir das discussões deixadas pela Conferência de Tbilisi, em 1977, realizada pela UNESCO, e pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, também conhecida por Cúpula da Terra, ECO-92 ou RIO-92. A legitimidade

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro da PNEA: A criação ocorreu por meio da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 (SILVA, 2020).
UF: BA **Município:** SALVADOR **E-mail:** cep@ucsal.br
Telefone: 476120825

De acordo com Dias (2000, p. 66), “o Brasil é o único país da América Latina que tem uma Política Nacional específica para a educação ambiental [...]”. Em 2002 esta Lei (BRASIL, 1999) foi regulamentada, através do Decreto Nº 4.281/02 (BRASIL, 2002), objetivando promover a EA de forma participativa, democrática, reflexiva, descentralizada para um relacionamento mais estreito e comprometida com pertinência ao meio ambiente (BRASIL, 2002).

Na essência do aporte legal a PNEA insere um contexto de inserção interdisciplinar/transdisciplinar da temática ambiental em todos os níveis de ensino, seja formal ou não-formal. Além disso, precede a responsabilidade para a implementação de programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente aos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA, às instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, aos órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, e às organizações não governamentais com atuação em educação ambiental (BRASIL, 1999).

A Lei sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, no seu Capítulo I - Da Educação Ambiental e em seu Art. 1º, apresenta o seguinte entendimento por EA:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, p. 01).

No entanto, a definição da Lei ao que norteia a EA no trecho pode-se inferir ao PNEA que “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente de forma articulada, integrada e participativa em todos os níveis e modalidades do processo educativo” (BRASIL, 1999). Nessa vertente institucional funciona como ferramenta fundamental para o desenvolvimento de uma gestão educacional atrelada aos valores ambientais, a PNEA apresenta, reforçando seu entendimento em seu artigo 8º sobre a inserção da educação ambiental na educação em geral e na educação escolar, e sobretudo em seu parágrafo 3º, inciso I, abordam sobre a inserção da dimensão ambiental no ensino formal e não-formal por meio de diferentes instrumentos e metodologias.

As prerrogativas da Lei 9.795/99 os educadores, enquanto profissionais da educação, no exercício da sua função, têm um grande desafio na atualidade na formação da reflexão

ambiental dos alunos, na qual há ruptura dos próprios paradigmas e transformação de conceitos, papel fundamental e característico de uma escola formadora e transformadora.

Endergo: Av. Cardeal Cereja, 206 - Universidade Católica de Salvador - Campus Figueira - Cidade de Educação - CEP: 40.231-902 - Salvador - BA - Município: SALVADOR - E-mail: cep@ucsal.br

Com o princípio da regulamentação da PNEA, pelo Decreto 4.281 em 25 de junho de 2002, reconhece-se, enfim, a educação ambiental como um integrante político funcional urgente, essencial e permanente em todo processo educativo, formal e/ou não formal, como orientam os Artigos 205 e 225 da Constituição Federal. Com ela cria-se o Órgão Gestor da política, representado pela Diretoria de Educação Ambiental – DEA, do Ministério do Meio Ambiente, e da Coordenação Geral de Educação Ambiental – CGEA, vinculada ao Ministério da Educação, assessorada pelo seu Comitê Assessor, corresponsável pelo monitoramento e controle social, em todas as esferas de governo e da sociedade.

Do ponto de vista da ação de legitimação histórica, em 2012 a educação ambiental brasileira dá um passo à frente e se fortalece com a aprovação, pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, da Resolução número 2, de 15 de junho de 2012, a qual orienta as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNEA, que determina em seu Artigo 13, os princípios e os objetivos da EA. Já em consonância no seu Artigo 14, estabelece que com base nos referenciais teóricos apresentados, as instituições de ensino, em todas as modalidades e níveis de ensino, portanto desde da educação infantil à educação superior devem ser contemplados valores significativos de abordagem ambiental.

Em relação ao Estado da Bahia, a Lei Nº 12.056/11 (BAHIA, 2011), que institui a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia (PEEA-BA), apresenta conceitos, objetivos, princípios, diretrizes, instrumentos e linhas de ação que assegurem a implantação da Política de Educação Ambiental no Estado da Bahia. Vale destacar que, antes da promulgação da PEEA/BA, já existia na Bahia, desde o ano de 2010, em sua 1ª edição, o Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional da Bahia – ProEASE, com a finalidade de compreender a orientação da Práxis educativa ambiental das escolas no sentido da sustentabilidade nas relações sociedade-natureza (BAHIA, 2015). Contudo, não se sabe se a existência desse pressuposto referencial teórico foi determinante para a realização de um trabalho efetivo de educação ambiental nas unidades de ensino do Estado.

Já o Programa de Educação Ambiental do Estado da Bahia (PEA-BA) foi criado em 2013, tendo como ponto de provocação a Lei Nº 12.056/2011 (BAHIA, 2011) e se caracteriza, desde sua gênese, a concepção como um programa com base em quatro eixos estruturantes a saber: Comunicação, Transversalização, Avaliação e Territorialidade, estabelecendo a

definição de uma identidade e de uma dinâmica favorável à orientação e o fomento às ações, projetos e programas setoriais e territoriais. Além destes eixos estruturantes, o PEA/BA indica oito estratégias para o seu desenvolvimento, dentre as quais: a EA no Ensino Formal, no Ensino

Endereço: Av. Carneal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio C

Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902

UF: BA Município: SALVADOR

Telefone: (71)3203-8913 E-mail: cep@ucsal.br

Não-Formal, na Gestão das Águas, no Saneamento Ambiental, na Gestão das Unidades de Conservação, na Gestão Municipal, no Licenciamento e na Educação Socioambiental (BAHIA, 2013).

O PEA-BA no seu objetivo fundamental visa orientar e fortalecer ações, projetos e programas setoriais e territoriais na sua rica e diversa complexidade. Considerando que a princípio na égide da elaboração e a implantação de um programa ou de um projeto devem vir envolvidas de um processo de avaliação permanente que possibilite revisões, aperfeiçoamento, atualizações, aprimoramento e o restabelecimento de prioridades.

Como princípio norteador da PEA, de não ser um processo incontinuo, engessado, em 2014 a Secretária de Educação do Estado da Bahia (SEC/BA) apresenta a 2ª edição do Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional da Bahia (ProEASE). Essa 2ª edição assumiu maior destaque no enfoque do cenário estadual em virtude dos movimentos de todos os segmentos da rede estadual, envolvidos na sua reformulação, revisão e ampliação, destacando no documento final aspectos, como: objetivos, princípios, diretrizes, histórico e conceitos da EA a nível nacional e estadual, dentre outras discussões relevantes para a abordagem desta temática no contexto escolar do sistema educacional baiano (BAHIA, 2014).

O documento aponta como princípio norteador da EA o “respeito à diversidade, no conhecimento dos ciclos naturais, articulações das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais, na justiça social e nas reflexões crítica e dialógica, conforme, principalmente, as relações éticas com o outro (humanos e não humanos)” são segmentos que se realizam nas raízes, não apenas da gestão da educação ambiental, mas na gestão do sistema educacional da Bahia. (BAHIA, 2015, p. 12).

Como fundamento, se percebem linhas de segmentariedade, de estratificações, de territorialidades, de costumes como propor “transformar a educação em processo permanente de exercício da cidadania, a valorização da vida, da coletividade e na promoção da saúde e da qualidade ambiental” (BAHIA, 2015, p. 14).

Formar cidadãos reflexivos aparece em projetos e documentos oficiais como objetivo de uma EA que pretende contribuir com o exercício social do indivíduo, assim o ProEASE representa um grande ganho para o estado da Bahia, uma vez que é um documento norteador da educação ambiental em todo o sistema educacional do estado, pois de maneira clara e

objetiva auxilia gestores, docentes e discentes e demais sujeitos da comunidade escolar a pensar, refletir e vivenciar práticas pedagógicas no intuito de disseminar os conteúdos inerentes das discussões socioambientais no contexto escolar fomentando assim o protagonismo juvenil,

Endereço: Av. Carneal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio G

Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902

UF: BA **Município:** SALVADOR

Telefone: (71) 3203-8913 **Email:** c_cep@ucsal.br

a valorização do patrimônio cultural local, respeito a seus costumes fortalecendo a escola enquanto espaço de educação sustentável.

4 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS DOCUMENTOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Discutir os atributos legais que concerne as leis que regulamentam a educação ambiental, sobretudo nos espaços escolares, é possibilitar ressignificá-lo em toda sua dimensão legal. Este capítulo visa apresentar conceitos, princípios e generalizações acerca da base legal da educação brasileira com ênfase na educação ambiental, evidenciando brevemente através de aspectos da sua historicidade, a estrutura básica norteadora das ações educacionais para o desenvolvimento do ensino.

No Brasil, a educação ambiental aparece na legislação desde 1973, como atribuição da primeira Secretaria do Meio Ambiente (Sema). Mas é principalmente nas décadas de 1980 e 1990, que a educação ambiental impõe um ritmo mais intenso. Nesse contexto, destacamos algumas políticas públicas no Quadro 3.

Quadro 3 – Consolidação das Políticas Públicas de Educação Ambiental no Brasil

ANO	DOCUMENTOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL
1981	A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, no inciso X do artigo 2º, já estabelecia que a educação ambiental deve ser ministrada a todos os níveis de ensino (fundamental e médio) objetivando capacitar os docentes para a participação ativa, reflexiva na perspectiva da defesa do meio ambiente.
1982	Como princípio fundamental norteador pela Constituição Federal (CF) de 1988, no inciso VI do § 1º do artigo 225, determina que o Poder Público deve promover através da educação

	ambiental em todos os níveis de ensino, pois “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, assim como princípio básico que defende em tese a apropriação do bem de uso comum do povo e na sua essencialidade à sadia qualidade de vida, promovendo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”
1996	A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional constituiu e no preâmbulo prevê que na formação básica do cidadão seja assegurada a compreensão do ambiente natural e social; estabelece que ao concernente os currículos do ensino fundamental e do médio devem abranger o conhecimento do mundo físico e natural alinhando que a educação superior deve desenvolver o entendimento do ser humano e do meio em que vive consolidando na formação integral do indivíduo e que a educação tem, como no seu princípio e nas suas finalidades, a preparação para o exercício da cidadania.
1997	A consonância de tratar a EA é proposta para ser abordada, como um tema transversal, nos Parâmetros curriculares Nacionais (PCNs), em 1997, nessa perspectiva é válido ressaltar a provocação da Lei 9394/96 com legitimidade para ações voltadas de acordo com o MEC, ao inserir a proposta transversal, o objetivo não foi criar novas áreas, mais sim ratificar que os temas transversais precisariam ser incorporados nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola.
1999	A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, dispõe diretamente um entendimento necessário sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional, fomentando de forma articulada e reflexiva em todos os níveis e modalidades do processo educativo.
2012	Na Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades, reconhecem a importância e a extensiva obrigatoriedade da educação ambiental; o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, incluindo os direitos ambientais no conjunto dos direitos internacionalmente reconhecidos, e define que a educação para a cidadania compreende a dimensão política do cuidado com o meio ambiente local, regional e global.
2017	Na elaboração da BNCC na proposta de Reforma do Ensino Médio, os encaminhamentos não assumiram contornos mais democráticos, pelo contrário, foram ainda mais arbitrários, uma vez que a Reforma tem como aporte jurídico a Lei Nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, que se originou da Medida Provisória (MP) Nº 746/2016.

Fonte: Elaboração própria, 2021.

É com esta fundamentação básica nesses princípios voltados para a educação que propomos uma discussão breve acerca dos documentos oficiais que regem o sistema educacional brasileiro que são em ordem de sua historicidade e importância: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº. 9.394/96 (BRASIL, 1996); as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998; 2013); os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (BRASIL, 1998) e para o Ensino Médio (BRASIL, 2000); o Plano Nacional de

Educação (PNE) - Lei Nº. 10.172/2001 (BRASIL, 2001) e a Lei Nº. 13.005/2014 (BRASIL, 2014), conta-se, ainda, com recente documento normativo da política de educação básica - a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, homologada pelo Ministério da Educação no final

de 2017, uma resolução de força obrigatória, que trata da questão ambiental em duas de suas dez competências gerais: o conhecimento atrelado à consciência socioambiental e ao princípio ético da sustentabilidade (BRASIL, 2017).

4.1 CONTRIBUIÇÕES DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, apesar de não mencionar diretamente o termo “educação ambiental”, traz que o ensino fundamental obrigatório terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade (BRASIL, 1996, p. 23). No ensino médio, continuou essa mesma proposta, indiretamente, através da “consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos” (BRASIL, 1996).

Na Lei, em tese, a educação ambiental foi explicitamente incluída em 2012, a partir da promulgação da Lei nº 12.608 (BRASIL, 2012), ao abarcar em seu art. 26 § 7º a determinação de que “os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios” (BRASIL, 1996).

As constatações que este artigo aborda foi modificado em 2016, com a publicação da Medida Provisória nº 746, ganhando enfoque na sua atual redação com a promulgação da Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017), que alterou por sua vez diversos artigos da Lei. Como consequência, a educação ambiental deixou de estar explicitamente presente, podendo ser inserida nas escolas como tema transversal, previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais, conforme a nova redação dada ao art. 26 § 7º: “A integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais de que trata o caput” (BRASIL, art. 26 § 7º, 1996, s. p.).

Como apontam os autores Souza e Trajano (2010), a ausência da educação ambiental na Lei pode ser interpretada como uma lacuna existente sobre o tema na sociedade e na sua relação com o meio ambiente. Neste percurso, é importante ressaltar as reformas curriculares do ensino médio, provocadas a partir da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 quando essa etapa da Educação

<p>Ender Bairro UF: B Telefone: (71)3203-8913</p>	<p>Básica passou a ser além de pública, obrigatória aos brasileiros. Nesse interim, uma análise documental das propostas orientadoras do currículo do ensino médio nacional se fez necessária, E-mail: cep@ucsal.br</p>
---	---

fazendo uma breve referência ao percurso educacional do país, mas focalizando as orientações curriculares a partir da LDB de 1996 (BRASIL, 1996).

Nesse percurso, a consolidação de uma análise nos documentos como a LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (BRASIL, 1999), as Orientações complementares ao PCN + (BRASIL, 2004) vem possibilitar a compreensão de discussões, análises, reflexões e práticas sobre o currículo no ensino médio. Com a LDB nº 9.394/96, as políticas públicas intensificaram em ações na área da educação, organizando-se orientações curriculares que engajem os propósitos de qualidade e equidade. Nesse bojo essas orientações primam pela diversidade curricular, considerando as características socioculturais de cada escola e defendendo o princípio de igualdade quanto ao acesso e ao conhecimento escolar.

De fato, a LDB nº 9.394/96 ampara a necessidade de uma base comum no currículo escolar para possibilitar uma modificação na qualidade de ensino, principalmente da rede pública. A LDB nº 9.394/96 promoveu grandes avanços à educação, ampliando a obrigatoriedade no ensino incorporando o Ensino Médio como parte obrigatória correspondendo à Educação Básica no Brasil.

4.2 PCN EM AÇÃO NA ÓTICA INTERDISCIPLINAR PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No Brasil, a consonância de tratar a EA é proposta para ser abordada, como um tema transversal, nos Parâmetros curriculares Nacionais (PCNs), em 1997. Nesse documento que legitima essas ações de acordo com o MEC, ao inserir a proposta transversal, o objetivo não foi criar novas áreas, mais sim ratificar que os temas transversais precisariam ser incorporados nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola. É essa forma de pensar o trabalho didático que recebeu o nome de transversalidade. Os referidos temas corresponderiam a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas, na vida cotidiana (MEC, 2007).

Estes documentos orientadores da educação brasileira, conforme está previsto no Plano Nacional de Educação (PNE), devem orientar as ações educativas nos diversos níveis de ensino, melhorando, assim, a qualidade do ensino ofertado pelas escolas brasileiras. Além disso, os PCN corroboram também na objetivação da formação do sujeito, consciente de seus direitos e

deveres sociais, o que facilitará a sua convivência e participação com os demais membros da sociedade (BRASIL, 1998).

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio G
 Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902
 UF: BA Município: SALVADOR
 Telefone: (71)3203-8913 E-mail: cep@ucsal.br

Nesse sentido o texto de apresentação da EA como tema transversal, no documento oficial dos PNCs, exemplifica a necessidade de desenvolvê-la de forma contínua, crítica e integrada, uma vez que seu estudo inclui conhecimentos relativos a diferentes áreas do saber. Tal fato fez com que houvesse a “necessidade de integrá-la no currículo por meio do que se chama de transversalidade: interagindo com as áreas convencionais” (PCNs, 2007, p. 25), fazendo-se presente em todas elas, relacionando-a as questões atuais.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica a “transversalidade é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático-pedagógico em que temas, eixos temáticos são integrados às disciplinas, às áreas ditas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas” (BRASIL, 2013, p.29). Analisando diante da conjuntura na qual as propostas e implantações dos PCNs e temas transversais foram lançadas, Santos e Andrioli (2005), afirmam que essas alterações chegaram às escolas e foram adotadas sem amplo debate para que permitisse necessárias contraposições, e que recaem como consequências da atuação do neoliberalismo na educação.

Neles estão inseridos os chamados temas transversais, assuntos de grande relevância social que devem ser trabalhados em todos os conteúdos. São temas como ética, pluralidade cultural, orientação sexual e Meio Ambiente, entre outros. É nesse contexto, portanto, que deve ser trabalhada a Educação Ambiental de forma interdisciplinar. Os PCN’s destacam que:

A principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade local e global. Para isso, é necessário, mais do que informações e conceitos, a escola deve se propor a trabalhar com atitudes, formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades e de procedimentos. E esse é um grande desafio para a educação. (BRASIL, 2001, p. 187).

De acordo com Tommasiello *et al.* (2015) a falta de adesão e compreensão dos professores e de recursos para a sua implantação inviabilizou na prática os PCNs e os temas transversais, que teve pouca efetividade nas escolas brasileiras, passando à margem das salas de aula. Os autores ainda reforçam que, segundo as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de 2012, a EA é um dos “componentes curriculares” que hoje, legalmente, devem ser trabalhados nesse nível de ensino pela transversalidade. Dessa forma ao invés do termo “Meio Ambiente”, conforme ocorre nos PCNs do Ensino Fundamental, no Ensino médio

temos como tema transversal a “Educação Ambiental” (TOMMASIELLO *et al.*, 2015).

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio C
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

Desse modo, os PCN (BRASIL, 1998) enquanto referenciais de qualidade para a Educação tem no seu bojo serem utilizados para a elaboração da proposta curricular das unidades escolares, principalmente na construção na identidade do seu projeto educacional, em atividades conjuntas com toda a comunidade escolar, buscando assim, a participação, integração e interação de todos. Configurando-se assim, como um guia para o docente, no sentido de repensar a sua proposta de trabalho, como também, atender as especificidades locais e/ou regionais quanto às demandas curriculares.

Sobre a Educação Ambiental, os PCNs apresentam o tema em três dos dez volumes: Ciências Naturais, Meio Ambiente e Temas Transversais. Nos diferentes volumes em que é mencionada, repete-se a orientação a ser desenvolvida como tema transversal, diluída em todo o currículo da Educação Básica, como por exemplo:

O tema transversal Meio Ambiente traz a discussão a respeito da relação entre os problemas ambientais e fatores econômicos, políticos, sociais e históricos. São problemas que acarretam discussões sobre responsabilidades humanas voltadas ao bem-estar comum e ao desenvolvimento sustentado, na perspectiva da reversão da crise socioambiental planetária. [...] Em coerência com os princípios da educação ambiental (tema transversal Meio Ambiente), aponta-se a necessidade de reconstrução da relação homem-natureza, a fim de derrubar definitivamente a crença do homem como senhor da natureza e alheio a ela e ampliando-se o conhecimento sobre como a natureza se comporta e a vida se processa. (BRASIL, 1997a, p. 35).

A proposta que se configura os temas transversais trata de questões importantes, urgentes, presentes em vários aspectos da vida cotidiana e trabalhados em todas as disciplinas estabelecidas. A complexidade que envolve os temas transversais faz com que nenhuma área, isoladamente, seja suficiente para abordá-los plena, crítica e integralmente.

As ações do caderno Meio Ambiente tratam das questões concernentes ao meio ambiente considerando seus elementos físicos e biológicos e os modos de interação do homem e da natureza, por meio do trabalho, da ciência, da arte e da tecnologia. A questão ambiental é abordada a partir de um breve histórico e apresenta os modelos que abrangem o desenvolvimento econômico e social em curso nas sociedades modernas.

O trabalho docente deve ser elaborado a fim de ajudar os discentes a construírem uma consciência global das questões pertinentes ao meio para que possam assumir posições afinadas com os valores referentes à sua proteção e melhoria. Para isso, é importante a atribuição de significados aquilo que aprendem sobre a questão ambiental.

Isso significa que numa análise conceitual sobre a questão ambiental os PCNs nos oferecem instrumentos para que o aluno compreenda os problemas que afetam a sua vida, a sua

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G

Bairro: FEDERAÇÃO

UF: BA **Município:** SALVADOR

Telefone: (71) 3100-1111

comunidade, seu território, o seu país e o planeta. Muitas destas questões políticas, econômicas e sociais estão intimamente ligadas por elementos diretamente relacionados à questão ambiental. Nesse sentido, as situações de ensino devem se organizar de forma a proporcionar oportunidades para que o aluno possa utilizar o conhecimento sobre Meio Ambiente para compreender a sua realidade e atuar sobre ela (BRASIL, 1997b).

Desta forma, os PCN (BRASIL, 1998) nos sugerem atender as necessidades relativas à diversidade sociocultural das diferentes regiões do país, respeitando seus conceitos históricos, costumes, territorialidade no sentido de encontrar soluções pedagógicas que fomentem um processo autônomo de mudanças nas unidades escolares, na busca de melhorias da qualidade de vida. Neste contexto, torna-se um desafio articular o aprendizado escolar com os conceitos e situações da vida cotidiana.

No que se refere aos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM, 2000) foram estabelecidos com o objetivo também de socializar os princípios da reforma curricular do ensino médio, além de orientar os docentes quanto as novas tendências e abordagens metodológicas a serem adotadas neste segmento educacional. Neste sentido, o PCNEM (BRASIL, 2000) destaca que essas novas abordagens metodológicas devem priorizar na formação do discente. Então no enfoque a preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias em relação aos temas transversais, o tema meio ambiente, é considerado um termo convergente nas discussões nestes documentos, uma vez que os mesmos enquanto referenciais da prática educacional evidenciam a necessidade de abordar e discutir temáticas de extrema relevância no contexto escolar e da sociedade atual.

Assim, as práticas educacionais, coadunam na ênfase nas questões ambientais, sugeridas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio, tem como foco principal o desenvolvimento da percepção dos sujeitos enquanto elementos integrantes, dependentes, emancipador, crítico e transformadores de seus meios, como também, visam contribuir, na sua efetividade, agindo para a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente, corroborando para uma educação voltada para o exercício da cidadania.

No documento do PCNEM é destacada a relação de novos recursos ao ensino, visto as limitações do ensino tradicional. Essa tarefa é complexa, pois compreender que o ensino precisa mudar em virtude de uma nova sociedade, envolve questões sociais, políticas, estruturais,

Ender formativas e reflexivas. Envolve “compreender que, apesar de o mundo ser o mesmo, os objetos
Bairro de estudo são diferentes” (BRASIL, 1999, p. 20). Então a partir desse mesmo mundo, a
UF: B
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

reorganização curricular pretende superar a visão segmentada e meramente disciplinar através da perspectiva interdisciplinar e contextualizada.

Deste modo as prerrogativas segundo o PCNEM a interdisciplinaridade consiste e “[...] deve ser compreendida a partir de uma abordagem relacional, em que se propõe que, por meio da prática escolar, sejam estabelecidas interconexões e passagens entre os conhecimentos através de relações de complementaridade, convergência ou divergência.” (BRASIL, 1999, p. 21). Logo nesse sentido a contextualização significa “assumir que todo conhecimento envolve uma relação entre sujeito e objeto” (Idem, p. 78). Considerando as necessidades a consolidação de uma base comum curricular, as três áreas de conhecimento, aos quais a interdisciplinaridade, a contextualização e a parte diversificada do currículo, podemos observar que o proposto nos PCNEM pontuou as condições importantes e necessárias básicas para a reorganização de um currículo para a Educação Básica.

No bojo da discussão a interdisciplinaridade é dimensionada numa abordagem pedagógica orientada pelos documentos oficiais (BRASIL, 1997), e de acordo com Dias (2000, p. 43) deve ser aplicado “[...] um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspectiva global equilibrada [...]”, com o objetivo de buscar a integração entre os diversos componentes disciplinares para análise e debate, no caso em questão, das questões ambientais.

Nesta análise conceitual, conforme Fazenda (1976 *apud* JAPIASSÚ, 2002, p. 25) “[...] a interdisciplinaridade se mantém na caracterização e pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa [...]”. O que se confirma quando Pedrini (1997 *apud* BARBOSA, 2000, p. 298), ratifica que a interdisciplinaridade “[...] é uma ação do conhecimento que consiste em confrontar saberes, cuja finalidade é alcançar outro, diverso daquele que seria efetuado, caso não existisse o encontro do saber, mais complexo, entre diferentes disciplinas [...]”.

Nessa análise é notável a percepção que a proposta interdisciplinar requer dos educadores uma melhor compreensão de mundo a partir das suas especificidades pertencentes as disciplinas curriculares, contribuindo para um entendimento mais amplo da realidade.

Assim, a partir das diferentes análises, pode-se inferir que um processo de ensino e aprendizagem baseado numa proposta interdisciplinar, quando adotado, pressupõe alterações

significativas no processo de ensino do docente e de aprendizagem do discente, bem como no seu ordenamento administrativo e pedagógico da escola. Por isto, uma abordagem baseada na interdisciplinaridade pode reforçar e gerar transformações relevantes no contexto escolar,

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio C

Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902

UF: BA Município: SALVADOR

Telefone: (71)3203-8913 E-mail: cen@ucsal.br

dentre elas: definição de novos procedimentos metodológicos, reorganização dos conteúdos disciplinares, formação de equipes docentes multidisciplinares, bem como mudanças no âmbito institucional.

Educação Ambiental não é trabalhada como deveria de acordo com os PCN's e com a Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999, isso porque os professores não são estimulados e nem capacitados. A escola não oferece condições adequadas para desenvolver este tipo de trabalho e como sabemos, o professor não é valorizado como deveria, recebendo baixos salários, não tem motivação para ir além do que sua disciplina deve propor aos alunos, tendo em vista que, a EA deveria ser trabalhada de forma integrada por todas as disciplinas, mas essas condições levam ao total desânimo dos docentes, sendo este a principal dificuldade encontrada nas escolas (ASANO, 2017).

Com isto fica evidente que o desenvolvimento de propostas pedagógicas, numa perspectiva interdisciplinar, torna a discussão sobre educação ambiental mais significativa, uma vez que permite o diálogo entre as diferentes disciplinas do currículo escolar, bem como uma compreensão mais ampla dos conceitos inerentes a esta temática, além de se levar em conta as diversidades regionais e culturais.

4.3 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), publicados em 1998, apresentam a educação ambiental como tema transversal. Em caderno específico, indica como incorporar a dimensão ambiental nos currículos escolares (BRASIL, 1998). As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental (DCNEA), de forma semelhante, defendem a abordagem da Educação Ambiental de forma transversal e a preservação do meio ambiente enquanto responsabilidade de todos os indivíduos, dever do exercício da cidadania para o bem comum (BRASIL, 2013). Nesta mesma vertente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) defende a necessidade de uma sociedade sustentável (BRASIL, 2017).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Educação Básica foram elaboradas por provocações temáticas pouco tempo depois dos PCNs. Referem -se a base nacional comum responsável por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras, embora não tenha no seu bojo o

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética, Prédio G
Bairro: Cardeal da Silva
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

conhecimento e os temas contemporâneos em uma perspectiva integrada. Compete aos órgãos executivos dos sistemas de ensino a produção e disseminação de materiais subsidiários ao trabalho docente, com o objetivo de contribuir para a eliminação de discriminações, racismos e preconceitos, e conduzir à adoção de comportamentos responsáveis e solidários em relação aos outros e ao meio ambiente (BRASIL, 2013).

Numa questão de uma amplitude conceitual os documentos curriculares nacionais com caráter mandatário são as DCN, tendo um formato mais simples e generalista do que os documentos dos PCN, sendo estes apenas uma “possibilidade” de embasamento e encaminhamento curricular (BONAMINO; MARTÍNEZ, 2002). Tal fato não diminui sua importância no cenário escolar brasileiro, uma vez que foram amplamente divulgados pelos textos didáticos e pelos vários cursos de formação docente que veicularam suas orientações muito mais como determinação curricular do que como “possibilidade”.

Com isso em nome da objetividade das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), presentes no documento das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB) de 2013, indicam que o planejamento curricular envolvendo a educação ambiental, juntamente com a gestão da instituição de ensino, entre outros aspectos, deve promover a realização de:

[...] projetos e atividades, inclusive artísticas e lúdicas, que valorizem o sentido de pertencimento dos seres humanos à natureza, a diversidade dos seres vivos, as diferentes culturas locais, a tradição oral, entre outras, inclusive desenvolvidas em espaços nos quais os estudantes se identifiquem como integrantes da natureza, estimulando a percepção do meio ambiente como fundamental para o exercício da cidadania. (BRASIL, 2013, p. 553).

Assim, o referido documento menciona a relevância de projetos e atividades com conteúdos relacionados à temática ambiental no desenvolvimento do trabalho com educação ambiental na educação básica:

[...] a perspectiva denominada “Pedagogia de Projetos” nos parece oferecer possibilidades mais adequadas para se trabalhar com projetos, principalmente quando buscamos a formação de pessoas críticas, pois possibilita a participação dos alunos em suas etapas de elaboração e desenvolvimento, assim como considera importante a teoria que embasa o método utilizado, bem como a participação ativa do professor (TEROSSO; SANTANA, 2015, p. 81).

A denominação pedagogia de projetos, no entendimento de Terossi e Santana (2015) é, contudo, a mais indicada para o desenvolvimento de projetos de educação ambiental por se embasar, não simplesmente como técnica ou procedimento de ensino, mas numa concepção mais extensiva de posturas pedagógicas.

Endereço: Rua Carlos de Campos, 120 - Vila Militar - Salvador - BA - CEP: 40.231-902
 Bairro: FEDERAÇÃO
 UF: BA - Município: SALVADOR
 Telefone: (71)3203-8913 E-mail: cep@ucsal.br

Apoiadas também na Constituição Federal, na Lei da Política Nacional de Meio Ambiente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Plano Nacional de Educação, assim como, na Lei nº 9.795, de 1999, que instituiu a Política Nacional de EA, as Diretrizes têm por objetivos:

I - sistematizar os preceitos definidos na citada Lei, bem como os avanços que ocorreram na área para que contribuam com a formação humana de sujeitos concretos que vivem em determinado meio ambiente, contexto histórico e sociocultural, com suas condições físicas, emocionais, intelectuais, culturais;

II - estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino, para que a concepção de Educação Ambiental como integrante do currículo supere a mera distribuição do tema pelos demais componentes;

III - orientar os cursos de formação de docentes para a Educação Básica;

IV - orientar os sistemas educativos dos diferentes entes federados. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017, p. 2).

Explicita ainda que, entre os objetivos fundamentais da Educação Ambiental, estão o desenvolvimento de uma compreensão integrativa do meio ambiente, em suas múltiplas e complexas relações, e o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania (BRASIL, 2013).

De acordo com as DCNs, o Ministério da Educação encaminhou ao Conselho Nacional de Educação (CNE) documento com proposta para o estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), essa proposta enfatiza que:

A Educação Ambiental envolve o entendimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, em que cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou construído no qual as pessoas se integram. A Educação Ambiental avança na construção de uma cidadania responsável voltada para culturas de sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2013, p. 535).

Nessa análise destacamos a importância da Educação Ambiental na perspectiva de uma educação cidadã que corrobore no sujeito crítico, participativo, transformador para a integração entre as pessoas e o meio em que estão inseridas, fortalecendo a responsabilidade social. No que diz respeito ao projeto político pedagógico das escolas, as DCNs o definem como elemento

constitutivo para a operacionalização da Educação Básica (BRANCO *et al.*, 2018, p. 196).

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio G
 Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 41.231-902
 UF: BA Município: SALVADOR
 Telefone: (71) 3203-8613 Email: cen@ucsal.br

Uma das consequências das DCNs, segundo o art. 44 da Resolução CNE/CEB nº 4/2010, o reforço do projeto político pedagógico, instância ao qual foca na construção coletiva

que respeita os sujeitos das aprendizagens, entendidos como cidadãos com direitos à proteção e à participação social, deve contemplar: estudo e desenvolvimento de atividades socioambientais, conduzindo a Educação Ambiental como uma prática educativa integrada, contínua e permanente (BRASIL, 2013).

Com essa premissa, as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), estabelecem as bases para formação de um currículo, prevendo uma parte comum, e outra diversificada, levando-se em conta as características regionais, territoriais, costumes, cultura além de orientar as escolas brasileiras no que tange a organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas.

Conforme exposto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental II têm como objetivo à construção de uma escola autônoma centrada no seu projeto político pedagógico articulando ações curriculares e integradas as áreas de conhecimento, a fim de promover o desenvolvimento e formação de competências.

Portanto, as DCNs, assim como os PCNs, também delineiam o trabalho da Educação Ambiental para a Educação Básica por meio da transversalidade. Contudo, o caráter extensivo da não obrigatoriedade das DCNs como documento norteador da Educação possibilitou que diferentes arranjos das escolas em nível nacional fossem adotados, configurando, assim, uma grande pluralidade na organização curricular em todo país (BRANCO *et.al.*, 2018, p. 196).

De acordo com as DNCEA a Educação Ambiental deve estar presente nos currículos de todas as disciplinas, não sendo necessária a criação de uma disciplina para a Educação Ambiental, pois a mesma deve ter caráter transversal, devendo ser integrada, contínua e permanente com todas as outras disciplinas e atividades escolares de todos os níveis educacionais. É enfatizada a interdisciplinaridade e a construção de uma “cidadania ambiental”. Trata-se de um documento amplo que foi criado para auxiliar e Instituições de Ensino a abordarem adequadamente a Educação Ambiental (OLIVEIRA; NEIMAN, 2020).

Foi pensando no enraizamento e institucionalização de uma educação condizente com estes propósitos que o Ministério da Educação, por meio da Resolução número 2, de 15 de junho de 2012, estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental - DCNEA, a serem observadas pelos sistemas de ensino, em todos os níveis e modalidades. Elas podem contribuir para o aprimoramento e a renovação da educação básica como um todo. Fruto

de um longo diálogo entre o Ministério da Educação e a sociedade brasileira e, construídas a
 luz de referências do campo da Educação Ambiental, apontam caminhos para a sua
 transversalidade nos currículos ((SORRENTINO; PORTUGAL, 2016, p. 3).

Sua internalização em todos os níveis da Educação Básica e do Ensino Superior e modalidades, tais como, Ensino de Jovens e Adultos, Educação a Distância e Tecnologias Educacionais, Educação Especial, Educação Escolar Indígena e Quilombola, deve afirmar a Educação Ambiental como “componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional [...] para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017a, p. 3).

Ao que concerne a respeito ao projeto político pedagógico das escolas, as DCNs o elaboram como elemento constitutivo para a operacionalização da Educação Básica. Segundo o art. 44 da Resolução CNE/CEB nº 4/2010, o PPP (Projeto Político Pedagógico), instância de construção coletiva que respeita os sujeitos das aprendizagens, entendidos como cidadãos com direitos à proteção e à participação social, deve contemplar: estudo e desenvolvimento de atividades socioambientais, conduzindo a Educação Ambiental como uma prática educativa integrada, construtiva, reflexiva e contínua e permanente (BRASIL, 2013).

Portanto, as DCNs, assim como os PCNs, também delineiam o trabalho da Educação Ambiental para a Educação Básica por meio da transversalidade. Contudo, o caráter não obrigatório das DCNs como documento norteador da Educação possibilitou que diferentes arranjos das escolas em nível nacional fossem adotados, configurando, assim, uma grande pluralidade na organização curricular em todo país.

4.4 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA VERTENTE DA BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM - BNCC

O documento da Base Nacional Curricular Comum – BNCC é fruto de um processo de discussão e negociação com diferentes agentes do campo educacional e principalmente com a sociedade brasileira. Sua primeira versão foi disponibilizada para consulta pública entre outubro de 2015 e março de 2016. A segunda versão foi publicada em maio de 2016, passando por um processo de debate institucional em seminários realizados pelas Secretarias Estaduais de Educação em todas as Unidades da Federação. A terceira e última versão do documento para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, publicada em abril de 2017, complementa e revisa a segunda versão e cumpre a atribuição do Ministério da Educação (MEC) de encaminhar ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e

desenvolvimento para os alunos da Educação Básica, pactuada com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios (BRASIL, 2017). E-mail: cep@ucsal.br

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética, Prédio G
Bairro: desenvolvimento para os alunos da Educação Básica, pactuada com os Estados, o Distrito
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71) 3203-8913

É importante salientar que, em consonância com a Lei nº 9.394/1996 (LDB), a Base Nacional Comum Curricular é um marco pedagógico de caráter normativo, cujo objetivo principal é estabelecer um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais, indicando habilidades e competências que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da Educação Básica.

O cenário educacional brasileiro que se descortina transita para grandes mudanças e efetivamente em relação à BNCC, a respeito do processo de elaboração desse documento e suas perspectivas ideológicas, constatou-se que a educação brasileira é uma área de grande interesse do capital. Por trás dos discursos da necessidade de mudança educacional para melhoria dos sistemas de ensino, da igualdade de aprendizagem, da flexibilidade e do protagonismo juvenil, existe um viés claro institucionalizado no tocante ao processo político-ideológico que visa a formação aligeirada dos estudantes, voltada somente para sua formação flexível para a preparação para o trabalho, ou seja, para se tornarem mão-de-obra, visando também à manutenção do status quo da sociedade em suas desigualdades e contradições (SANTOS, 2019).

Portanto, na formulação da base, além da participação marcante do empresariado, é indiscutível as interferências de organismos multilaterais, interligados às ideologias neoliberais, transportando a formulação de um documento norteador da Educação Básica sob o viés das demandas mercadológicas e de classes e grupos dominantes que estabelecem os padrões de qualidade da educação, de acordo com seus interesses em detrimento do suprimento das necessidades das comunidades escolares e da sociedade (BRANCO; ZANATTA, 2021).

Na elaboração da BNCC, conforme sobredito, houve muitas e duras críticas pela mínima participação efetiva dos educadores e educandos no processo e, também, provocadas pelas influências externas. Contudo, na proposta de Reforma do Ensino Médio, os encaminhamentos não assumiram contornos mais democráticos, pelo contrário, foram ainda mais arbitrários, uma vez que a Reforma tem como aporte jurídico a Lei Nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, que se originou da Medida Provisória (MP) Nº 746/2016. Nesse contexto, a reforma foi organizada categoricamente em um caráter autoritário, pois não houve um amplo debate com a sociedade e com educandos e educadores que são os principais interessados.

Ender
Bairro
UF: B
Telefo

Nesse aspecto, ainda corrobora de modo similar, Lino (2017) ao descrever que considera que a mudança no Ensino Médio originada por meio de uma Medida Provisória, posteriormente transformada em Lei, caracteriza um julgamento de forma autoritária de legislar, que

potencializa o desprezo pelo relevante diálogo acadêmico e legislativo. Para a autora, a alteração da LDB de forma açodada, sem o debate necessário sobre os impactos que a reforma produzirá a médio e longo prazo, pode ser considerada, no mínimo, como irresponsável e inadequada, podendo comprometer, ainda mais, a oferta de qualidade dessa etapa da Educação Básica.

Nesse interim, é importante ressaltar que a trajetória da BNCC foi marcada por um período conturbado e de grande instabilidade da política nacional, culminando com o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, que teve início em dezembro de 2015 e encerrou-se em agosto de 2016, tendo como resultado trágico a cassação de seu mandato. Nesse contexto, o vice-presidente Michel Temer assumiu a Presidência da República até o fim do mandato, em 2018.

Sobre esse contexto político, Guimarães (2018) afirma:

A BNCC foi gestada, portanto, em um contexto político nacional conturbado, de instabilidade e conflito, o que gerou muitos questionamentos por parte dos profissionais do campo da Educação, dentre outros. Uma das críticas contundentes é que o processo de elaboração da BNCC foi marcado pelas circunstâncias políticas, pelo acirramento das divergências e pela imposição de determinados grupos, resultando em uma reduzida participação dos docentes, dos profissionais da Educação e da sociedade em geral. A proposta é, portanto, centralizadora e se configura como um currículo prescrito que será implementado na ação docente e escolar (GUIMARÃES, 2018, p. 1.040).

Após o impeachment, houve mudanças no cenário das políticas públicas educacionais promovendo mudanças nas orientações políticas, econômicas e nas ações do governo. O governo de Michel Temer acelerou e aprofundou o ajuste fiscal, aprovando em 13 de dezembro de 2016 a criação do Teto de Gastos Públicos por um período de 20 anos. Na política, o primeiro escalão central do governo perdeu seus representantes, dando lugar à antiga oposição, com vieses políticos ligados aos interesses econômicos atendendo ao capital externo. Essas mudanças atingiram o Ministério da Educação (MEC), cujas políticas educacionais em curso foram interrompidas ou tomaram novas configurações. Diante dessas mudanças, são relevantes as considerações de Guimarães (2018):

Foi nesse contexto em que a terceira versão do documento foi encaminhada para o Conselho Nacional de Educação, aprovada e homologada pelo MEC, em dezembro de 2017. O MEC optou pela publicação de dois documentos separados, um para a educação infantil e o ensino fundamental, outro para o ensino médio. Este fato gerou acirradas críticas à condução do processo, pois ele acabou por fragmentar o sentido de integração entre as etapas da Educação Básica (GUIMARÃES, 2018, p. 1.040).

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 20

Bairro: FEDERAÇÃO

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3203-8913

E-mail: cep@ucsal.br

Nos entendimentos conceituais do debate, concordando conseqüentemente que as Diretrizes Curriculares Nacionais já cumpriam o papel de base comum, por que a necessidade de criar uma nova Base Nacional Comum? Sobre esses questionamentos são pertinentes as colocações de Saviani (2016), quando reflete que a centralidade assumida pela avaliação aferida por meio de testes globais padronizados na organização da educação nacional, indica que a função dessa nova —base comum nacional curricular no Brasil é ajustar o funcionamento da educação brasileira aos parâmetros das avaliações gerais padronizadas, como ocorre em alguns países centrais do capitalismo, com destaque para os Estados Unidos. Cabe discussão ao que se refere a politização aos parâmetros utilizados, percebe-se que o processo de implantação da BNCC é marcado por um caráter notadamente conservador e reflete ainda os interesses do mercado e de grupos privatizantes dos setores relacionados à Educação.

A eminente postura antidemocrática, cabe frisar que de forma correlata à elaboração da BNCC, no contexto no qual se articulou a Reforma do Ensino Médio, também houve interferências do capital externo. Segundo Gonçalves (2017), os principais interlocutores do MEC para organizar a Reforma não participaram universidades, pesquisadores, professores estudantes, mas sim, empresários, por meio de organizações, fundações e institutos a eles interligados.

É importante frisar que a Lei N° 13.415/2017 modifica vários artigos da LDB, conseqüentemente, estabelece alterações nítidas na organização curricular do Ensino Médio. Assim, a partir da Lei, o artigo 36 da LDB passa a ter nova redação, determinando que: “o currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos [...]” (BRASIL, 2017). Além da questão curricular, a Lei N° 13.415/2017 promove várias implicações para a organização escolar e para os professores.

Diante do exposto, é tácito afirmar que, de forma semelhante à implantação da BNCC, a Reforma do Ensino Médio também está evidente o alinhamento ao projeto neoliberal que se faz presente no Brasil. Nesse contexto, pode - se inferir que a Lei N° 13.415/2017 está mais em consonância com as demandas do mercado, do que atender com as necessidades do seu público alvo, ou seja, professores e alunos. Moura e Lima Filho (2017) afirmam que a Reforma do Ensino Médio estabelece um conjunto de medidas, cujo objetivo é reconfigurar o Estado no sentido de torna-lo “mais mínimo” no que se refere às garantias dos direitos sociais e “mais máximo” para regular os interesses do capital nacional e internacional. Configura - se, desse modo, uma nova fase de radicalização do neoliberalismo e de sua hegemonia, que visa perpetrar um golpe contra a classe trabalhadora mais pobre e mais necessitada.

Ender
Bairro
UF: B
Telefo

Desse modo, a BNCC orienta que a gestão escolar deve criar as suas estratégias pedagógicas com a ótica de que os alunos têm diferentes necessidades, de maneira que, em seus projetos político- pedagógicos haja o equilíbrio na maneira de ensinar. A BNCC também traz a mudança de que os conteúdos e a organização dos currículos ocorrerão por itinerários formativos, que serão: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; V – formação técnica e profissional. Somente um itinerário será seguido, de acordo com a necessidade local (BRASIL, 2018b).

Segundo Franco e Munford (2018), uma das prováveis consequências desta forma de organização curricular é o estabelecimento da emergência de uma mercantilização da educação. Nesse sentido, a organização do ensino voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades cria condições para uma “terceirização da educação”, sem a devida valorização dos contextos e realidades locais. Em outro aspecto, a Lei Nº 13.415/2017 também interfere na organização e na qualidade do ensino de Ciências. Há uma relação explícita e direta entre a BNCC e a Reforma do Ensino Médio. Ambas sofreram com veemência críticas e fortes influências externas, reverberam mudanças no ensino de Ciências e na formação de professores. Ao que concerne Art. 3º da Lei Nº 13.415/2017, que altera o Art. 35 da Lei Nº 9.394/1996 (LDB), estabelece que “a parte diversificada dos currículos de que trata o caput do art. 26, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à Base Nacional Comum Curricular e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural” (BRASIL, 2017). Isso é mais uma evidência da relação direta entre BNCC e a Reforma do Ensino Médio.

Diante do exposto, pensar na necessidade de qualidade da Educação Básica, como é um dos propósitos constantes na BNCC, vai além da produção de uma lista de competências e de habilidades ou capacidades cognitivas para fazer algo. Pensar dessa forma bem superficial fica na retórica do retrocesso, pois é preciso também políticas públicas voltadas para formação de professores, tendo como discussão inicial a melhoria das condições de trabalho, salário digno e a valorização da função docente e investimentos necessários na estrutura escolar. Em outras palavras a qualidade de ensino está alijada e simplificada em que o que importa é a aquisição de conteúdos e isso deixa bem claro e resume o processo de ensino e aprendizagem em tal

documento (LOPES, 2018).

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO
UF: BA
Município: SALVADOR
Telefone: (71) 3203-8913
E-mail: cep@ucsal.br

Na década de 90, sob a forte influência de movimentos internacionais, o Brasil Instituiu e discutiu uma ampla reforma na Educação. Na reforma educacional, a nova LDBEN (Lei nº 9.394/96), em seu artigo 87, determinou que a União encaminhasse “ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes” (BRASIL, 1996).

Nesse obstante após quatro anos de LDBEN (Lei nº 9.394/96), foi implementado o Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2011), o qual apresentou como objetivo principal a preocupação da eliminação das desigualdades sociais, aumentando a oportunidade de acesso e permanência na escola, bem como a valorização da diversidade e da inclusão. Em continuidade aos apontamentos apresentados no PNE (2001-2011), O PNE (BRASIL, 2001, p.21) relativo ao período 2001-2011 encontra-se fundamentado em três eixos: o primeiro refere-se “A educação como direito [...]”, o segundo trata “A educação como instrumento de desenvolvimento econômico e social [...]”, e o terceiro define “A educação como fator de inclusão social [...]”.

Percebe-se que estes eixos se encontram relacionados diretamente com o que preceitua os objetivos e metas da EA para o ensino fundamental e médio. Assim, a EA enquanto tema transversal deve propor uma prática integrada, contínua e permanente de acordo com a Lei 9.795/99 (BRASIL, 2001). em 2009 foram realizadas conferências regionais preparatórias para a CONAE/2010, das quais resultaram no novo Plano Nacional de Educação, Lei Nº 13.005/2014, a construção do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) ocorreu por meio da realização da CONAE/2010, cujo tema foi “Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação, nessa construção participaram diversos segmentos da sociedade e do Poder público, no sentido de contribuir com propostas consistentes capazes de redirecionar as políticas educacionais brasileiras (VASSOLER, 2019).

A partir do momento, Vinte seis anos após a Constituição Federal (1988) é o espaço temporal em que situa o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Documento balizador este que emerge em resposta ao sinalizado no Art. 214 da referida Constituição, cujas metas apontam por meio de diretrizes a multiplicidade à qual a educação se encontra envolvida. Assim, destaca-se que as diretrizes que envolvem o referido plano abarcam, a

I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205
Bairro: FEDERAÇÃO
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913

Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio C
 CEP: 40.231-902
 E-mail: cep@ucsal.br

respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2014).

Por meio das diretrizes expostas, compreende-se que o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) apresenta como objetivo minimizar ou mesmo erradicar os problemas que abatem a educação brasileira, como por exemplo a erradicação do analfabetismo, formação para o trabalho, preocupação com princípio da gestão democrática da educação pública. Entre os problemas existentes se destaca a formação de professores, a qual emerge no PNE, buscando por meio das metas, avanços nas ações que abarcam as práticas pedagógicas e consequentemente a solução para os problemas que envolvem o processo de ensino e aprendizagem.

Nessa afirmação vale destacar que no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) se encontra substancialmente a meta 15 a qual apresenta propostas relevantes voltadas para a formação de professores, prevendo investimentos para subsidiar a formação profissional:

META 15: em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (BRASIL, 2014, p.35).

Ao que se refere a meta 15 cabe destacar que não há novidades. Esta expõe o que a LDBEN (Lei nº 9.394/96) anuncia desde a década de 90, reforçando que o regime de colaboração entre a União e estados frente à formação de professores se tornou um processo que nem a lei que o instituiu conseguiu estabelecer. Frente a este contexto se entende que há ausência de organização nas ações do estado no que concerne às leis que regem o sistema educacional, pois mediante o espaço temporal existente entre a LDBEN (Lei nº 9.394/96) e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) se compreende que os obstáculos existentes já deveriam terem sido vencidos.

Frente a este contexto dos processos cabe destacar que as repetições e ajustes presentes no PNE 2014-2024, apenas evidencia um novo foco mediante a formação de professores estabelecendo em suas metas a possibilidade de relações entre as teorias e as práticas encontradas nas escolas, destacando a formação continuada/formação em serviço. Sobre esta formação Scheibe (2010) destaca que

O PNE tem como uma das suas tarefas primordiais aprofundar a articulação da formação inicial com a formação continuada, o que envolve destacar a busca constante da relação entre os locais de formação, sistemas de ensino e escolas básicas. Destaca-se nesta articulação o papel dos centros, institutos e faculdades de Educação (SCHEIBE, 2010, p. 988-989).

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71) 3311-3311

Neste cenário apresentado, destaca-se outro aspecto complexo, a atuação das Instituições de Ensino Superior (IES), as quais possuem dificuldades no aspecto formação de professores,

principalmente quando estas se relacionam às questões financeiras. Questões estas, que apresentam ações relacionadas à responsabilidade do estado.

No desenvolvimento no PNE foi acertado o encaminhamento da organização da Conferência Nacional de Educação ao articular, no tema central, a questão da construção do Sistema Nacional de Educação com o Plano Nacional de Educação. Há, efetivamente, intrínseca relação entre esses dois conceitos. O sistema resulta da atividade sistematizada; e a ação sistematizada é aquela que busca intencionalmente realizar determinadas finalidades. É, pois, uma ação planejada. Logo, sistema de ensino significa, assim, uma ordenação articulada dos vários elementos necessários à consecução dos objetivos educacionais preconizados para a população à qual se destina. Supõe, portanto, planejamento. Ora, se “sistema é a unidade de vários elementos intencionalmente reunidos, de modo a formar um conjunto coerente e operante” (Saviani, 2010, p. 380), as exigências de intencionalidade e coerência implicam que o sistema se organize e opere segundo um plano. Consequentemente, há estreita relação entre sistema de educação e plano de educação.

Para Saviani (2010, p. 380), reforça o entendimento para dizer que a formulação do Plano Nacional de Educação se põe como uma exigência para que o Sistema Nacional de Educação mantenha permanentemente suas características próprias. Com efeito, é preciso atuar de modo sistematizado no sistema educacional; caso contrário, ele tenderá a distanciar-se dos objetivos humanos, caracterizando -se especificamente como estrutura (resultado coletivo inintencional de práxis intencionais individuais). Esse risco é particularmente evidente no fenômeno que vem sendo chamado de “burocratismo” (SAVIANI, 2010).

Complementarmente à questão da revisão da estrutura do plano, é necessário atentar para os mecanismos a serem previstos tendo em vista a garantia de que o plano seja de fato colocado em prática. A lei n. 10.172, que instituiu o atual PNE, previu no art. 3º avaliações periódicas da implementação do plano, estabelecendo, no § 1º, o acompanhamento de sua execução pelo Poder Legislativo e determinando, no § 2º, que a primeira avaliação seria feita no quarto ano de vigência do plano. No entanto, nada disso foi feito. É importante que agora, na formulação do novo PNE, essas questões sejam devidamente equacionadas. Uma maneira de assegurar institucionalmente esse processo de acompanhamento e avaliação da execução do plano será restabelecer, no âmbito do Sistema Nacional de Educação, a proposta de criação do Fórum Nacional de Educação como órgão representativo da sociedade civil do campo educacional; ele deverá se reunir periodicamente – digamos, a cada dois ou três anos –, tendo

como tarefa precípua o referido acompanhamento.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 E-mail: cep@ucsal.br

5 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O ENSINO REMOTO: O REINVENTAR DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Este capítulo tem como objetivo discutir como pandemia da Covid-19 criou uma nova situação nas instituições de ensino. Como medidas de conter a contaminação em massa e a sobrecarga do sistema de saúde, alguns governos estaduais e municipais resolveram suspender atividades presenciais, entre elas as aulas. Como meio excepcional de substituição da ministração do ensino presencial, o Ministério da Educação criou portaria autorizando a utilização de plataformas virtuais de aprendizagem, possibilitando a continuidade das atividades de ensino (BRASIL, 2020; MORAES, 2020).

Esse estudo parte do princípio que é possível vivenciar uma prática pedagógica inovadora, transformadora, comprometida, crítica e atuante nas questões ambientais e socioambientais através da educação ambiental no Ensino Fundamental mesmo em tempos de pandemia e com a interação dos alunos. Assim, como nessa linha de pensamento alinhar uma reflexão sobre a importância da aprendizagem significativa pode acontecer de maneira efetiva, a aprendizagem é capaz de mudar a vida, pois ela possibilita uma transformação do comportamento das pessoas.

5.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM TEMPOS DE COVID-19

A gênese do problema iniciou-se no fim de dezembro de 2019, no município de Wuhan (Hubei, China), quando o primeiro caso de COVID-19 (“Coronavirus Disease19”) ou 2019 - nCoV (“Doença do novo coronavírus 19) foi comunicado pela Comissão de Saúde do Município de Wuhan à Organização Mundial da Saúde – OMS (WHO, 2020a). O vírus causador dessa doença, SARS-CoV-2 ou novo coronavírus, rapidamente se espalhou pelo mundo, levando a OMS a declarar Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) em 30 de janeiro de 2020, com casos registrados em 19 países (WHO, 2020).

Desde então os números de casos e óbitos cresceram exponencialmente e muito rapidamente no mundo inteiro (WHO, 2020). No Brasil, a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus foi

declarada em fevereiro de 2020, através da Portaria no 188/20 (BRASIL, 2020). Essa situação nova e inesperada transformou o mundo. Novas formas de comunicação, novas estratégias de

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética, Prédio G,
Bairro: CEPEL, CEP: 41.231-902
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 E-mail: cep@ucsal.br

trabalho, novas reflexões sobre nossas relações com o mundo foram se apresentando ao longo desses meses.

Ao se referir as condições na situação pandêmica atual que atinge milhões de seres humanos pressupõe partir da compreensão sobre o ambiente como uma categoria social (MAIA, 2018). Nesse interim significa inserir o debate ambiental no escopo no qual se processa uma luta pela utilização da natureza. Nesse caso, estão em constante disputa pela natureza aqueles que detêm o poder político e econômico e aqueles que, ainda que produzam toda a riqueza material e imaterial, não determinam como suas vidas devem se organizar no plano econômico e político, isto é, os trabalhadores. Este é um dos aspectos elementares mais determinantes da crise socioambiental atual. Outro elemento está nas condições próprias de regulação dos ciclos bioecológicos do planeta que já demonstram não sustentar a forma como se produz a vida em sociedade na lógica do capital (BORGHI *et al.*, 2020, p.361).

Estruturas econômicas globais foram abaladas pela pandemia do novo coronavírus, principalmente os países designados como subdesenvolvidos ou emergentes. Contudo, resultando ao grande impacto provocado pela COVID-19, até os países mais articulados financeiramente tiveram suas economias abaladas. Economistas ortodoxos e heterodoxos, bem como pensadores sociais, tentam explicar e encontrar uma solução que possa mitigar os impactos negativos causados pelo novo coronavírus ao sistema financeiro global.

A reflexão que podemos fazer, nesse cenário de crises, é de que não será possível pensarmos no modelo hegemônico do consumismo exacerbado considerado “normal”, após esta experiência e as lições provocadas pela pandemia. Esperançamos superar este período com aprendizagens que nos fortaleçam, que nos impulsionem a crescermos em cuidado, em empatia e solidariedade, principalmente com a capacidade de perceber o outro e sua presença. Nesse sentido, concordamos com Boaventura Santos (2020) quando ele afirma:

A pandemia do Coronavirus é uma manifestação entre muitas do modelo de sociedade que se começou a impor globalmente a partir do século XVII e que está hoje a chegar à sua etapa final. É este o modelo que está hoje a conduzir a humanidade a uma situação de catástrofe ecológica. Ora, uma das características essenciais deste modelo é a exploração sem limites dos recursos naturais. Essa exploração está a violar de maneira fatal o lugar da humanidade no planeta. (SANTOS, 2020, p. 22).

A partir deste contexto reflexivo, nos perguntamos: Quais caminhos percorreremos para retomar a antiga ideia da consciência planetária, da interrelação das múltiplas formas de vida

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

relação entre as dimensões “do ‘eu’, dos ‘outros’ com o campo da EA”, ou seja, na e pela educação ambiental, podemos ir analisando possibilidades de nos reconectarmos com as essencialidades da vida, porque estamos sempre em movimento e ação.

Nessa análise reforça-se a ideia de que em tese a degradação ambiental compromete o serviço ecossistêmico provido por biomas com alta biodiversidade e ecologicamente íntegros (DAILY; NAYLOR; EHRLICH, 1997). Em conceitos amplos em que a diversidade biológica representa uma barreira de proteção natural, que por diluição, amortiza o transbordamento; na medida que os muitos hospedeiros naturais abrigam os vírus. Contudo, como consequência da degradação ambiental, a barreira natural de proteção contra zoonoses é quebrada quando ocorre o empobrecimento da biodiversidade; e de fato, estudos recentes indicam que as doenças transmitidas de animais selvagens para seres humanos estão em plena ascensão à medida que habitats naturais são destruídos (LAYRARGUES, 2020, p. 10).

Os debates acerca das discussões das práticas sociais, em um modelo marcado pela degradação ambiental, envolvem importante integração de meios sobre educação ambiental. Nesse aspecto, a dimensão ambiental tem se apresentado como uma proposta que busca envolver atores da área educacional, a fim de potencializar o comprometimento e o compartilhamento de conhecimento por meio de práticas interdisciplinares. Com isso, objetiva-se que a produção do conhecimento contemple as inter-relações coexistentes entre natureza e sociedade, “[...] incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos componentes envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento” (JACOBI, 2003, p. 190).

Diante do que foi exposto, exige-se que pensemos qual a relação das contradições que se aguçam na atual pandemia com a educação ambiental. Iniciamos do pressuposto de que a EA se configura como um processo educativo que objetiva a preservação do ambiente (AGUDO; MAIA; TEIXEIRA, 2015; MAIA, 2018). Nesse modo, o processo educativo ambiental precisa ter a definição de ambiente como categoria social (MAIA, 2018), ou seja, entendendo que a apropriação da natureza pelas classes hegemônicas no poder e no acesso às riquezas materiais e imateriais resulta na expropriação das classes mais pobres aos bens naturais e às produções humanas resultantes da transformação da própria natureza como fruto do trabalho humano no seu sentido ontológico.

Conforme Guerra *et al.* (2020, p. 50) os processos descontínuos nas políticas públicas de educação ambiental e da educação como um todo, ameaçam continuamente essas conquistas históricas, e inviabilizam a continuidade da Política Nacional de Educação Ambiental” e

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Cidade de Etica, Prédio Q
 Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902
 UF: BA Município: SALVADOR
 Telefone: (71) 3203-8943 E-mail: cep@ucsal.br

deixam órfão o projeto educativo além de, ainda segundo este autor “desprovido de seu exercício de criticidade, dialogicidade, tomadas como princípio e base da Educação Ambiental Brasileira, até então alicerçadas em marcos legais como a Política Nacional de Educação Ambiental”.

Nesse sentido, após um significativo avanço, com a conquista de políticas públicas que garantiram, ainda que insuficientes, recursos financeiros para a Agenda Ambiental no país, identificamos no seu bojo o enfraquecimento e marginalidade com a qual as políticas nacionais de meio ambiente e de educação ambiental vêm sendo tratadas e perdem espaço nas agendas governamentais. Vale ressaltar que tal marginalidade não tem início com o atual governo federal (2019-2022), pois nos últimos anos 15 anos, os três governantes, democraticamente eleitos no país, independentemente da matriz ideológica, não souberam priorizar a educação, nem mesmo a educação ambiental.

5.2 TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO FORMATO REMOTO

A suspensão das atividades presenciais em virtude do distanciamento social como medida de combate ao contágio do coronavírus durante a pandemia, mudou o cotidiano ao que concerne ao trabalho dos acadêmicos extensionistas que atuam diretamente na sociedade. Em razão do surto de COVID-19 que se instaurou mundialmente por volta do início do ano de 2020, chegando ao *status* de pandemia, a Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu medidas como evitar aglomerações em espaços públicos e privados, e a escola nessa análise sofreu com tais medidas.

Diante do estado pandêmico em abril de 2020, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) passou a recomendar o distanciamento social amplo, baseado em que todos e todas devem praticar as medidas de distanciamento social (CNS, 2020). Logo, essa recomendação se estendeu aos demais estados, instituições públicas e privadas, conseqüentemente, às ações comunitárias.

Neste cenário com a necessidade e a ascendência das redes digitais das TIC's como meio potencializador da veiculação ou mediação de conhecimento e informações na pandemia (SANTOS, 2019), por consequência surgem debates acerca das provocações causadas por ela

diante de aspectos de socialização, comunicação e até da educação. Na vertente educacional, o

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: Federação
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71) 3103-1004
E-mail: etica@ucsal.br

ciberespaço tem sido impulsionado pelo meio de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), fóruns de discussão, repositório de objetos educacionais e disseminação de material científico,

plataformas do *Google Meet*, *Google Classroom*, *Zoom*, *Whatsapp* e outros. Por isso, encontram-se diversos termos para referenciar as modalidades que fazem uso dessas tecnologias, como: ensino híbrido, educação a distância (EaD), ensino *online* ou remoto, etc. (SANTOS; CARVALHO; PIMENTEL, 2016).

Nesse interim outro processo de ensino-aprendizagem que pode ser confundido é a modalidade de ensino *online*, pois alguns ainda divergem como sinônimo ou como uma evolução do EaD. Entretanto, conforme Santos (2019) explica, há um distanciamento geográfico entre aluno-aluno e aluno-professor, mas ainda assim ocorre interatividade por meio de momentos síncronos e assíncronos, e divulgação de materiais hipertextuais mediante um AVA. Sendo assim, essa modalidade se apresenta em encontros presenciais, à distância e híbridos.

A educação *online* não é simplesmente sinônimo de educação a distância. A educação *online* é uma modalidade de educação que pode ser vivenciada e exercitada tanto para potencializar situações de aprendizagem mediadas por encontros presenciais; a distância, caso os sujeitos do processo não possam ou não queiram se encontrar face a face; ou híbridos, quando os encontros presenciais podem ser combinados com encontros mediados por tecnologias telemáticas. (SANTOS, 2019, p. 61-62).

Ao que se refere a chamada educação *online* ou remota objetiva uma educação de qualidade que promove “a (co)autoria do aprendente, autonomia e a mobilização da aprendizagem crítica e colaborativa, a mediação docente voltada para a interatividade e partilha” (SANTOS; CARVALHO; PIMENTEL, 2016). Mediante isso, o processo educacional não é restrito a uma dimensão conteudista em que o professor transfere o que sabe, mas sim de formação cultural, social, política, ética e profissional de discentes atuantes na sociedade.

Neste contexto de pandemia, as instituições de ensino deslocaram suas aulas presenciais para o modo virtual, visando cumprir as determinações de distanciamento físico. Ao entorno disso, levanta-se a discussão sobre a inviabilidade das aulas ocorrerem dessa forma por motivos de falta de preparação dos professores para formulação de metodologias apropriadas para um ensino *online*, além da falta de acesso dos educandos às tecnologias que possibilitem o contato remoto para ter acesso às aulas (MORAIS; SOUZA; ARAUJO, 2021).

Nesse mesmo espaço de dificuldades encontradas no processo da pandemia a utilização de aplicativos *online* para um ensino ativo, foi a solução encontrada por muitos professores que

buscavam tornar as suas aulas remotas mais produtivas. Dessa forma, ensinar remotamente permite o compartilhamento de conteúdo escolares em aulas organizadas por meio de perfis (ambientes controlados por *login* e senha) criados em plataformas de ensino. Nem mesmo os

Enderço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador - Campus Federação. Comitê de Ética, Prédio G
 Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902
 UF: BA Município: SALVADOR
 Telefone: 171 3203-8913 Email: cep@ucsal.br

professores que já adotavam ambientes *online* nas suas práticas imaginavam que seria necessária uma mudança tão rápida e emergencial, de forma quase obrigatória, devido à expansão do Covid 19 (MOREIRA *et al.* 2020).

Como ferramenta de interação as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDIC se dialogam em uma gama de bases tecnológicas que possibilitam a partir de equipamentos, programas e das mídias, a associação de diversos ambientes e indivíduos numa rede, facilitando a comunicação entre seus integrantes, ampliando as ações e possibilidades já garantidas pelos meios tecnológicos (SOARES *et al.*, 2015). A pandemia cobrou de professores e alunos desenvolver seus papéis de forma remota, por meio dessas tecnologias. Dessa forma, as aulas remotas precisam de algumas regras para possibilitarem rendimento e aproveitamento escolar, fazendo-se necessária uma ressignificação a distribuição adequada do tempo, instigar o engajamento dos alunos, fomentar o dinamismo e revisar conceitos importantes sobre a temática abordada (FREITAS *et al.*, 2019).

Garcia *et al.* (2020) afirmam que nas perspectivas atuais ensinar remotamente não é sinônimo de ensinar a distância, embora esteja diretamente relacionado ao uso de tecnologia e, nesse caso, digital. Nessa hipótese os autores destacam ainda que, o ensino remoto permite o uso de plataformas já disponíveis e abertas para outros fins que não sejam estritamente ligados aos educacionais, assim como a inserção de ferramentas auxiliares e a introdução ressignificadas das práticas inovadoras. Corroborando com este pensamento, Arruda (2020, p. 266) discorre que:

A educação remota emergencial pode ser apresentada em tempo semelhante à educação presencial, como a transmissão em horários específicos das aulas dos professores, nos formatos de *lives*. Tal transmissão permitiria a colaboração e participação de todos de forma simultânea, mas pode envolver a gravação das atividades para serem acompanhadas por alunos sem condições de assistir aos materiais naquele momento. Ela também pode envolver mais iniciativas da EaD, implementando ferramentas assíncronas (que funcionam de forma não instantânea, como fóruns de discussão) e melhor estruturação de materiais. Pode também envolver a transmissão de conteúdos por TV, rádio ou canal digital estatal, de forma mais massiva e emergencial.

O texto destacado acima nos permite ainda qualificar quanto as ferramentas síncronas, que segundo Mendonça e Gruber (2019) definem que estas ocorrem em tempo real e seus exemplos são os *chats* ou teleconferências. Os momentos de interação síncrona entre

professores e estudantes oportunizam discussões, debates, troca de experiências e colaboração

na educação a distância. Quanto às ferramentas assíncronas, estas ocorrem desconectadas do

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica de Salvador, Campus Federação, Comissão Ética, Prédio C
 Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902
 UF: BA na educação a distância. QUA
 Telefone: (71)3203-8913 E-mail: cep@ucsal.br

momento real e/ou atual, as atividades são realizadas sem que os alunos e professores estejam conectados simultaneamente (SPALDING *et al.*, 2020).

Nesta análise é relevante considerar que as ferramentas de interação assíncrona são desconectadas de tempo e espaço, ou seja, o estudante interage no seu tempo e ritmo. Os exemplos de ferramentas assíncronas mais comuns são: fóruns, e-mails, videoaulas, *Google Formulários*, *Google Classroom*, textos e blogs (MENDONÇA, 2019).

Destacamos, nessa perspectiva, que ações voltadas a Metodologia Ativa (MA) nas práticas de educação ambiental no modelo remoto tem uma concepção de educação crítico-reflexiva com base em estímulo no processo ensino-aprendizagem, resultando em envolvimento por parte do educando na busca pelo conhecimento (MACEDO *et al.*, 2018).

O uso de metodologias ativas ao campo das práticas de educação ambiental que integra ao campo ambientalista no qual ocorrem produção de conhecimentos, discursos e dentro desse campo segundo (Moran et al. p. 15,2017), é caracterizado por “estratégias de ensino centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, de forma flexível, interligada e híbrida”.

Na contextualização desses processos formativos e de acordo com Piffero *et al.* 2020 as metodologias em atividades remotas funcionam como elemento norteador do ensino, são de extrema importância, principalmente aquelas que buscam ressignificar uma participação ativa do aluno, aprendizagem significativa, colaboração e autonomia. As metodologias ativas são como uma estratégia de ativar o aprendizado dos estudantes, colocando-os no centro do processo, em contraponto à posição de expectador (DIESEL; BALDEZ; MARTINS, 2017).

No bojo das relações entre metodologia ativa e a prática de educação ambiental no formato remoto Moran (2018) destaca que:

As metodologias precisam acompanhar os objetivos pretendidos. Se queremos que os alunos sejam proativos, precisamos adotar metodologias em que os alunos se envolvam em atividades cada vez mais complexas, em que tenham que tomar decisões e avaliar os resultados, com apoio de materiais relevantes. Se queremos que sejam criativos, eles precisam experimentar inúmeras novas possibilidades de mostrar sua iniciativa. As metodologias ativas são caminhos para avançar mais no conhecimento profundo, nas competências socio emocionais e em novas práticas (MORAN 2018 p. 1).

Dessa forma como destaca o autor, a utilização das tecnologias embasadas em metodologias ativas pode permear o processo de ensino e aprendizagem de forma mais

integrada e autônoma, com foco principalmente no desenvolvimento humano em todas as suas

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

vertentes e voltadas principalmente para a realidade vivenciada atualmente nesse cenário de pandemia (CORDEIRO, 2020).

As tecnologias nesses tempos de pandemia têm suas peculiaridades que marcam o ensino remoto e abrange uma possibilidade para as práticas de educação ambiental com foco nas discussões e dos seus objetivos aprimorar os sentidos, criando possibilidades de interação com maior facilidade e estreitamento de relações, ou seja, permitem o desenvolvimento de uma infinidade de atividades que anos atrás os educadores nem ousaram em sonhar.

Neste olhar fundamentado nas metodologias ativas aplicadas no formato remoto GASPI; JUNIOR (2018) afirmam que, a integração destas tecnologias digitais na educação precisa ser pensada de forma crítica e criativa, desenvolvendo autonomia e reflexão dos envolvidos, e proporcionando diferentes possibilidades de ensino.

Ao que concerne a projetos de educação ambiental na escola são realizados de modo que podemos observar uma separação entre conhecer e viver. Temos uma escola que insiste em seguir com seu apego a preocupações com notas e onde os trabalhos são apoiados em metodologias de transmissão de conteúdos e realização de tarefas. Entendemos que esse modo de fazer na escola não dá conta de promover vivências de educação ambiental capazes de possibilitar que sujeitos realizem transformações nas experiências de si e do conhecer (DEMOLY; SANTOS, 2018).

Na contextualização analisada a sociedade em rede, defendida por Castells (1999; 2013) em que a cibercultura, modifica esta sociedade em relação à ampliação dos conceitos de cooperação e colaboração, promove uma modificação no contexto pedagógico e ambiental e, perante isso, a evolução do ciberespaço e as cidades, se relaciona com os processos de auxílio para o desenvolvimento de ‘novas’ tecnologias, ou ressignificação dessas, com a cocriação simultânea de diferentes dispositivos relacionando-os com modos e subjetividades trilhadas à luz do contexto ambiental, como tem sido na abordagem da pesquisa que temos desenvolvido. Neste sentido, trazer a educação ambiental para esse cenário, como contexto cultural e educacional, amplia o cenário da democracia, de forma a proporcionar maiores diálogos imersos nos ambientes digitais (CHAGAS; LINHARES, 2014).

Pudemos observar que temos diversas maneiras de conceber e praticar a educação ambiental na escola. Para nossa reflexão alguns trabalhos em que os pesquisadores enfatizam

as inter-relações entre seres vivos, modos de conceber e modos de agir no cuidado com o meio ambiente. Nesta análise conceitual Loureiro (2004) problematiza a experiência em educação ambiental considerando essas relações entre educação, participação e transformação da

Enderço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio G

Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-982

UF: BA Município: SALVADOR

Telefone: (71) 32203-8913 E-mail: cep@ucsal.br

realidade de vida. Já Jacobi (2004) traz uma reflexão em torno dos desafios colocados para desenvolver uma educação que avance no caminho de oferecer alternativas para a formação dos sujeitos. De acordo com o autor:

[...] a realidade atual exige uma reflexão cada vez menos linear, e isto se produz na inter-relação entre saberes e práticas coletivas que criam identidades e valores comuns e ações solidárias face à reapropriação da natureza, numa perspectiva que privilegia o diálogo entre saberes (JACOBI, 2004, p. 28).

Nesse tópico o autor aborda sobre a necessidade do diálogo entre saberes para que possamos construir práticas solidárias na educação ambiental. Já Keitel, Pereira e Berticelli (2012) corroboram com esta crítica e indicam a necessidade de superação de modelos lineares para que possamos construir conceitos capazes de contribuir com a promoção do cuidado com o meio ambiente.

Esse novo paradigma concebe o mundo como um todo integrado e abre caminho para a tecitura de uma perspectiva complexa e inclusiva no fazer em Educação Ambiental.

Para a Educação Ambiental, a contribuição da complexidade se dá como um dos pilares do pensamento e prática transdisciplinar que entendo ser uma forma de intercâmbio entre as disciplinas, superando as fronteiras entre elas. Dessa forma, a redução e fragmentação do saber serão superadas. (RIBEIRO, 2010, p. 85).

A aceitação desse novo modelo de perceber as interações e relações entre seres vivos requer uma contextualização na nossa forma de pensar e de agir, podemos compreender que a complexidade na análise de uma questão significa que precisamos dar voltas com o outro, interagir com explicações que permitem ampliar o entendimento, isto é, produzir explicações que favoreçam a produção de realidades considerando suas múltiplas dimensões.

5.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NO CONTEXTO DO ENSINO REMOTO

Em tempos atuais é fato relevante falar sobre projetos, oficinais interdisciplinares e o uso da tecnologia, para o ensino remoto, principalmente em período pandêmico provocado pela covid 19, de modo a desenvolver a aprendizagem significativa, que é uma forma muito ampla para se desenvolver esse tema, portanto, visando facilitar o entendimento sobre as questões abordadas e o enriquecimento que o seu uso traz ao contexto atual, de modo que mais docentes

busque implanta-los em suas aulas, torna-se necessário escolher uma área específica do Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40 231-902 UF: B:conhecimento para o desenvolvimento desse trabalho, de forma a delimitar mais os conteúdos Telefone: 7113203.8913 E-mail: cen@uesal.br e levar ao entendimento maior do que está sendo colocado em xeque. Para tanto, abordaremos,

o uso de projetos e oficinas interdisciplinares com o auxílio da tecnologia na educação ambiental visando à aprendizagem significativa que por sua vez refletirá na formação da nossa sociedade.

Pensar na escolha da educação ambiental como área específica desse trabalho, se justifica ao alinhamento devido às questões ambientais estarem sendo consideradas cada vez mais urgentes e importantes na sociedade, pois o futuro da humanidade intrinsecamente está dependente das relações estabelecidas entre a natureza e o uso pelo homem dos recursos naturais disponíveis. Portanto, a necessidade da narrativa da conscientização e mudança de valores e atitudes para que os alunos vivenciem isso em seu cotidiano enfatiza a importância da educação ambiental, onde os conteúdos por esse tema abordado ultrapassam os muros escolares para além de nossos bairros, nossas cidades, nossos estados e países.

Dar a educação ambiental uma abordagem interdisciplinar é colocar em prática o diálogo comparativo entre áreas de saberes diferentes, sobretudo levando a comunidade envolvida a refletir sobre os problemas ambientais de forma mais ampla. Na perspectiva social, as oficinas interdisciplinares proporcionam o exercício crítico e criativo de todos os envolvidos, promovendo oportunidades construtivistas de conhecimento e a democratização de saberes, resultados e soluções (LOCATELLI, 2020, p. 14).

Ainda no bojo dessa discussão Locatelli (2020) aborda que convívio escolar é um fator essencial e determinante para a aprendizagem de valores e atitudes relevantes à educação ambiental. Visto que a escola é um dos ambientes mais imediatos entre o aluno e conhecimentos com suas formas de serem colocados em práticas para transformar as relações do eu com a do cotidiano.

Sensibilizar os alunos para serem cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem estar de cada um e da sociedade por meio de atitudes e cuidados com o meio ambiente através da reutilização, reciclagem e redução do lixo é um dever da escola e um dos objetivos dos docentes - formar para a cidadania.

Para Melaré (2008, p.58) diz que o grande avanço tecnológico possibilitou a compreensão da importância das tecnologias no processo de aprendizagem, pois essa prática passa a atender “a diversidade de aprendizagem e as necessidades que a sociedade atual exige”

Ender

Bairro: FEDERAÇÃO

UF: BA

Município: SA

Telefone: (71)3203-8913

A ideia de que tecnologias de informação e comunicação facilitam o processo de ensino-aprendizagem está ligada ao fato de que tecnologia entra na vida do homem

E esta prerrogativa dessas interações mesmo no ensino remoto, há de se considerar que estas condições reverbera a possibilidade como cita Freire (1996), “sejam protagonistas da construção de seus saberes”. Segundo assim analisado numa perspectiva onde o professor deve criar condições para que os estudantes atuem de modo colaborativo, interagindo com seus pares e com o conhecimento construído pela comunidade aprendiz.

Tanto as oficinas, jornadas quanto ao uso da tecnologia, no ensino remoto ao qual fomos submetidos, quando conectadas do ponto de vista interdisciplinar e quando utilizam ferramentas de interação síncrona e assíncrona, que são características do ensino remoto, permitem a criação de um campo de discussão para que todos os envolvidos encontrem modos de participação na construção das relações de ensino e de aprendizagem. Assim como Freire (2003), o aluno deixa de ser um mero ouvinte de saberes tendo o professor como detentor do conhecimento, e se transforma no autor principal da aprendizagem, tendo na figura do professor um mediador, por fim, nosso aluno está apto a ser inserido em toda uma vida de saberes e conhecimentos, pois, aprendeu no chão de casa e complementando na escola a autonomia para aprender.

No ensino remoto, com o uso das tecnologias nas oficinas interdisciplinares o professor se torna mais próximo do aluno, sendo capaz de adaptar suas aulas, fazendo com que o aprender ocorra por meio de descobertas, desenvolvendo o conhecimento de forma integrada. Os aplicativos (*Google Meet, Whatsapp, Zoom, Google sala de aula*) nesse momento se tornam ferramentas da era tecnológica, assim como o uso de projetos e oficinas, coloca os alunos diante de situações problema tendo que utilizar toda sua estrutura cognitiva para buscar a solução. Mas nesse interim vale ressaltar que o simples uso de um projeto não garante a aprendizagem, para que um projeto alcance seus objetivos é necessário e importante dialogar à escolha do tema com significados aos interesses do alunado, este deve fazer sentido para o aluno e deve ser de fácil assimilação e aplicação no cotidiano de nossos alunos.

Quando se fala em aprendizagem significativa os princípios nos remetem a um contexto histórico acerca da aprendizagem significativa de Ausubel são da década 60. Devido a insatisfação de David Ausubel vivida em seu processo de escolarização pela falta de condições que contribuíssem para seu próprio desenvolvimento e propiciassem uma aprendizagem reflexiva e significativa deu origem a Teoria da Aprendizagem Significativa (TAS). Como psiquiatra e psicólogo do desenvolvimento dava voz ao outro em sua singularidade e

individualidade. Essa trajetória pessoal e profissional de Ausubel contribuiu para definir as linhas centrais da sua teoria: fazer da escola o local para uso da capacidade de compreender e atribuir significados, focalizar a relevância do processo relacional na aquisição de

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio C
 Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 49.231-002
 UF: BA Município: SALVADOR
 Telefone: (71) 3203-8918 E-mail: cen@ucsal.br

conhecimentos. Uma proposta psicoeducativa que busca explicar a aprendizagem escolar e o ensino em uma perspectiva cognitiva e, atualmente, em uma visão crítica (SILVA *et al.*, 2020).

Nessa perspectiva da relação do ensino remoto e suas tecnologias num modelo como o das oficinas e das jornadas interdisciplinares com a temática ambiental possibilita o aluno a mobilizar o que sabe a sua visão de mundo, o seu repertório, e a avançar em direção ao que lhe é proposto. Nesse movimento, o estudante assimila o novo e transforma o seu olhar. Segundo Ausubel (2020) na sua cumplicidade epistêmica onde representa a aprendizagem só é significativa se ela se concretiza essa relação entre os conhecimentos prévios e as situações de aprendizagem:

A aprendizagem significativa não é sinônimo de aprendizagem de material significativo. Em primeiro lugar, o material de aprendizagem apenas é *potencialmente* significativo. Em segundo, deve existir um mecanismo de aprendizagem significativa. O material de aprendizagem pode consistir em componentes já significativas (tais como pares de adjetivos), mas cada uma das componentes da tarefa da aprendizagem, bem como esta como um todo (aprender uma lista de palavras ligadas arbitrariamente), não são ‘logicamente’ significativas. Além disso, até mesmo o material logicamente significativo pode ser aprendido por memorização, caso o mecanismo de aprendizagem do aprendiz não seja significativo.” (AUSUBEL, 2000, p. 1).

O autor deixa sua reflexão bem formalizada sobre a relevância quando a aprendizagem é significativa nas oficinas e jornadas interdisciplinares com o uso da tecnologia, porque o material disponibilizado e os mecanismos de aprendizagem são significativos, na medida em que provoca a comunidade a colocar seu repertório em função das novas perspectivas apresentadas por toda a comunidade.

Há análises relevantes ao que Ausubel (2003, p. 72) destaca que “a aprendizagem significativa exige que prioritariamente os aprendizes manifestem um mecanismo de aprendizagem significativa [...] e ao qual o material que apreendem seja potencialmente significativo para os mesmos”. Dessa forma a fim de corroborar essas informações, Moreira (2011) afirma que a primeira condição refere-se ao desejo do aluno em aprender e que essa intencionalidade não se trata, necessariamente, de motivação, mas sim de qualquer atitude favorável à aprendizagem. Nesse aspecto quanto ao material, esse deve conter significado lógico, ou seja, necessita relacionar-se de maneira não arbitrária e não literal a uma estrutura

Estrutura cognitiva do indivíduo e o conhecimento a ser aprendido é mediada pelo material de aprendizagem.

Endereço: Rua Capão da Prata, 205 - Fátima - (Ind. Cat.) - Fone: (51) 3203-8913 - CEP: 91201-902 - Fátima - RS
 Bairro: FEDERAÇÃO
 UF: BA
 Telefone: (71) 3203-8913
 E-mail: cep@ucsal.br

Portanto, Masini (2011) alerta que a TAS visualiza a educação de forma holística e indissociável, e aprecia as relações:

[...] do homem com o mundo que o cerca (estudante-comunidade); de quem ensina com aquele que aprende (professor-estudante); do compreender de quem ensina com o compreender de quem aprende (conhecimento prévio-subsunçor); do conteúdo a ser ensinado com o que aquele que aprende já conhece (potencialidade do conteúdo - subsunçor específico); do que se propõe Ensinar com as condições de quem vai aprender – seus interesses, nível de elaboração, representações e conceitos disponíveis nessa programação de ensino (contrato didático). (MASINI, 2011, p. 17).

Ainda assim, nessa perspectiva Masini (2011) considera que na TAS, a estrutura cognitiva do estudante envolve principalmente as características mais particulares intrínsecas do sujeito, como essência relevante a individualidade e a capacidade de compreender, refletir e decidir as relações do processo envolvido. Nesta linha de consideração conceitual é relevante considerar que TAS rompe o paradigma de que o estudante é uma máquina pronta para receber as informações do professor. Ela aponta a necessidade de relação e apoderamento por parte dos docentes de ferramentas que acelerem o processo criativo de forma a desmistificar a educação e diversificar a aprendizagem (PELIZZARI et al., 2002).

Mesmo assim na estrutura cognitiva utilizada por Ausubel, que dentre outros fatores estabelece um conjunto total de ideias que o indivíduo tem sobre uma determinada área do conhecimento e é baseada nessa estrutura que ocorrem os processos de organização e integração de novos conhecimentos (MOREIRA e MASINI, 2006). Dessa forma, quando uma série de informações é apresentada ao estudante, há a interação com sua estrutura de conhecimento específica, o que Ausubel denominou de subsunçor (PELIZZARI *et al.*, 2002).

Segundo Soares et al 2020 esse aspecto é válido considerar que a teoria de Ausubel (2003, p. 72) ao tratar da aprendizagem cognitiva, foca na premissa de que existe uma estrutura em constante mutação. Essa estrutura cognitiva é entendida como o conteúdo total de ideias de um certo indivíduo e a forma como estão organizadas. Para ele, a aprendizagem é organização e integração de informações na estrutura cognitiva. O armazenamento de informações pelo cérebro é altamente organizado, formando uma hierarquia conceitual.

Ainda Ausubel (2003) enfatiza nos conceitos da aprendizagem significativa estabelecendo o processo por meio do qual um novo conhecimento relaciona-se de maneira não

arbitrária e substantiva (não literal) à estrutura cognitiva do aprendiz. A não arbitrariedade está relacionada ao fato de o material potencialmente significativo não se relacionar com qualquer

Enderço: Av. Cardeal Peçanha, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Pró-Reitoria
 Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902
 UF: BA Município: SALVADOR
 Telefone: (71)3203-8913 E-mail: cep@ucsal.br

aspecto da estrutura cognitiva, mas sim com conhecimentos especificamente relevantes, os quais são denominados de subsunçores.

No ensino remoto tais significados são construídos aos poucos e progressivamente compartilhados entre professor e aluno. O mediador tem em mente os significados que deseja compartilhar com o aluno e planeja a partir destes significados o que espera de fato que o aluno aprenda. Já o aluno não sabe que significados mobilizaram o mediador para a condução do processo e ele é conduzido a construir sentidos e significados que se aproximem dos propostos para o ensinar daquele conteúdo.

Para Silva *et al.* (2020, p. 413) a Aprendizagem Significativa de Ausubel é uma teoria de sentido epistêmico cognitivista e construtivista sobre o processo de aquisição do conhecimento. Nessa perspectiva como teoria cognitivista descreve o que sucede quando o ser humano organiza e atribui significados à realidade em que se encontra – significados em constante transformação. Já complementando-a como teoria construtivista interpreta a aquisição do conhecimento na asserção de que ver, ouvir, cheirar, apalpar, compreender, elaborar, relacionar, transformar e lembrar são atos de construção do sujeito, atos que dependendo das circunstâncias e condições pessoais fazem maior ou menor uso dos estímulos externos e da relação com o outro.

Moreira (2005) apresenta um questionamento “O que é afinal aprendizagem significativa”? E tomando esta indagação, apresenta uma descrição do que vem a ser essa aprendizagem e em que condições ela pode ocorrer.

A aprendizagem significativa de Ausubel é uma aprendizagem por compreensão: [...] caracteriza-se pela interação entre o novo conhecimento e o conhecimento prévio. [...] o novo conhecimento adquire significados para o aprendiz e o conhecimento prévio fica mais rico, mais diferenciado, mais elaborado em termos de significados e adquire mais estabilidade (MOREIRA, 2005, p.13).

Nesse sentido o autor destaca que nos seus princípios epistêmicos a Teoria da Aprendizagem Significativa é entendida como processo de compreensão, reflexão e atribuição de significados do sujeito com sua interação com o meio social, a cultura e por ela ser constituído. O referido autor aborda que aprendizagem significativa está centrada nas ideias expressas simbolicamente interagem de maneira substantiva e não arbitrária com aquilo que o aprendiz já sabe. Essa concepção de aprendizagem significativa está imbrincada à integração

de novas informações em um complexo processo gradativo pelo qual aquele que aprende adquire conhecimento. Este processo relacional implica a concepção de complexidade de Morin (2007), que diz respeito ao tecido dos acontecimentos, ações, interações, retroações,

Enderete: Av. Cardinal da Silva, 205, Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio G
 Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902
 UF: BA Município: SALVADOR
 Telefone: (71)3203-8913 E-mail: cep@ucsal.br

determinações e acasos constituintes do contexto social, no qual está o ser que aprende. Independentemente de o conhecimento prévio ser mais inclusivo ou mais específico, conforme a aprendizagem significativa ocorre, ele é desenvolvido, elaborado e diferenciado por conta das sucessivas interações pelas quais passa com os novos conhecimentos, por isso a estrutura cognitiva é dinâmica e os conceitos mais específicos podem se tornar inclusivos em outras situações de aprendizagem. Moreira (2012) afirma que, quanto mais interações ocorrem entre conhecimentos prévios e conhecimentos novos, mais estáveis se tornam os saberes na estrutura cognitiva dos indivíduos

Segundo Silva *et al.* (2021) a aprendizagem significativa de Ausubel é uma aprendizagem por compreensão. Para a ocorrência da aprendizagem significativa são necessárias algumas condições:

Partir do que o aprendiz conhece – cognições já adquiridas e construídas pelo aprendiz; organizar o material a partir de conceitos mais amplos para os mais específicos; utilizar linguagem que propicie a comunicação com o aprendiz; utilizar recursos facilitadores da aprendizagem significativa: substantiva e programaticamente e os princípios da diferenciação progressiva e reconciliação integrativa; fazer uso de organizadores para superar o limite entre o que o aluno já sabe e o que ele precisa saber; Interagir do professor e aprendiz com autonomia no processo de aprendizagem no meio social e cultural; considerar as inter-relações e análise dos recursos humanos e materiais que propiciam ao aluno possibilidade de compreender e refletir sobre o impede que isso ocorra e que comprometem o processo de aprendizagem (SILVA, 2021, p.414).

Neste aspecto a autora apresenta uma ênfase e provoca uma reflexão baseada sobre a aprendizagem significativa, defendendo em seus argumentos que nesse processo de ensino é inerente que o conteúdo apresentado faça sentido para o aluno e que nesse processo, a informação deverá interagir e ancorar-se nos conceitos relevantes já na estrutura do aluno, e essa ótica nos permite refletir que nesse contexto, a aprendizagem significativa é um processo por meio do qual um novo conhecimento se relaciona de maneira lógica à estrutura cognitiva do estudante, incorporado a essa estrutura como a essência do novo conhecimento.

Questionamento baseado na epistemologia pode-se analisar que a aprendizagem significativa é um processo por meio do qual um novo conhecimento se relaciona de maneira lógica à estrutura cognitiva do estudante, incorporado a essa estrutura como a essência do novo conhecimento. Assim segundo Moreira (2012, p. 24) são condições que caracterizam o processo

Endereço: Av. Cândido de Sá, 211 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

Essencialmente são duas condições para aprendizagem significativa: 1) o material de aprendizagem deve ser potencialmente significativo; 2) o aprendiz deve apresentar uma predisposição para aprender. A primeira condição implica: 1) que o material de aprendizagem (livros, aulas, aplicativos...) tenha significado lógico (isto é, seja relacionável de maneira não-arbitraria e não-literal a estrutura cognitiva apropriada e relevante); 2) que a aprendiz tenha em sua estrutura cognitiva ideias-âncoras relevantes com os quais esse material possa ser relacionado. (MOREIRA, 2012, P.24-25).

Nesta análise o autor dar um enfoque e quer dizer que o material possa ser relacionado a determinados conhecimentos e o aprendiz deve ser relacionável e determinados conhecimentos e o aprendiz por sua vez deve ter esses conhecimentos prévios necessários para fazer esse relacionamento de forma não arbitrária. É válido ressaltar diante das circunstâncias enfatizar que o material só pode ser potencialmente significativo, não significativo: não existe livro significativo, nem aula significativa, nem problema significativo, pois o significativo está nas pessoas, não nos materiais.

De uma análise pautada na relevância valorada conceitualmente, Coll (2002) entende que para ocorrer Aprendizagem Significativa (AS) é fundamental parametrizar a construção de significados para o processo de ensino e aprendizagem. À medida que o estudante aprende um conteúdo, observa uma explicação, categoriza e realiza um procedimento e consegue atribuir-lhe significados. Quando não é possível atribuir de significados, a aprendizagem torna-se memorística, reduzindo-a uma repetição de informações ou de conteúdo. Pelizzari *et al.*, (2002) ratifica que as duas condições para haver AS são:

[...] em primeiro lugar, o estudante precisa ter uma disposição para aprender: se o indivíduo quiser memorizar o conteúdo arbitrária e literalmente, então a aprendizagem será mecânica. Segundo: se considera as tentativas do desenvolvimento do conteúdo com caráter potencialmente significativo, ou seja, ele tem que ser lógico e psicologicamente significativo: o significado lógico depende somente da natureza do conteúdo, e o significado psicológico é uma experiência que cada indivíduo tem. Portanto, o estudante faz uma distinção dos conteúdos que possa traduzir significados ou não para si mesmo. (PELIZZARI *et al.*, 2002, p. 38).

O autor faz uma referência marcante que além de querer aprender e do material com potencial significativo, para Moreira (2011a, p. 54), “o conhecimento prévio é a variável isolada que mais influencia a aquisição significativa de novos conhecimentos”.

Alinhado nessa premissa epistêmica as formas de processamentos da AS podem ocorrer por descoberta ou por recepção. Na primeira ideia o estudante aprende sozinho, assim ele deve descobrir algum princípio, relação, lei, o que pode acontecer durante a solução de um objeto; enquanto que por recepção, o estudante, recebe a informação pronta e o seu trabalho consiste

Enderço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G

Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 41231-001

UF: BA Município: SALVADOR

Telefone: (71) 3001-8010

em atuar ativamente sobre esse material, com intuito de relacioná-lo às ideias relevantes disponíveis em sua estrutura cognitiva (AUSUBEL, 2000). Vale enfatizar que na aprendizagem receptiva, o estudante não é considerado um ser passivo, mas exige dele muita “atividade cognitiva para relacionar, interativamente, os novos conhecimentos com aqueles já existentes na estrutura cognitiva” (MOREIRA, 2012).

Certamente, para Ausubel (2003, p. 15) a característica mais marcante da aprendizagem significativa é que, produzir uma interação entre os conhecimentos mais relevantes da estrutura cognitiva e das novas informações não é uma simples associação, de modo que estas adquirem um significado e são integradas à estrutura cognitiva de maneira não arbitrária e substancial, favorecendo a diferenciação, evolução e estabilidade dos subsunções pré-existentes, e consequentemente de toda a estrutura cognitiva. O autor favorece a ideia de que aprendizagem é significativa quando novos conhecimentos (conceitos, ideias, proposições, modelos, formulas) passam a ser notórias e significar algo para o aprendiz, quando ele é capaz de explicar situações cotidianas com suas próprias palavras, quando é capaz de resolver problemas novos, quando compreendem. Com isso o significado de aprendizagem significativa fica baseado em três conceitos nela envolvidos: significado, interação e conhecimento e subjacente está alinhado a eles a linguagem.

Com base nos contextos que abordam os princípios defendidos pela Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) consideram a aprendizagem significativa, em que:

Os conhecimentos prévios e as atribuições de sentido dependem das interações sociais. Nesse sentido, um tema é relevante para o estudante quando sua abordagem não é esvaziada de significado social, mas suas características socioculturais reais são mantidas. A escuta e circulação da palavra, durante a aula, é fundamental para identificação dos significados acerca do tema presentes entre os estudantes. (BRASIL, 2018).

É nesse contexto que a BNCC também se subscreve norteando uma educação ou ensino voltado para o interesse a bons resultados que prima por currículo com foco em tais avaliações, e assim se define ou alcança a camuflada qualidade (LOPES, 2018). Para Girotto (2017) em tom de denuncia aponta sobre as desigualdades sociais e, portanto, pedagógicas que professores e estudantes enfrentam no chão da escola. Como tema focal a BNCC não vai sanar e nem assegurar o direito a aprendizagem, na medida em que a desigualdade que assola as classes

sociais deve ser combatida no processo de formação sócio territorial brasileiro.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G

Bairro: FEDERAÇÃO

UF: BA

município: SALVADOR

Telefo

E nesta relação e visando à formação para a cidadania em nossas escolas, que, aliás, é uma das novas exigências da BNCC que traz no seu bojo a formação integral de nossos alunos

por meio do aprimoramento e desenvolvimento de competências gerais que são necessárias não apenas em ambientes escolares, e sim para a vida em sociedade. Para que isso aconteça, entretanto, é necessário desenvolver essas competências pois requer mais que o trabalho em disciplinas, é necessário, a união dos saberes por meio de uma linguagem interdisciplinar, afinal o que se busca é o desenvolvimento integral e isso só é alcançado quando o ensino até então trabalhado de modo fragmento, se junta formando um conhecimento aplicável em nosso dia-a-dia, é inadmissível que o conhecimento se detenha apenas as disciplinas (LOCATELLI, 2020).

Para Nardy (2014, p. 30) no plano sobre dos Parâmetros Curriculares Nacionais indicavam que a abordagem da temática ambiental necessita atender necessariamente os aspectos conceituais, pois os alunos precisam constituir principalmente significados aos termos como biodiversidade, sociodiversidade, preservação, conservação, degradação e sustentabilidade. Esse mesmo documento faz uma reparação e destaca que esses conceitos devem estar conectados aos conteúdos procedimentais e atitudinais, de modo a priorizar reflexões e exercícios que desenvolvam valores e atitudes críticas. Dessa forma, quando se trata de uma aprendizagem significativa voltada à educação ambiental, devem-se levar em consideração os conteúdos que vão além dos conceituais.

Ainda assim, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s (MEC, 1997), o papel principal dentro da proposta de uma abordagem ambiental com sua relevância ao processo de aprendizagem significativa nos permite no processo de formação de cidadãos conscientes de forma ativa, capacitados na tomada de decisões perante a desafios na realidade socioambiental e compromissados com o bem-estar em escala local, regional e global. Em tese, para Oliveira (2002), a intervenção de práticas educativas no âmbito ambiental promove maior dinamicidade no que diz respeito a medidas protetivas ao meio ambiente, pois propõe uma relação harmônica entre ser humano e natureza capaz de provocar mudanças comportamentais de cunho ético, cultural, territorial e socioambiental.

Para tentar compreender esta análise, Novak (1978), se apropria e demonstra explicitamente a possível articulação entre a educação ambiental e a aprendizagem significativa. O autor demonstra a teoria como uma ferramenta pedagógica que destaca o conhecimento, as habilidades, os valores e as atitudes como elementos fundamentais para esta aproximação epistemológica. Entre outras características, destaca a pertinência da proatividade

do aluno como elemento relevante de autonomia pelo seu próprio processo de aprendizagem, bem como analisa a eficácia do método por meio do componente emocional. Assim, além de divulgar os pressupostos da teoria de Ausubel, Novak (2011) reforça aspectos humanísticos a

E-mail: cep@ucsal.br
 Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio E
 Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902
 UF: BA Município: SALVADOR
 Telefone: (71)3203-8913

ela, pois compreende a educação como um conjunto de experiências cognitivas, afetivas e psicomotoras.

Para transcender uma perspectiva que olha e analisa unicamente o produto é necessário fundamentar as práticas educacionais em teorias que consideram a aprendizagem em sua totalidade. Nesta análise para Reigada e Tozoni-Reis (2004, p. 58), a aprendizagem significativa “é uma referência teórico-metodológica importante para as ações relevantes educativas ambientais, [...] uma alternativa à aprendizagem por memorização”. Neste caso ela passa a ser uma opção estratégica e metodológica para driblar tendências mecanicistas, tradicionais, conservadoras em atividades de educação ambiental, pois se efetiva de fato a construção mental de significados implica uma ação pessoal – e intencional – de relacionar a nova informação recebida com os significados já existentes na estrutura cognitiva.

Ainda nessa perspectiva Novak (2010, p. 21) comenta que a aprendizagem significativa perpassa o sentido da cognição, uma vez que, os limites conceituais assumem um caráter diferenciado, a fim de integrar conteúdos procedimentais e atitudinais que interferem na apropriação crítica de conhecimentos, privilegiando as suas nuances territoriais, atitudes, valores e comportamentos. Nesse sentido, o material potencialmente significativo carrega consigo a responsabilidade de sensibilização, que, por sua vez, possui grande influência na predisposição do indivíduo em aprender. Todos esses aspectos conduzem à ideia de que, na educação ambiental, “a aprendizagem significativa subjaz à integração construtiva entre pensamento, sentimento e ação, levando à formação para o compromisso e responsabilidade” (NOVAK, 2010, p. 22-31).

Nas análises estudadas é válido caracterizar que diante das considerações ponderáveis que aprendizagem significativa se integra a construção do pensamento, pensando assim visando uma melhora da qualidade de vida, é necessário que haja considerações de novas formas de entendimento e relação sociedade-sociedade e sociedade-natureza (CARVALHO, 2006; GRÜN, 2001). Nesse prisma conceitual, segundo Carvalho (2006, p. 21) há “uma forte tendência em reconhecer o processo educativo como uma possibilidade de provocar mudanças e alterar o atual quadro de degradação do ambiente”. Com base nessa ideia é inerente que nesse contexto a educação ambiental exhibe, progressivamente, uma função crítica e transformadora, cujos objetivos dizem respeito à corresponsabilização dos indivíduos na promoção de um novo

estilo de desenvolvimento, um novo modelo civilizatório com perspectiva sustentável (LEFF, 2001), por esse motivo, faz-se necessário compreender o processo educativo no qual a problemática ambiental está inserida.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 203 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio G
 Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902
 UF: BA Município: SALVADOR
 Telefone: (71) 3203-8913 E-mail: cep@ucsal.br

Ao que concerne na temática da aprendizagem significativa e educação ambiental leva-se em consideração que as diferentes visões quanto aos processos sociais podem conduzir a diferentes programas de ações (Carvalho, 2006), então nesse momento de análise deve-se partir de um pressuposto teórico que embase as atividades de educação ambiental (TEROSSI; SANTANA, 2010). Nesse contexto, dentre as variadas tendências pedagógicas que fundamentam as práticas de educação ambiental como significativa este consiste na linha de pensamento histórico-crítica como a mais pertinente para o enfrentamento da crise exposta. Isso se deve ao fato de que a educação ambiental crítica, transformadora, emancipatória e significativa:

[...] tem como ponto de partida a ideia de que a prática social é construída e construtora de humanidade, isto é, é construída pelas relações sociais de produção da vida social, contribuindo na construção dessas mesmas relações. A formação humana plena na perspectiva de superação radical da alienação, da exploração do homem pelo homem e da exploração da natureza pelos seres humanos, exige um processo educativo que garanta condições concretas para uma prática social ambiental transformada e transformadora (Tozoni-Reis, 2007, p. 13).

Para Rodrigues e Costa (2004) nessa discussão de relação à articulação da EA com as aprendizagens significativas no contexto atual ressaltam que, de caráter processual e contínuo, a EA implica na provocação de comportamentos, posturas, habilidades e construção de valores do indivíduo na tomada de medidas para se mitigar ações sustentáveis para as problemáticas ambientais. Esse conhecimento científico, prático e adquirido perpassa de geração a geração, sendo propagado de pai para filho ao longo dos tempos. Nesse contexto Dias (2004), a EA apresenta um caráter holístico e não homogeneizado do ensino e propõe uma educação com a premissa de se instigar o senso crítico no indivíduo. Ainda esse mesmo autor enfatiza que ações da EA trazem à tona discussões de cunho ético, social, ambiental e político para uma efetiva transformação de uma realidade que sendo preconizado com relevância as aprendizagens significativas.

Para Santos (2008), as práticas ambientais em articulação com as aprendizagens significativas são alternativas de ensino importante para o desenvolvimento da saúde mental e necessita de mais espaço no âmbito do processo de ensino aprendizagem, uma vez que práticas ambientais, mesmo no ensino remoto, proporcionam uma relação de maior afetividade com o mundo, expande a socialização com o outro e com ele mesmo. Nesse entendimento, Tessaro

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO
UF: BA **Município:** SALVADOR **CEP:** 40.231-902
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

de forma espontânea e dinâmica, além de estimular a consciência crítica e a criatividade no âmbito pessoal, social e cultural.

Assim, Rangel e Miranda (2016) destacam que atrelados aos programas de oficinas ambientais remotos com jogos, dinâmicas, e práticas de recreação têm função de maior apelo educacional, pois fogem do ensino tradicional das salas de aula e da rotina escolar. Ainda, os mesmos autores enfatizam a formulação de conceitos inerentes aos participantes e o estímulo no desenvolvimento da autonomia. Dessa forma, Telles (2002) desta que as oficinas são apreciadas dentro de uma linha pedagógica, o construtivismo, ligada de forma intrínseca a aquisição de conhecimento, da aprendizagem significativa e consolidação do aprendizado.

De acordo Cabrera e Salvi (2005), as práticas ambientais, mesmo no ensino remoto, influenciam espontaneamente o indivíduo, pois prepondera pelas fases da vida humana, principalmente quando crianças e persiste de forma mais amena até a fase adulta. Esse viés é potencializado pelo fato destas práticas estimularem a aprendizagem significativa do sujeito, os processos motores, cognitivos e afetivos dos participantes. Nessa perspectiva, Cabrera (2007) enfatiza as práticas como instrumento institucional efetivo, significativo, pois instiga a uma predisposição ao gosto pelo aprendizado no aprendiz, além de proporcionar imaginação para a consolidação de processos cognitivos e a adoção de símbolos para a construção de significados, premissas fundamentais que são próprias da aprendizagem significativa.

É salutar considerar nessas condições destacar que a fim de trabalhar a educação ambiental como uma prática social, Carvalho (2006) considera que ela seja compreendida a partir da articulação de três dimensões: a de conhecimentos, a de valores (éticos e estéticos) e a política. Ainda, o mesmo autor leva em consideração a necessidade de uma visão de reciprocidade e complementaridade das diferentes dimensões, sobretudo a política – considerada o eixo central.

De acordo om Pelizzari *et al.* (2002), a teoria da aprendizagem significativa sendo uma abordagem construtivista prioriza as articulações cognitivas como é processada uma nova informação e como ela se inter-relaciona com os conhecimentos prévios trazidos pela bagagem cognitiva do estudante. Nesse enfoque, a partir do entendimento de Nardy e Laburú (2014), a aprendizagem significativa apresenta um caráter especial e sobrepõe aos ensinamentos conceituais, com a pretensão de implementar conteúdos atitudinais e procedimentais que

influem na internalização de valores e posicionamentos expressos através de comportamentos.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio C

Bairro: FEDERAÇÃO

CEP: 40.231-902

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3203-8913

E-mail: cep@ucsal.br

6 O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL PARQUE VERDE

6.1 ANÁLISES NO CONTEXTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

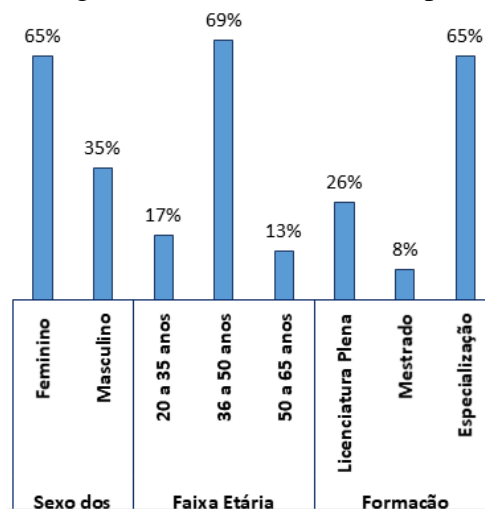
Para realizar a análise contextual e discussão acerca dos resultados desta pesquisa, aplicamos um questionário semiestruturado (já comentado na metodologia, capítulo 2), constando de questões objetivas e subjetivas, ao qual foi aplicado junto aos professores, coordenadores e gestores da unidade escolar em estudo.

Convêm destacar que para análise das respostas, foram estabelecidas subcategorias, a saber: o perfil dos profissionais, as dimensões conceituais sobre meio ambiente e educação ambiental, as ações pedagógicas da educação ambiental, BNCC e as suas relações com a educação ambiental, a formação continuada em educação ambiental, a dimensão socioambiental e as rotinas de educação ambiental na escola, e o ensino remoto.

6.1.1 O perfil dos profissionais
 Endereço: Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio G
 Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902
 UF: BA Município: SALVADOR
 Telefone: (71)3203-8913 E-mail: cep@ucsal.br

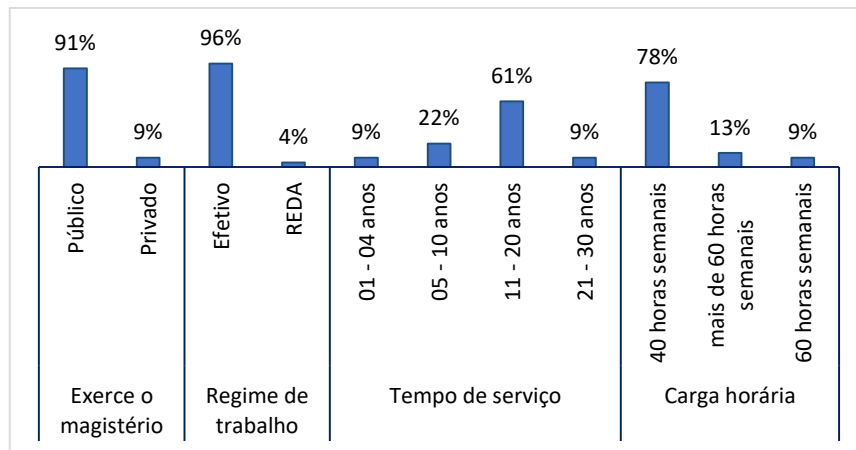
A analisando os primeiros resultados da pesquisa realizada com 23 professores, o que corresponde a 70% do quadro de profissionais que leciona na escola, 65% deles são do sexo feminino, com média de idade de 36 a 50 anos, sendo que 65% possui alguma especialização na área de educação (Figura 2). É importante relatar que todos os partícipes da pesquisa possuíam habilitação para licenciatura. Estes ministram as disciplinas de: Língua Portuguesa, História, Matemática, Geografia, Língua Inglesa, Educação Física, Filosofia, Artes e Ciências. A maioria desses sujeitos exerce o magistério apenas em instituições públicas de ensino (91%), com tempo de atuação na área docente entre 11 a 20 anos, além de representar a única atividade profissional exercida de pelo menos 86% dos professores, sendo que 7% atuam como coordenadores e 7% correspondem aos gestores da unidade escolar. Em relação à jornada de trabalho semanal, 78% trabalham 40 horas, 9% lecionam 60 horas e 13% com carga horária semanal de mais de 60 horas. Quanto à formalidade contratual, 96% são efetivos do quadro funcional da unidade escolar (Figura 3).

Figura 2 – Perfil dos sujeitos da pesquisa do grupo 1 (Professores, Coordenadores e gestores) da Escola Municipal Parque Verde



Fonte: Autor. Trabalho de campo, 2021.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br



Fonte: Autor. Trabalho de campo, 2021.

6.1.2 Dimensões conceituais, as ações pedagógicas, BNCC e as suas relações com a educação ambiental e formação continuada

Com o ponto de partida do entendimento de que a educação ambiental no Brasil integra a Política Nacional do Meio Ambiente e é, de fato, um instrumento do processo educativo que muito contribuirá com as atividades dos educadores, quando estão em jogo discussões da problemática do meio ambiente. No entanto, é preciso que estes profissionais tenham conhecimentos adequados e facilitadores para que a aprendizagem dos alunos se processe da melhor forma, despertando mudanças de atitudes, o valor da cidadania, senso crítico e, principalmente, de transformação social. Foi nesse sentido, com a aplicação dos questionários, que apresentamos aos sujeitos da pesquisa o tema de educação ambiental através de 4 (quatro) questionamentos: qual o entendimento sobre o conceito de meio ambiente, quais as ações pedagógicas em educação ambiental são aplicadas, sobre a relação entre a BNCC x educação ambiental, e qual sua formação continuada em relação à educação ambiental.

Ao questionar sobre o entendimento em relação a EA, os respondentes informaram que esse entendimento de meio ambiente passa por diferentes formatações conceituais e que depende muito da fonte de pesquisa que se tem em mãos, por isso, para entender as ações de educação ambiental, é necessário, sobretudo, conhecer as definições de meio ambiente das pessoas envolvidas. Assim, a forma como as pessoas percebem o meio ambiente influencia

diretamente na concepção e na maneira como elas agem sobre ele. No entanto, o meio ambiente deve constituir-se também, como ponto de partida para o desenvolvimento de qualquer atividade inerente de EA, sendo, por sua vez, necessário compreender as concepções e

Enderço: Av. Cardeal da Silva, 265 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio C
 Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902
 UF: BA Município: SALVADOR
 Telefone: (71)3203-8913 E-mail: cep@ucsal.br

representações de meio ambiente das pessoas envolvidas, antes de qualquer ação propriamente dita a ser realizada no contexto ambiental.

No estudo, a resposta mais frequente em porcentagem dada pelos professores, coordenadores e gestores é a visão do meio ambiente como espaço de vivência dos homens, tendo uma visão mais antropocêntrica, ou seja, o homem como elemento centralizador do meio ambiente. As respostas dadas no sentido da visão do meio ambiente como espaço onde se caracteriza as relações homem-natureza e de transformações e de diversidades sociais, políticas e econômicas foram poucas.

Sobre a educação ambiental, para os participantes da pesquisa, no geral, compreende-se que a mesma é considerada como ferramenta essencial para a formação e promoção de um sujeito crítico e responsável por suas ações em relação ao ambiente em que vive, desenvolvendo, com isso, valores e atitudes que possibilitarão garantias de sustentabilidade.

No que refere às práticas pedagógicas em relação à educação ambiental, 87% dos entrevistados alinham seus conteúdos com a temática da educação ambiental. Quando perguntados se sentiam-se preparados para abordar a temática ambiental em sala de aula, 57% dos professores acenaram positivamente, enquanto 39% disseram que às vezes se sentem preparados aos propostos epistêmicos de temáticas voltadas à educação ambiental e 4,5% não as utilizam por conta de não conhecimentos prévios à temática.

Foi perguntado, ainda, como o tema meio ambiente é desenvolvido na escola. Há um destaque neste questionamento ao que diz respeito que aproximadamente 48% dos professores trabalham o tema na forma de projetos estruturantes e que, nesta perspectiva, 43,5% dos professores utilizam o termo educação ambiental através de temas transversais nas suas aulas, com métodos de ensino que possam trabalhar e aprimorar a capacidade do aluno em avaliar, sistematizar e interpretar situações problema para a tomada de decisão eficaz na análise e resolução de dificuldades, tanto no âmbito individual quanto coletivo, correlacionando com a realidade social, cultural, ambiental e econômica do seu meio em benefício da sociedade.

Na temática ambiental, estratégias pedagógicas para os estudos mais utilizadas entre os profissionais, foram: aulas expositivas (80%), filmes e vídeos (60%) e expressões artísticas (45%).

Em relação aos desafios encontrados nas práticas da educação ambiental no contexto da

Educação, como pode ser observado no Quadro 4 abaixo, estão relacionados a Recursos,

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205, Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio C
Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 E-mail: cep@ucsal.br

infraestrutura, falta de material didático, falta de formação sobre educação ambiental – que poderia ser melhor ofertado pela Secretaria de educação – e pensamento não articulado.

Quadro 4 – Desafios da prática da educação ambiental do contexto educacional

Professor1	Respostas para o questionamento: Qual o maior desafio que você encontra para desenvolver atividades de educação ambiental em suas aulas?
Professor 1	“Material que articule a história e ambiente de maneira mais simples, lúdica e didática...”
Professor 2	“Adequar os conteúdos da disciplina, carga horária e conhecimento específico da educação ambiental...”
Professor 3	“Disponibilidade de recursos e infraestrutura na Escola...”
Professor 8	“A falta de formação sobre educação ambiental que poderia ser ofertado pela Secretaria de educação, possibilitando melhor conhecimento de estratégias de abordagem do tema...”
Professor 20	“Participação dos colegas professores em um intuito interdisciplinar,”
Professor 22	“Os problemas vão desde à organização do currículo até os de estrutura do espaço escolar. Esses fatores impedem que os projetos sejam pensados e construídos coletivamente, de forma interdisciplinar, uma vez que os professores mal conseguem se reunir para um diálogo entre as disciplinas...”
Professor 23	” Promover ações integradas que possibilite a participação ativa do aluno, como saídas a campo, acesso à eventos locais, dentre outros, devido às questões logísticas...”

Fonte: Autor. Trabalho de campo, 2021.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



Endereço: Av. Cardelino de Azevedo, 205, Federação, Salvador, Bahia, Brasil. Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G

Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902

UF: BA Os participantes da pesquisa foram numerados de 1 a 23 para não serem identificados na apresentação

Telefone: (71) 3293-8913

E-mail: cep@ucsal.br

Os resultados.

Outro questionamento ao professor foi qual meio de comunicação que mais utiliza, no seu cotidiano, para manter-se informado sobre as questões ambientais? Dos mais citados estão os cursos *online* (92%) e os noticiários de TV (87%). No entanto, os cursos oferecidos de formação continuada pela Secretaria de Educação foram os menos citados.

Sobre o questionamento sobre a BNCC² e suas relações com a educação ambiental no contexto escolar – que leva em consideração que a BNCC envolve um sistema de relações políticas, econômicas e culturais que configuram a formação da sociedade –, a maioria dos participantes da pesquisa compreendem o uso da BNCC como uma forma de incluir novos olhares que possibilitem abordagens críticas, criatividade e diálogo, na busca de uma prática que referencia o tema gerador que é a educação ambiental. Para 61% dos professores, a temática da educação ambiental é utilizada em seus planejamentos pedagógicos e afirmam que utilizam nas suas aulas conhecimentos ligados à BNCC.

Aos entrevistados foi questionado também sobre as dificuldades encontradas para alinhar seus conteúdos a BNCC. Ficou evidente que a BNCC possibilita diversas abordagens e reflexões, permitindo novos olhares e novas discussões definidas pela comunidade escolar, porém, a dificuldade na formação, disponibilidades de recursos e carga horária para efetivação de projetos são marcas inerentes no processo e sentido de desenvolver consciência crítica em relação às questões do meio ambiente.

Outro questionamento aos educadores foi em relação à formação continuada em educação ambiental e sua contribuição na efetivação da educação ambiental no contexto escolar. Para a maioria dos participantes, isso se configura como uma proposta concreta e permanente que visa à melhoria da qualidade da prática docente no contexto escolar. 70% desses educadores fizeram alguma formação continuada sobre educação ambiental como de

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



Endereço: Av. Carlos de Almeida Silva, 205, Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio G

Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902

UF: BA **Município:** SALVADOR documento oficial que define direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que orienta a elaboração dos currículos **E-mail:** naep@ucsal.br **Assinbo** documento preconiza objetivos que

devem percorrer as etapas de parte da Educação Básica (BRASIL, 2016).

natureza essencial para a efetivação das ações pertinentes à educação ambiental. Em geral, para esses professores, a formação continuada na sua essência permite a criação de espaços de vivências, contato com outros professores, um diálogo baseado nas perspectivas epistêmicas são marcas relevantes e, no caso mais abrangente, possibilita trocas de experiências na construção da aprendizagem dialógica, além de permitir ao professor um maior poder de intervenção nas ações do cotidiano escolar em relação às demandas e necessidades inerentes ao processo de ensino e aprendizagem. A principal forma como obtiveram essa formação continuada foi a partir de seminários e congressos (82%). Por outro lado, ficou registrado também a pouca adesão aos cursos promovidos pela SEDUC (Secretaria Municipal de Educação de Camaçari).

6.1.3 Dimensão sociambiental

A dimensão socioambiental também foi importante na análise desse estudo. Para esses educadores, apresentamos a concepção de trabalho da educação ambiental na escola no âmbito socioambiental, pensando na formação do sujeito crítico, sendo, assim, aplicados 2 (dois) questionamentos: incentivos à prática da educação ambiental e as rotinas de educação ambiental na escola.

Vale ressaltar que nesta dimensão socioambiental, os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais assumem um papel inerente na contemporaneidade à necessidade de serem inseridos no ambiente escolar, na medida em que estes parâmetros visam o fomento de atitudes e valores (re)significados pela compreensão das implicações da comunidade escolar frente às questões ambientais. A partir de estratégias metodológicas inovadoras e abordagens mais contextualizadas dos conteúdos, os PCNs sugerem tentativas de conexão dos alunos com às suas realidades vivenciadas. Já a BNCC, anteriormente comentada, contempla um papel e propõe o entendimento e desenvolvimento nas relações de diferentes populações humanas em nosso planeta, em tempos e lugares distintos, quanto à utilização de recursos naturais e impactos causados e à adoção de alternativas sustentáveis que se refiram, desde a mudanças atitudinais individuais e coletivas até a aplicação do conhecimento científico para o desenvolvimento de tecnologias para uma sociedade sustentável. Assim, busca mobilizar conhecimentos que

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 295 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO
UF: BA **Município:** SALVADOR **CEP:** 40.231-902
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

Dessa forma, os participantes da pesquisa – professores, coordenadores e gestores – evidenciaram em suas respostas a importância do enfoque socioambiental e educacional pautado na formação de sujeitos implicados, intérpretes e transformadores de seus contextos de vida. Nesse intuito, foi perguntado aos participantes se possuía uma prática social ligada à busca de soluções para os problemas ambientais nas comunidades onde residem. Aos que responderam “sim” (61%), foi questionado quais são as suas práticas ambientais adotadas? Algumas das respostas podem ser evidenciadas no Quadro 5.

Quadro 5 – Práticas socioambientais na comunidade onde reside

Professores, coordenadores e gestores	Práticas
Professor 2	“Participo de um grupo que orienta os moradores locais no sentido de condicionar os resíduos sólidos de forma adequada, respeitando o local e horário da coleta. Além de participar de forma esporádica na revitalização de uma lagoa localizada em barra de Pojuca, Camaçari...”
Professor 4	“No condomínio onde moro temos uma participação efetiva junto à comunidade e, principalmente, dos mais jovens no tocante ao descarte de lixo e preservação das áreas verdes disponíveis, bem como o consumo consciente de água e energia elétrica...”
Professor 7	“Através do desenvolvimento de atividades durante as aulas que possibilitem aos alunos uma visão crítica que possa vir a desempenhar um pão de transformar no seu ambiente...”
Coordenador 1	“Uma delas é separar o lixo, juntar o que é reciclável para fazer doações. Outra é colocar o lixo para fora no dia e horário da coleta...”
Gestor 1	“Reaproveitamento de material para reciclagem...”

Fonte: Autor. Trabalho de campo, 2021.

Na concepção dos pesquisados, as questões socioambientais são de extrema relevância para a promoção da educação ambiental, visto que estas questões evidenciam uma realidade bem mais próxima do seu cotidiano, pois é uma prática que envolve questões do seu bairro. Esta abordagem socioambiental das questões ambientais permite além das discussões a nível ambiental, diálogos e reflexões sobre as esferas políticas, econômicas, éticas, culturais e sociais, dando novo sentido e pertinência aos conteúdos estudados.

Aos entrevistados foi também perguntado os principais problemas ambientais que a

comunidade do entorno da escola CEPenca 23 Muitos deram respostas evasivas. Apenas 30% foram mais específicos, como pode ser visualizado no Quadro 6.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G

Bairro: comunidade CEPenca 23

UF: BA Município: SALVADOR

Telefone: (71) 3333-3333

Quadro 6 — Principais problemas no entorno do âmbito escolar

Professores, coordenadores e gestores	Principais problemas
Professor 1	“A manutenção e limpeza. Saneamento básico...”
Professor 6	“Infraestrutura urbana: saneamento básico, coleta de lixo, água, praças, quadras esportivas, quadro funcional de Profissionais da Saúde no bairro, segurança...”
Professor 9	“Descarte inadequado de resíduos sólidos Despejo de esgoto nos rios * Poluição atmosférica...”
Professor 12	“Saneamento básico, insuficiência de caixas para a coleta seletiva, respeito ao horário da coleta de lixo e conscientização dos moradores acerca do descarte do lixo em locais adequados...”
Gestor 1	“Problemas relacionados a preservação adequada do meio ambiente...”
Coordenador 1	“Urbanização desordenada, desmatamento, lixo em terrenos baldios, esgoto a céu aberto queimadas, poluição do ar, poluição sonora, animais soltos pelas ruas...”
Coordenador 2	“Situações de vulnerabilidade e desigualdade social que estão impressas nas carências diversas enfrentadas pela comunidade e não podem ser dissociadas das questões ambientais, como falta de água, de luz, de esgotamento sanitário e acesso a diversos direitos mínimos para a dignidade da vida humana...”

Fonte: Autor. Trabalho de campo, 2021.

Em tese, ao que concerne para grande parte dos educadores aqui pesquisados, comungam com os autores consultados para a elaboração do referencial teórico – Dias (1998), Carvalho (2004) e Duarte (2001), entre outros –, em que a educação ambiental consiste em práticas e discussões sobre as diversas questões ambientais, visando à utilização racional dos recursos naturais, a preservação da vida, a sustentabilidade do planeta e a consciência ambiental dos indivíduos. Nesta perspectiva se promove uma aprendizagem significativa, no sentido de formar um sujeito integral e multiplicador das ideias sobre preservação e utilização racional dos recursos ambientais visando o bem-estar coletivo entre os seres e destes com a natureza.

Nesta mesma pesquisa foi perguntado aos professores entrevistados quais as ações promovidas por eles em sala de aula para provocar a sensibilização ambiental dos discentes frente a esses problemas, ver Quadro 7.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsál.br

Professores, coordenadores e gestores	Ações
Professor 1	“Busco fazer correlação entre os espaços físicos disponíveis na comunidade para a prática de jogos, brincadeiras, esportes e de atividade física e suas condições ambientais. O impacto que a ação do homem tem no próprio local de convivência e de construção de relações sociais, buscando compreender o papel do poder público na disponibilização e manutenção desses espaços, bem como o papel de cada indivíduo tanto na cobrança quanto na preservação, cuidado e zelo desses espaços/equipamentos...”
Professor 6	“Aproximando a comunidade da Escola e trabalhando as questões do cotidiano dos alunos...”
Professor 9	“Procuo realizar atividades em que os educandos possam perceber os impactos desses problemas em sua vida e na comunidade no entorno. E a importância na mudança de determinados hábitos...”
Professor 12	“Leitura de textos e diálogos sobre o tema e orientações acerca de descarte correto de resíduos, bem como sobre a importância do uso consciente da água...”
Gestor 1	“Expondo práticas voltadas para a mobilização social que visa a resolução de problemas, entre eles o ambiental...”
Coordenador 1	“Falar sobre a importância que tem o ar e água para os seres vivos, pedir para que cada um faça a sua parte mantendo o ambiente limpo e não jogar lixo nas margens dos rios...”
Coordenador 2	“Com mediação em problematizações que visem a reflexão desses estudantes para além dos conteúdos pré-determinados, afim de não reproduzirmos uma visão conservadora da educação ambiental, tão presente ainda no sistema de ensino...”

Fonte: Autor. Trabalho de campo, 2021.

No que foi relato no referido quadro, é possível perceber que o docente assume um papel de destaque no processo de ensino e aprendizagem em relação a EA porque pode assumir a função específica de multiplicador de ações proativas em relação às questões ambientais, sendo ratificado também pela equipe gestora da escola pesquisada. Na concepção dos demais pesquisados, as questões e ações socioambientais no âmbito escolar são de extrema relevância para a promoção da EA, visto que estas questões evidenciam uma realidade bem mais próxima do aluno.

Nesse sentido, os incentivos à prática de educação ambiental devem ser procedimentos incluídos nos trabalhos rotineiros da escola, para que possam contribuir para a formação dos

cidadãos, para isso é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar competências, com formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos, embora esse constituinte sejam grandes desafios para o processo

Endereço: Av. Cândido de Sá, 205 - Universidade Católica de Salvador - Campus Federação - Centro de Ética - Prédio 5
 Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902
 UF: BA Telefone: (71)3203-8913 E-mail: cep@ucsal.br

educativo. Segundo os PCNs (BRASIL, 1997, p. 29), comportamentos “ambientalmente corretos” serão aprendidos na prática do dia-a-dia na escola: gestos de solidariedade, hábitos de higiene pessoal e dos diversos ambientes, participação em pequenas negociações podem ser exemplos dos constituintes acima relacionados.

Loureiro (2012, p. 34), ao que se referir à consciência ambiental relacionada a educação ambiental, diz que esta educação “promove a conscientização e se dá na relação entre o “eu” e o “outro”, pela prática social reflexiva e fundamentada teoricamente, e que a ação conscientizadora é mútua, envolve capacidade crítica, diálogo, a assimilação de diferentes saberes e transformação ativa da realidade e das condições de vida”.

O que chama mais atenção nesta discussão é a fala do “Professor 1”, onde se apoia no conceitual citado por Reigota (2012), que profere que conscientizar significa que a educação ambiental deve procurar chamar à atenção para os problemas planetários que afetam todos. A partir do momento em que há professores que precisam ser incentivados quanto à questão a consciência ambiental, entende-se que estes profissionais da educação precisam rever à sua prática pedagógica ambiental para poderem trabalhar as questões do meio ambiente, reforça-se.

6.1.4 Educação ambiental e o ensino remoto

A suspensão das atividades presenciais em virtude do distanciamento social como medida de combate ao contágio do coronavírus durante a pandemia, mudou o cotidiano de trabalho dos acadêmicos extensionistas, principalmente o ambiente escolar. Por motivos e em razão do surto da COVID-19 que se instaurou mundialmente por volta do início do ano de 2020, chegando ao *status* de pandemia, a Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu medidas como evitar aglomerações em espaços públicos e privados.

Os anos letivos de 2020/2021 tornou-se atipicamente singular, desafiador e adaptativo para a toda comunidade docente frente às demandas de realinhamento e adaptação impostas pela pandemia e seu consequente ensino remoto. Foi necessário um replanejamento constante diante de realidades que surgiam, novos aprendizados e construção do “fazer educação” de forma remota, o que exigiu da comunidade escolar e das famílias um caminho de adaptação e superação em diversas situações.

De acordo com os teóricos que debatem essa temática, como Maia (2018), Borghi (2020), Laysargues (2020) e Colombi (2020), comungam da ideia elementar que ainda que o

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética, Prédio G

Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902

UF: BA Município: SALVADOR

Telefone: (71)3203-8913

E-mail: cep@ucsai.br

ensino remoto tenha apresentado uma proposta de solucionar o problema apresentado pela suspensão das aulas presenciais, é fácil observar os enormes desafios que pais, alunos e professores enfrentam para obter um ensino de qualidade. Nessa perspectiva, objetivamos nesta subseção apresentar como se construiu o processo de ensino e aprendizagem na forma remota, apresentando essas características no grupo estudado nesse subcapítulo com os professores, gestores e coordenadores.

Os resultados analisados mostraram que 100% dos entrevistados responderam que possuem internet nas suas residências. No entanto, para 52% a internet atendeu parcialmente a demanda de suas atividades no ensino remoto.

Ao que concerne as tecnologias, foi questionado ao professor se ele possui equipamentos (computadores, celulares, tablet) que atendem satisfatoriamente as demandas propostas para atividades remotas, e obtivemos que para 61% dos professores entrevistados possuem parcialmente equipamentos satisfatórios para ministrar suas aulas.

Sobre o ambiente adequado para ministrar as aulas, para 52% dos professores apresentam um ambiente parcialmente adequado, ou seja, espaços improvisados em casa para realizar suas atividades de ensino e aprendizagem para com seus alunos.

Outra abordagem na perspectiva das relações e suas tecnologias na temática ambiental, foi questionado ao professor, numa perspectiva de ensino e aprendizagem significativa, como ele avalia a experiência dos alunos no ambiente no ensino remoto. 52% dos professores pesquisados informaram que consideram a experiência do aluno regular, enquanto 21% consideram ruim, assim como relatam como boa, 21%.

Foi perguntado ao professor como ele avalia o processo de ensino e aprendizagem no ensino remoto. De acordo com os dados obtidos, 65% dos entrevistados avaliam como processo regular o processo de ensino- aprendizagem, 21% considera bom, enquanto 13% consideram ruim. A falta de condições oferecidas pelas Secretaria de Educação, compra de material tecnológico (computador, tablet, etc.) e a dificuldade de acesso dos alunos no ambiente virtual colocou esse procedimento como crítico, pois situações financeiras dos alunos e dos professores foram relevantes neste processo.

Essas condições foram relevantes e ponderadas ao perguntar ao professor nesse processo de ensino remoto sua experiência no uso de tecnologias digitais. Os dados obtidos confirmam

Endereço: Av. Itália, 305 - Jd. Santa Helena - CEP: 40.231-902 - Salvador - BA - Brasil
 Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902
 UF: BA - Município: SALVADOR E-mail: cep@ucsal.br
 Telefone: (71)3203-8913

formato e apenas 26% dos entrevistados possuía experiência, mas ao longo do processo digital e a prática cotidiana foi aprendendo. Esses dados são respostas pelo pouco envolvimento dos professores muitas vezes marcada pela falta de apoio no aperfeiçoamento nesse modelo digital. 39% dos professores não obtiveram capacitações para inserção no modelo de ensino digital.

Nesse mesmo espaço de dificuldades encontradas no processo da pandemia a utilização de aplicativos *online* para um ensino ativo, foi a solução encontrada por muitos professores que buscavam tornar as suas aulas remotas mais produtivas. Nesse interim, foi perguntado ao professor quais plataformas e/ ou aplicativos foi/foram utilizados no componente curricular que está ministrando no ensino remoto? O WhatsApp foi o mais citado entre os professores 100%, enquanto o *Google Meet* foi citado por 91%, Youtube 47% e o Zoom citado por 9% dos professores.

Para 43% dos professores, a inserções do ensino remoto atendeu as expectativas para o processo de ensino e aprendizagem no contexto atual. Isso vai de encontro ao que Freitas (2019) diz ao afirmar que as aulas remotas precisam de algumas regras para possibilitarem rendimento e aproveitamento escolar, fazendo-se necessária uma ressignificação a distribuição adequada do tempo, instigar o engajamento dos alunos, fomentar o dinamismo e revisar conceitos importantes sobre a temática abordada.

Em contexto geral, embora realizado um replanejamento das ações voltados à adaptação, inserção, efetivação da aprendizagem significativa e participação ativa dos discentes, a equipe deparou-se com alguns desafios inerentes e relevantes à nova realidade de ensino e fragilidades socioeconômicas. De modo geral, as principais dificuldades no período de aulas remotas foram: manter contato com os alunos cujas famílias não tinham um telefone que recebesse chamadas; diminuir a evasão de alunos, aumentar a interação com as famílias e discentes nas atividades propostas, inclusive aquelas com necessidades educacionais especiais; falta de suporte tecnológico adequado para o ensino remoto; indisponibilidade do celular em horário viável; dificuldade de manuseio e adequação às ferramentas pedagógicas para o formato tecnológico/*online* (aluno e professores).

Sabendo que muitos dos nossos alunos não têm maturidade ou condições fundamentais para se comprometer em assistir as videoaulas ou realizar as atividades sozinhos, contamos com o apoio dos pais ou responsáveis. Assim, houve o cuidado em orientar e dar o suporte aos

famílias, explicando de forma clara e objetiva como o processo educacional aconteceria, além de responder dúvidas que pudessem surgir ao longo do ano letivo remoto, sem esquecer o foco no processo de ensino e aprendizagem.

Enderço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio C

Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902

UF: BA Município: SALVADOR

Telefone: (71)3203-8913

E-mail: cep@ucsal.br

Para que essa parceria escola/família acontecesse de forma eficaz, as funções foram estabelecidas. Dessa forma, o papel do professor e da escola foi oferecer um suporte profissional sobre os conteúdos e conceitos trabalhados durante as aulas, replanejar suas ações de forma que os conteúdos chegassem aos alunos de forma dinâmica, lúdica e motivadora, além de traçar estratégias que facilitassem a compreensão, assimilação e aprendizagem concreta, enquanto os pais auxiliariam os filhos e dariam um retorno aos professores sobre a experiência vivida em casa. Essa interação escola/família contribui para uma aprendizagem significativa e permanência dos laços afetivos - tão importantes para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.

Diante dos impactos negativos vivenciados no processo de educação remota e no intuito de diminuir essa realidade, a escola buscou várias estratégias de enfrentamento, destacando-se entre elas: tentativas de comunicação com os alunos e responsáveis por parte da equipe escolar, inclusive fazendo visitas domiciliares às famílias mais vulneráveis a fim de estreitar os vínculos educacionais e afetivos com a escola; mediação pedagógica individual, flexibilidade de horários para atender os alunos, reuniões virtuais, encaminhamento de atividades impressas, planejamento semanal entre professores e tutores, plantões de dúvidas em momento síncrono, chamadas de vídeo para leitura, etc.

No aspecto geral avalia-se que o modelo pedagógico adotado pela escola revelou resultados positivos no que se refere à participação, aprendizagem dos alunos e prevenção da evasão escolar mediante aulas dinâmicas, norteadas pela ideia de "salas de aula invertidas".

Há questionamentos propostos a uma aprendizagem significativa observada nas participações em discussões e debates sobre vários assuntos, perpassando as dimensões Intertransdisciplinar: direitos e deveres, responsabilidade social e ambiental, ética e cidadania, todas estas evidências refletem a concretização exitosa de um trabalho coletivo, coeso, pedagógico, com um senso proativo em todos os setores, lideranças que colaboram e buscam com o seu trabalho garantir uma educação de qualidade.

6.2 ANÁLISES NO CONTEXTO DOS DISCENTES

Para realizar a análise contextual e discussão acerca dos resultados desta pesquisa, aplicamos um questionário semiestruturado (já comentado na metodologia, capítulo 2),

constando de questões objetivas e subjetivas, ao qual foi aplicado junto aos discentes da unidade escolar em estudo. Convém destacar que foram utilizadas duas subcategorias de análise dos resultados, a saber: o perfil socioeconômico dos discentes e as primeiras práticas sobre educação

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio C

Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902

UF: BA Município: SALVADOR

Telefone: (71) 3208-8913 E-mail: i.tee@ucsal.br

ambiental e as práticas subsequentes sobre educação ambiental e sua importância. A percepção dos alunos sobre a educação ambiental no ensino remoto será demonstrada através de desenhos.

A amostra dos sujeitos que participaram da pesquisa foi de 33 (trinta e três) alunos das turmas do 8º e 9º ano do ensino fundamental II (turno matutino), ao qual corresponde a 75% da quantidade de alunos que estão no ambiente remoto.

6.2.1 Perfil socioeconômico dos discentes e as primeiras práticas sobre educação ambiental

Os discentes que participaram da pesquisa estão na faixa etária que compreende entre 13 e 15 anos, sendo 18 meninas e 15 meninos, autoidentificados, em sua maioria, como pardos ou pretos, de classe social baixa, e residentes nos bairros do Parque Verde I, Parque Verde II, Massaranduba, Gleba E e Gleba C, todos localizados no município de Camaçari, Bahia.

Desses alunos, poucos possuem computadores em casa, tem acesso limitado à internet, e os pais apresentam formação de ensino fundamental e médio. No período da pandemia, estágio ao qual o trabalho se desenvolveu, ficou marcada por grandes impactos econômicos e as famílias foram sobrevivendo com auxílios emergenciais por parte do Governo Federal e se manteve necessariamente com esse suporte financeiro. Nesse sentido, esse auxílio foi necessário para 82% das famílias desses discentes.

Sobre o ensino da educação ambiental, na aplicação dos questionários, inicialmente foi perguntado ao aluno se ele teve ou tem aula sobre educação ambiental. Para 54% já tiveram aula de educação ambiental, enquanto 42% não lembravam se essa temática foi abordada na escola, o que nos leva a sugerir que as discussões sobre educação ambiental foram pouco significativas no processo de ensino e aprendizagem. Nesse mesmo sentido foi questionado como as aulas de educação ambiental foi abordada no ambiente escolar, e os resultados apontaram que a horta escolar foi dentre as atividades de EA a mais citada entre os alunos (60%). Os projetos desenvolvidos na escola foram citados por 38%, enquanto que as oficinas participativas foram citadas por 25%.

Nessa mesma ideia conceitual foi questionado aos alunos aonde ele aprende mais sobre as questões voltadas ao meio ambiente, para justamente ratificar seu conceito aplicado ao processo de ensino e aprendizagem. Os resultados mostraram que são na internet e na escola,

Endereço: Rua Amador dos Reis, nº 100, Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio G

Bairro: FEDERAÇÃO

CEP: 40.231-002

UF: B

Telefone:

Em outro propósito cognitivo das ações voltadas para o desenvolvimento das questões de educação ambiental na escola foi questionado aos alunos quais disciplinas discutem os

problemas socioambientais com análises voltadas para o conceito de meio ambiente, sociedade e políticas públicas ambientais, e as respostas mostraram que as disciplinas que mais debatem as questões ambientais em sala de aula são os componentes curriculares: Ciências, Geografia e Língua Portuguesa.

Foi também questionado aos alunos se as aulas de educação ambiental foram eficientes no desenvolver do processo de ensino e aprendizagem e o resultado revelaram que 72% dos alunos classificaram como eficientes e 24% não sabem informar. Estes dados podem revelar o que Sauvè (2005) considera que a educação ambiental não é uma “forma” de educação entre inúmeras outras, não é uma ferramenta para resolução de problemas, trata-se, em linhas gerais, de uma concepção essencial baseada nas interações que está na base do desenvolvimento pessoal e social.

Após essa primeira aproximação, como professor de ciências, foi proposta uma primeira oficina teórica e participativa realizada de maneira remota (por causa da Covid-19) com esses estudantes. Foi pedido aos alunos que fizessem desenhos sobre o conceito de meio ambiente. Foram produzidos 33 desenhos. Os desenhos permitiram revelar uma percepção ambiental singular de cada estudante em sua particularidade. Dos 33 desenhos produzidos, 70% dos alunos representaram o meio ambiente como espaço composto apenas pelos atributos da natureza e diz respeito a um local extremamente preservado, intocável (Exemplos nas figuras 4 e 5).

Figura 4 – Primeira aplicação dos desenhos – Identificação do meio ambiente como natureza



Fonte: Autor. Trabalho de campo, 2021.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO
UF: BA **Município:** SALVADOR **CEP:** 40.231-902 **recurso**
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br



Fonte: Autor. Trabalho de campo, 2021.

A Figura 4 denota a tendência descrita e considerada como conservacionista para o meio ambiente. Nesta perspectiva, o aluno descreve e desenvolve uma análise que representa o ambiente composto por elementos bióticos (árvores, vegetação, animais) e abióticos (sol, montanhas, nuvens, solo) descrevendo pontos importantes inerentes na perspectiva de flora e fauna com inexistência da relação da participação humana.

A Figura 5 mantém uma visão com as mesmas características da Figura 4, porém, neste caso, o aluno esboça a representatividade de uma menina no desenho que ilustra uma autorrepresentação ao qual configura a participação no meio ambiente, dar sentido de pertencimento e uma breve relação ao ambiente em que vive representados por traços do relevo, das árvores, pássaros, representando um ambiente intocável, limpo sem interferências negativas do homem, como por exemplo, lixo, supressão de vegetação, poluição ambiental.

Nos aspectos demonstrados é salutar caracterizar que no desenho demonstra a dificuldade que o aluno possui em se perceber no ambiente. Nessa semiótica o aluno não se reconhece como parte integrante do meio ambiente, possui uma visão segregada, descontextualizada e dissociada e que repercutem num conceito simplório, idílico, trazendo consequências negativas na maneira de reconhecer-se como inerente no engajamento de ações ambientais.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO. CEP: 41.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71) 3203-8913 **E-mail:** fca@ucsal.br

benefícios proporcionados pelo meio ambiente ao qual os elementos naturais são evidentes. Neste tipo de concepção vai ao encontro do referencial teórico abordado de Reigota (2002), onde fica marcado o viés antropocêntrico como marca inerente nessa concepção, o que também foi verificado com a concepção dos educadores.

No que se representa na Figura 6 com uma representação de um meio ambiente como um problema para ser resolvido é representada sendo que o aluno desenha na sua fundamentação a problemática dos resíduos sólidos através dos coletores de materiais recicláveis, poluição atmosférica, processo da industrialização e seus poluentes, poluição dos aquíferos terrestres, a problemática das queimadas. Fica evidente que o aluno entende a necessidade de proatividade nas questões ambientais, ou seja, ele transmite a ideia de que com a sensibilização através da coleta seletiva é possível ver um ambiente mais harmonioso.

Figura 6 – Primeira aplicação dos desenhos - Representação do ambiente como um problema



Fonte: Autor. Trabalho de campo, 2021.

Neste desenho fica explícito pela existência de lixeiras e projetos de tratamento de esgoto o aluno entende a necessidade de atitudes e que intrinsecamente acredita que o ser humano tem potencialidades para minimizar os problemas ambientais, ou seja, na sua concepção, o mesmo ser que causa danos ambientais, também é capaz de refletir e mitigar ações

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

Já na Figura 7, o aluno descreve um ambiente conservado, harmonioso, equilibrado rico em elementos naturais, e neste ambiente ele representa uma morada que o identifica. Isso nos leva a considerar que o aluno desperta e constitui o local em que ele vive e que não somente passa alguns momentos da vida, é um local onde quer permanecer.

Figura 7 – Primeira aplicação dos desenhos – Representação do meio ambiente como lugar para viver



Fonte: Autor. Trabalho de campo, 2021.

Em síntese, o Quadro 9, a seguir, apresenta uma visão esquemática das concepções prévias do meio ambiente apresentadas pelos alunos e classificadas de acordo com Sauvè (2005). A referida autora mensura as concepções que representam afinidades para as diferentes possibilidades de apreensão da dimensão ambiental pelos sujeitos pesquisados que apesar de serem de diversas dimensões, são categoricamente complementares.

Quadro 8 – Classificação de acordo com Sauvè (2005) – Primeira aplicação dos desenhos

Meio ambiente	Relação	Características
Como natureza (20 alunos)	Para ser admirada, apreciada, harmoniosa, preservada.	Natureza basicamente equilibrada, intocada. São representadas por aspectos urbanísticos, naturais, tendo como representatividade os componentes bióticos e abióticos.
Como recurso (8 alunos)	Para ser utilizado com cuidado, gerir.	Meio ambiente compreendido como fonte de subsistência para o ser humano.
Como lugar para viver (2 alunos)	Conhecer, reconhecer, aprimorar, zelar, cuidar.	Problemas ambientais existentes no ambiente que contribuem para sua destruição. É o ambiente do cotidiano: casa, trabalho, escola, praças esportivas,

Endereço: Av. Carlos de Almeida Silva, 205 - Universidade Federal do Rio de Janeiro, CEP: 21.241-902
 Bairro: (55) 21-231-902
 UF: BA - Município: SALVADOR
 Telefone: (71) 3293-9113
 E-mail: cep@ucsai.br

		representatividade expressa por aspectos sociais e naturais do meio.
--	--	--

Fonte: Autor. Trabalho de campo, 2021.

De acordo com a classificação de Sauvè (2005), os alunos expressam, através de seus desenhos, a caracterização de meio ambiente como problema, como natureza, como lugar para se viver e como recurso.

Algumas lacunas emergem nessa discussão. Por que os alunos representam o meio ambiente sem explorar aspectos importantes como social, político, econômico presentes e as consideram de forma bem simplória? Por que os professores afirmam desenvolver educação ambiental nas aulas e os alunos continuam ainda com uma visão naturalista? As instituições de ensino vêm desenvolvendo uma EA simplista, naturalista do ponto de vista político, social pautada na dimensão conservacionista ou uma educação libertadora, emancipatória, reflexiva das práticas sociais? Os alunos são estimulados a pensar de forma sistêmica e integradas ou tem aprendido de acordo com as competências e habilidades de conteúdos desconectados da realidade?

6.2. 2 - Práticas subsequentes sobre educação ambiental e sua importância

Em segundo momento, foi realizado uma oficina teórica-dialogada sobre meio ambiente e a Mata Atlântica: os espaços e as transformações no seu entorno. O intuito foi apresentar as diferentes concepções relacionada ao tema e a importância de pensar o meio ambiente como um todo complexo e integrado. Logo após, discutiu-se sobre a necessidade de valorizar o meio ambiente onde se vive, contextualizando a comunidade Parque Verde II como um local que faz parte do corredor do bioma Mata Atlântica.

Em terceiro momento, foi realizada a oficina teórica-dialogada sobre a educação ambiental que pensamos, a educação ambiental que queremos. Nesta oficina foi trabalhada a percepção ambiental que os estudantes possuíam da escola, a partir de fotografias de várias partes do ambiente escolar. Foi pedido aos alunos que interpretassem as imagens e identificassem possíveis problemas ambientais ali presentes. Posteriormente, esses problemas

foram discutidos e os estudantes foram incitados a sugerir ações mitigadoras que pudessem minimizar ou solucionar os problemas ambientais encontrados.

Enderço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Cidade de Eça, Ilhéus

Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902

UF: BA Município: SALVADOR

Telefone: (71)3203-8913

E-mail: cep@ucsal.br

Em quarto momento, a oficina teve o intuito de promover a ampliação dos conhecimentos dos alunos acerca dos problemas humano-ambientais presentes em sua comunidade e compreender como estes problemas interferem na dinâmica dos ecossistemas. Por meio da projeção de imagens, vídeos, pequenos textos e na literatura de cordel, os estudantes puderam visualizar e perceber aspectos de uma natureza desequilibrada e em equilíbrio, além de serem discutidas possíveis ações que poderiam contribuir para a conservação dos recursos naturais em um dado local do bairro (piscinão).

Após essas oficinas, cada estudante construiu novamente outro desenho (oficina 5) que representasse a sua percepção em relação ao meio ambiente construída ao longo do processo formativo que obteve nas 3 oficinas mencionadas e suas relações socioambientais estabelecidas no seu desenvolvimento cognitivo no ambiente remoto. Dos 33 desenhos produzidos, 12 (doze) representaram o meio ambiente como natureza, 10 (dez) como recurso, 6 (seis) como problema a ser resolvido e 5 (cinco) como lugar para viver (Quadro 10).

Diante do contexto e dos novos desenhos analisados, percebe-se os aspectos da realidade dos alunos começam a destacar uma diferença, apesar de que muitos ainda percebem o meio ambiente como natureza, com uma visão ainda reducionista, o que nos amarra a ideia que o processo de transição de uma concepção ambiental ainda é tratado como uma resiliência cognitiva e epistêmica.

Em um dos desenhos (Figura 8), o aluno representou o planeta terra como possuidor de ações provocadas pela ação do homem como ele mesmo representa o processo da industrialização, a poluição representada pelas chamas da chaminé, o processo do desmatamento, a urbanização e que há vegetação com pouca interação com esses processos, caracterização da fauna, aspectos físicos da natureza (sol, nuvens), ele principalmente através do seu desenho mostrou essa relação prejudicial e o que marca é a inexistência da figura humana participando desse processo.

Quadro 09 – Classificação de acordo com Sauvè (2005) – Segunda aplicação dos desenhos, pós-oficinas

Meio Ambiente	Relação	Características
Como natureza 12 alunos	Para respeitar, apreciar, preservar, contemplar.	Natureza em equilíbrio, intocada, bela e harmônica. São representados os aspectos naturais, como elementos bióticos e abióticos em detrimento dos aspectos sociais.
Como recurso 10 alunos	Para gerenciar, repartir.	Meio ambiente entendido como fonte de subsistência para o ser humano, capaz de satisfazer as suas necessidades econômicas e biológicas.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
 Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40-231-902
 UF: BA Município: SALVADOR
 Telefone: (71) 3203-8913 E-mail: cep@ucs.br

Como problema 6 alunos	Para resolver, mitigar ações	Os problemas ambientais estão presentes no meio ambiente e contribuem para a sua destruição.
Como lugar para viver 4 alunos	Para conhecer, discutir, aprimorar, cuidar do meio ambiente	É o ambiente da vida cotidiana: escola, casa, trabalho, animais, árvores, rios, praças etc. Enfim, são representados os aspectos sociais e naturais do meio.

Fonte: Autor. Trabalho de campo, 2021.

Figura 8 – Segunda aplicação dos desenhos – Pós- oficinas



Fonte: Autor. Trabalho de campo, 2021.

O interessante é que esse tipo de desenho representado na Figura 6 não apareceu entre os alunos no primeiro momento da pesquisa, o que revela no nosso entendimento uma concepção mais reflexiva, o que nos leva a crer que alguma orientação foi o suficiente e auxiliou o estudante a desenvolver uma visão de meio ambiente ampliada.

Na Figura 9 pode ser observado uma visão mais política, reflexiva, emancipatória da sua análise do meio ambiente.

No entanto, no desenho representado pela Figura 10, o aluno representa na sua concepção ainda um conceito traçando aspectos puramente naturalista.

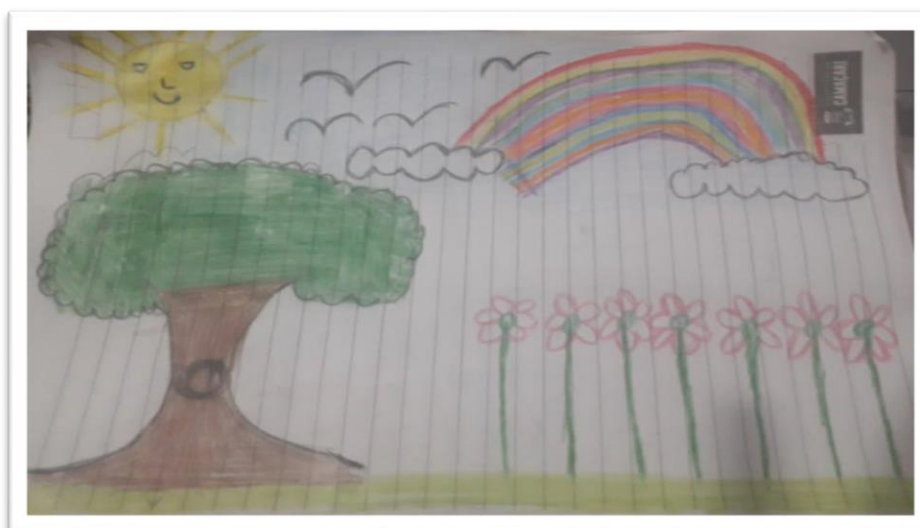
Figura 9 – Segunda aplicação dos desenhos - Pós- oficinas

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br



Fonte: Autor. Trabalho de campo, 2021.

Figura 10 - Segunda aplicação dos desenhos - Pós-oficinas



Fonte: Autor. Trabalho de campo, 2021.

Assim, em geral, o que se percebe é que houve uma alteração significativa das representações de elementos naturais nos desenhos dos alunos, à medida que que as oficinas abordavam temas com viés balizados na concepção de meio ambiente de caráter mais político, emancipador, reflexivo, a figura humana compondo parte do meio ambiente apareceram em maior grau. No entanto, em alguns casos observou-se poucos avanços, mas é valido ressaltar que essa não foi pretensão peculiar de que todos os alunos que participantes da pesquisa atingissem o nível mais elevado da compreensão das múltiplas competências e dimensões que compõem o meio ambiente, revelando que a educação ambiental é um mecanismo desafiador para rupturas de conceitos adquiridos ao longo dos tempos e que não pode ser dissociado da realidade mais ampla em que os alunos estejam imersos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta dissertação ficou evidente que, nas últimas décadas, os problemas ambientais despertaram interesse e a preocupação das mais diversas sociedades mundiais, e o

Brasil por forte influência do capital externo não ficou diferente. A preocupação com temas

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G

Bairro: Federação **UF:** BA **Município:** SALVADOR

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3203-8913

E-mail: cep@ucsal.br

econômico, éticos, culturais, científicas e ecológicas tendo marcas inerentes e significativas no contexto processual da educação.

Neste sentido, a educação ambiental surge da necessidade do homem procurar ações mitigadoras ecologicamente inerentes para uma vivência harmônica com o meio ambiente, dado o aumento dos problemas ambientais, que se intensificaram principalmente pós revolução industrial, no século XVIII e que muitos entendimentos, aos poucos, foram se delineando ao longo dos tempos como instrumentos referenciais de cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, ações políticas e pedagógicas, a vivência para prática da cidadania, entre outros.

Diante deste cenário, surge a Educação Ambiental (EA) como via potencial na promoção de uma nova visão de mundo, com base na responsabilidade socioambiental dos sujeitos visando o desenvolvimento sustentável. Através desta pesquisa investigativa foi possível entender as concepções dos profissionais da educação, dos discentes e identificar os principais desafios enfrentados pelos profissionais de educação na inserção da EA no contexto escolar.

A BNCC como política neoliberal, a defender o interesse do mercado por meio das pedagogias das competências, no contexto da política atual brasileira em que as questões socioambientais estão sendo colocadas em segundo plano, a ideia textual que se manifesta revelou que nesse documento oficial a EA é simplesmente anulada, silenciada, “sequestrada” ao passo que dará maior reforço a temática da sustentabilidade a partir da construção da agenda 2030, essa postura por sua vez, prima pela Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) e os mesmos apresentam omissões, contradições, falta de criticidades, pouco reflexiva e desconsiderações aos fatores históricos quanto aos problemas globais (SILVA, 2019).

No desenvolvimento deste trabalho identificou-se que o saber pedagógico dos educadores em relação ao meio ambiente está restrito à vivência dos homens e que precisa associar a ele a visão econômica, cultural, social, política; mas nesse sentido é natural e salutar a necessidade que se encontrem devidamente motivados para descobrir novos conhecimentos e entenderem que o meio ambiente faz parte do seu cotidiano.

A respeito dos professores investigados sobre a questão ambiental a dificuldade desses profissionais de trabalharem práticas inovadoras e transformadoras em educação Ambiental nas suas atividades embora seja uma exigência da Lei 9795/1999 esta formação o que fortalece a

ideia de desconexão com a temática ambiental na sua prática pedagógica.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador - Campus Federação - Comitê de Ética, Prédio G

Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902

UF: BA **Município:** SALVADOR

Telefone: (71) 3293-8913 **E-mail:** cep@ucs.br

O estudo realizado na escola por meio de entrevistas semiestruturadas no formato do Google Forms, por motivos da pandemia ao qual diversificou o ensino remoto no Brasil com

os docentes, discentes, coordenadores e gestores. Concluído o processo de coleta e tratamento dos dados me aprofundei em um processo apropriação teórica, a fim de iniciar as análises para melhor compreensão dessa realidade. Nessa circunstância me apropriei de EA baseada em princípios fundamentais que reverbera suas tendências emancipatórias e transformadoras. Diante desse cenário o referencial teórico foi importante justificar porque a educação ambiental tem tantas qualificações, ou seja, tem o sentido de aprimorar uma educação que seja emancipatória e, principalmente, transformadora.

Partindo do princípio elementar a Educação Ambiental para problematizar as questões ambientais que perdurou muito tempo foram categoricamente negligenciadas no ponto de vista conceitual e atitudinal no âmbito escolar, nessa discussão cabe no desenvolvimento do trabalho mensurar que EA encontra dificuldades para inserirmos no contexto escolar, assim como as questões sociais e as ambientais estão sempre imbricadas às de identidade territorial, de modos de vida, e podem ser mais bem compreendidas se forem analisadas com suas múltiplas faces ao invés de diluídas em apenas uma de suas dimensões, quer seja a social, ambiental ou outra também fenomênica.

Com o referencial teórico levantado na dissertação, as análises utilizadas como prerrogativas empreendidas demonstraram que essa inserção não pode ser de qualquer modo, a qualquer custo, é necessário que a EA seja inserida na educação escolar no currículo que nasce no chão da escola, respeitando suas características como culturais, políticas, éticas e socioambientais. Isso significa que compreendo a EA seja incorporada como uma atividade núcleo da escola e seja tratada de forma a superar a sua inserção intelectual onde se possa permitir aos alunos e a comunidade as ferramentas necessárias para acesso ao saber elaborado, no caso ao saber ambiental elaborado pela ciência (epistêmica e cognitiva) e pela sociedade através das discussões que fomentam os pressupostos da educação ambiental.

Constatamos, nos capítulos teóricos desta dissertação, assim como nas várias respostas fornecidas pelos sujeitos pesquisados, ou seja, docentes, discentes, coordenadores pedagógicos e equipe gestora da unidade escolar municipal pública que a concepção de EA apresenta entendimentos diversos por motivos multifatoriais e com desafios relacionados a concepção, atuação docente, discente e gestão entre outros. Entendemos ter respondido ao objetivo geral deste trabalho de pesquisa, que foi compreender a concepção da comunidade escolar, em

referência estudada a Escola Municipal Parque Verde, acerca da Educação Ambiental (EA),
 Endereço: Av. Cardeal da Silva, 265 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio G
 Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902
 UF: BA Município: SALVADOR
 Telefone: (71)3203-8913 E-mail: cep@ucsal.br

Dentre os principais desafios profissionais e institucionais sinalizados no desenvolver da dissertação que foram sinalizados pelos educadores para a efetivação da EA no contexto escolar, dentre eles: a concepção acerca da educação ambiental ainda é muito centrada no ser humano e não integralizada, desconhecimento das diretrizes educacionais voltadas para a EA na escola, dificuldades no processo de ensino e aprendizagem no formato remoto principalmente com a convivência das novas tecnologias da educação, também a dificuldades dos alunos ao acesso a materiais tecnológicos e ausência do poder público para dirimir essas questões voltadas no período da pandemia, ausência de formação docente na área ambiental, excesso de carga horária de trabalho, professores voltados apenas para as suas disciplinas específicas com abordagens isoladas e conteudistas; falta de tempo dos profissionais para pesquisar e planejar propostas novas e a ausência de apoio da gestão institucional em desenvolver ações ambientais.

Quando questionados, os profissionais da educação da referida escola, demonstraram relativa clareza em relação ao conceito de EA no cenário atual, bem como da sua importância do trabalho de forma de análise de competências e habilidades pressupostos básicos da BNCC, sobre esta temática e este como possibilidade de inserção das questões socioambientais no currículo escolar, visto que, não podemos descaracterizar o currículo que é a essência da unidade escolar e a maioria aponta a articulação da EA com as diversas realidades da sociedade, a fim de promover conhecimento, criticidade, compreensão e percepção dos vários fatores do meio ambiente, permitindo mudança de hábitos e posturas comportamentais traduzidas em ações que buscam a manutenção e a melhoria da qualidade de vida.

Pode-se concluir nessa primeira visão acerca das temáticas ambientais com a pesquisa que os profissionais percebem que a abordagem baseada em competências e habilidades sobre o meio ambiente não permite a comunidade escolar uma maior contextualização dos conteúdos, uma vez que esta abordagem inviabiliza o planejamento de atividades que enfatizam as necessidades e demandas dos sujeitos inseridos no processo. Assim, torna-se impositiva a cooperação/interação entre todas as disciplinas.

Foi bem perceptível na dissertação que não é tão simples para que os discentes entenderem-se como parte de um Meio Ambiente equilibrado, quando ela compreende o ser humano como um agente causador de desequilíbrios ambientais, que culminam com a modificação abrupta e

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador - Campus Federação. Comitê de Ética, Prédio E
 Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902
 UF: BA Município: SALVADOR
 Telefone: (71) 3203-8913 E-mail: cen@ucsal.br

Neste princípio relevante visto que atualmente, fala-se muito em atividades colaborativas como importante estratégia de ensino e aprendizagem no território e que de fato são importantes porque viabiliza a interação social e a negociação de significados e se torna no ambiente estudado nas comunidades educadoras principalmente na área de Educação Ambiental estão abandonando práticas tradicionais que não destacam a negociação de significados e acabam promovendo a aprendizagem mecânica, não significativa.

No desenrolar desta dissertação percebemos que os resultados encontrados no início do processo formativo revelam o quanto a concepção naturalista está presente na formação dos estudantes que representam o Meio Ambiente de forma a considerar, sobretudo, os aspectos naturais em detrimento dos aspectos sociais e políticos, demonstrando que os mesmos parecem ter muito mais contato com características da EA Conservadora. Ficou evidente a importância da EA nesta dissertação, uma vez que, a BNCC estruturada nas competências e habilidades busca promover uma padronização curricular para avaliações nacionais, desconsiderando que as escolas já possuem currículos fundamentados nos documentos curriculares já existentes. São esses currículos que são delineadores que devem ganhar notoriedade, pois parte desse processo e orientações nacionais e imprimem suas características locais.

Nesse sentido, após o desenvolvimento do processo formativo, percebemos que há uma crescente aproximação entre as representações de Meio Ambiente dos estudantes com a realidade vivenciada por eles, revelando traços de que começaram a perceber o seu próprio Meio Ambiente, sem recorrer necessariamente a representações externas ao seu contexto social que vem sendo constantemente veiculadas pela mídia. Isto pôde ser verificado à medida que os estudantes começaram a representar em seus desenhos elementos artificiais que envolvem construções e ferramentas humanas e ainda a presença, mesmo que implícita, de relações sociais, ao mesmo tempo em que ocorre nítida diminuição da presença dos elementos naturais. Isso revela que nas atividades voltadas ao ensino e aprendizagem na temática ambiental é importante levar em conta a história de vida, os valores, os significados e as crenças dos sujeitos envolvidos no processo.

Contudo, esta pesquisa pôde demonstrar ser possível a transição de uma concepção ambiental para outra, a depender da maneira como ocorre a inserção da EA no âmbito escolar, além de promover e permitir e entender que a EA pode contribuir significativamente no

processo de ensino e aprendizagem, uma vez que possibilita ampliar a percepção ambiental dos sujeitos envolvidos, colaborando para que desenvolvam uma visão mais integrada dos processos ecológicos, científicos, culturais, políticos, históricos e econômicos, ou seja, estes

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de E.A., Prédio C

Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902

UF: BA **Município:** SALVADOR

Telefone: (71)3203-8918 **Email:** cep@ucsal.br

passarão a perceber-se como integrantes de um Meio Ambiente amplamente diversificado e complexo, saindo de concepções reducionistas e alcançando uma compreensão mais abrangente da sua realidade. Para tanto, se faz necessário que essa temática esteja alinhada ao currículo escolar não dissociando os saberes científicos dos ambientais em nenhum momento da práxis pedagógica, seja na escola (formal) ou fora dela (informal).

Apesar da grande importância que as discussões ambientais assumem no cenário atual, entendemos que há ainda muito a ser feito em relação à efetivação da EA no contexto escolar, pois esta, implica uma mudança de paradigmas educacionais para se consolidar neste espaço, a EA necessita desenvolver atividades educativas em caráter permanente e constante, numa abordagem crítica, emancipadora, integrativa e contextualizada de seus temas com interfaces de política pública de fato como ela necessita.

Nesta nova dimensão, as escolas devem ser estimuladas e apoiadas para o ajuste de seus currículos a fim de atender as necessidades que visem um futuro sustentável a partir da formação de uma consciência crítica e responsabilidade ambiental de toda a comunidade escolar.

Ademais, o estudo restaura a necessidade eminente de pesquisas nessa área realizadas a longo prazo, dado a constatação de que todo processo educativo ambiental requer tempo, zelo, acolhimento e assim como qualquer mudança significativa que se espere no cenário educacional. De certa forma, esta pesquisa balizou por seus contributos para a área da Educação ambiental se inserindo no movimento de articulação entre campos que se desenvolveram historicamente de maneira autônoma e relacional. Evidencia, portanto, a ideia de que é possível desenvolver essa temática no cerne contextualizada e transformador, sem a necessidade de trabalhar os conteúdos científicos de forma separada dos saberes ambientais.

Diante desse cenário que se apresenta ainda é cedo para avaliar a totalidade dos impactos, retrocessos e progressos na educação ambiental em função das medidas adotadas neste período da pandemia, mas certamente, tem sido de muito aprendizado para a comunidade escolar, no sentido de novas perspectivas educacionais em todos os níveis de ensino. É preciso repensar a concepção de aprendizagem, da ação pedagógica, do currículo e dos próprios sujeitos do processo educacional; é preciso fomentar a tendência do ensino *online* aliado ao ensino presencial na educação básica e secundária, em prol de uma educação transformadora,

emancipatória, inclusiva e de qualidade.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G

Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902

UF: BA **Município:** SALVADOR

Telefone: (71) 3203-8918

E-mail: cen@ucsal.br

Assim, as ações pedagógicas em EA, de acordo com as respostas encontradas são consideradas fundamentais quando realizadas em grupo, uma vez que a participação de todos

promove, de maneira efetiva, as trocas, as reflexões e as mudanças de atitudes numa perspectiva comunitária, cabendo a sociedade e ao Estado o fomento de ações participativas visando o desenvolvimento do sentimento de pertencimento.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913

REFERÊNCIAS
E-mail: cep@ucsal.br

ADAMS, Berenice Gehlen. A importância da Lei 9.795/99 e das diretrizes curriculares nacionais da Educação Ambiental para docentes. **Revista Monografias Ambientais**, v. 10, n. 10, p. 2148-2157, 2012. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=import%C3%A2ncia+da+Lei+9795%2F99+e+das+Diretrizes+Curriculares+Nacionais+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+Ambiental+para+Docentes.&btnG=.Acesso em 11 mar.2021.

AGUDO, M.M; MAIA, J.S.S.; TEIXEIRA, L.A. A formação do professor educador ambiental crítico: o papel dos conteúdos em seu processo formativo. In: Anais do VIII EPEA, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321934399_A_formacao_do_professor_educador_ambiental_critico_o_papel_dos_conteudos_em_seu_processo_formativo. Acesso em: 15 abr. 2021.

ARRUDA, E. P. (2020). Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. *EmRede-Revista de Educação a Distância*, 7(1), 257-275.

ASANO, Juliete Gomes Póss; POLETTO, Rodrigo de Souza. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: EM BUSCA DE UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL, E OS DESAFIOS ENFRENTADOS NAS ESCOLAS. **Revista Caderno Pedagógico**, [S.l.], v. 14, n. 1, jun. 2017. ISSN 1983-0882. Disponível em: <<http://www.univates.br/revistas/index.php/cadped/article/view/1418/1168>>. Acesso em: 25 mar. 2021).

AUSUBEL, D. (2003). Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Plátano Edições Técnicas.

_____. Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 2000.

AUSUBEL, D. (1978). Psicologia educativa: um ponto de vista cognoscitivo. México: Trilhas.

BAHIA. Decreto 19.083 de 07 de junho de 2019 . Regulamenta a Lei nº 12.056, de 07 de janeiro de 2011, que institui a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia, e dá outras providências. Salvador: DOE, 2019. BAHIA. Lei n.12.056 de 07 de janeiro de 2011 Institui a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia, e dá outras providências. Salvador: SEMA, 2012.

BAHIA. Lei n.13.559 de 11 de maio de 2016. Aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia e dá outras providências. Salvador: DOE, 2016.

BAHIA. Lei nº. 13.204 de 11 de dezembro de 2014. Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Diário Oficial

do Estado da Bahia, Salvador, 12 de dez. 2014. Disponível em: <http://www.secom.ba.gov.br/arquivos/File/LEI13204.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2021.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio C
Bairro: Fátima, CEP: 40251-902
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 E-mail: cep@ucsal.br

_____. Secretaria da Educação. Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional da Bahia -ProEASE. 2. ed. Salvador: SEC, 2015.

_____. Secretaria de Meio Ambiente. Informações sobre a CIEA. Salvador: Secretaria de Meio Ambiente, 2016. Disponível em: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/odules/conteudo/conteudo.php?conteudo=58>. Acesso em: 27 ago. 2016.

BRASIL. Decreto nº. 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção 1, p. 13, 26 jun. 2002.

BRASIL. Governo Federal. Agenda 21: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. Brasília, 2018b

BRASIL. Portaria no343, de 17 de março de 2020. . 2020, p. 1–3.

BITTENCOURT, Jane. A Base Comum Curricular: uma análise a partir do ciclo de políticas. Anais do XII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, Curitiba, 2017, p. 553 – 569.

BONAMINO, Alícia; MARTINEZ, Silvia Alicia. **Diretrizes e parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental**: a participação das instancias políticas do estado. 2002. Disponível em: <www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 11 mar. 2021.

BOURDIER, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

BORCHI MENDES, C.; BIONDO LHAMAS, A. P.; SOBRAL DA SILVA MAIA, J. Aspectos da Educação Ambiental crítica: reflexões sobre as desigualdades na pandemia da COVID-19. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 15, n. 4, p. 361-379, 3 ago. 2020.

BRANCO, Emerson Pereira; ROYER, Marcia Regina; DE GODOI BRANCO, Alessandra Batista. **A abordagem da Educação Ambiental nos PCNS, nas DCNS e na BNCC. Nuances: estudos sobre Educação**, v. 29, n. 1, 2018. DOI: <https://doi.org/10.32930/nuances.v29i1.5526>. Acesso em: 29 mar 2021;

CABRERA, W. B. A ludicidade para o ensino médio na disciplina de biologia: contribuições ao processo de aprendizagem em conformidade com os pressupostos teóricos da aprendizagem significativa. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007. 158 p.

Endereço:	Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Etica, Prédio 5
Bairro:	Imbuizinho, Salvador, BA, 41234-902
UF:	BA
Telefone:	(71) 3233-8913

CABRERA, W. B. & SALVI, R. F. A ludicidade no Ensino Médio: Aspirações de Pesquisa numa perspectiva construtivista. In: **ATAS DO V ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS**, 5, Bauru, 2005. Anais... Bauru, SP, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 2005. p. 1- 11.

CARVALHO, I. C. de M. O sujeito ecológico: a formação de novas identidades na escola. In: PERNAMBUCO, Marta; PAIVA, Irene. (Orgs.). Práticas coletivas na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

CARVALHO, I. C. M. O “ambiental” como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da EA. In: SAUVÉ, L.; ORELLANA, I.; SATO, M. Textos escolhidos em EA: de uma América à outra. Montreal: Publications ERE-UQAM, 2002, Tomo I, p. 85-90.

CARVALHO, L. M. (2006). A Temática Ambiental e o Processo Educativo: dimensões e abordagens. In: Cinquenti, H. S. & Logarezzi, A. Consumo e Resíduos – Fundamentos para o trabalho educativo (pp. 19-41). São Carlos: EdUFSCar.

CARVALHO, Saulo Rodrigues; MARTINS, Ligia Marcia. A escola pública e as competências para o mercado: realidade e mitos. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, v.1, n.1, p.141 – 149, 2013.

CASTELLS, M.. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M.. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2003

CASTORIADIS, C. Instituição Imaginária da Sociedade. Tradução Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COLOMBI, A. P. et al. **Emprego, trabalho e renda para garantir o direito à vida**. GT – Mundos do Trabalho: Reformas, do CESIT. Disponível em: https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2020/04/Versa%cc%83o.final_.pdf . Acesso em: 13 abr. 2021.

COLL, César. Aprendizagem escolar e construção do conhecimento. 2ª impressão. Porto Alegre: Editora Artmed, 2002.

CORDEIRO, K. M. D. A. (2020). O Impacto da Pandemia na Educação: A Utilização da Tecnologia como Ferramenta de Ensino. Recuperado de <http://oscardien.myoscar.fr/jspui/handle/prefix/1157>

CHALITA, G. Educação: a solução está no afeto. São Paulo, Gente, 2004. 151 p.

CRUZ, Lilian Giacomini. Políticas públicas de educação ambiental: um estudo sobre a agenda 21 escolar. 2014. 200 f. Tese (doutorado)- Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/110911>>.

DANTAS, J.O.; SANTOS, M.B.; SOARES, M.J.N. Educação Ambiental e Educação do Campo: distanciamento epistemológico e aproximações pedagógicas. Anais EPEA, 2019. Universidade Federal de Sergipe, 2019. Disponível em: http://epea.ufsergipe.br/epea2019_anais/pdfs/plenary/0262-1-B-01.pdf. Acesso em: 13 abr. 2021.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio C

Bairro: FEDERAÇÃO

CEP: 40.231-902

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3203-8913

E-mail: cep@ucsal.br

DA CRUZ, Ana Cristina Souza; ZANON, Ângela Maria. Agenda 21 potencialidade para Educação Ambiental visando à sociedade sustentável. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 25, 2010.

DA SILVA LIMA, Luiza et al. APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA–O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NO ENSINO REMOTO. **Anais do Seminário Internacional de Educação (SIEDUCA)**, v. 5, n. 1, 2020.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil platôs.v.1. São Paulo: Editora 34, 2011a._____. Mil platôs.v. 2. São Paulo: Editora 34, 2011b.

DEMOLY, KARLA ROSANE DO AMARAL; SANTOS, JOCEILMA SALES BIZIU DOS. APRENDIZAGEM, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ESCOLA: MODOS DE EN-AGIR NA EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES E PROFESSORES. **Ambient. soc.**, São Paulo , v. 21, e00872, 2018 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2018000100301&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Apr. 2021. Epub July 10, 2018. <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0087r2vu1811ao>.)

DIAS, G. F. Educação Ambiental: princípios e práticas. 9 ed. São Paulo, Gaia, 2004. 541 p.

DICKMANN. Ivo; FRIGOTTO. Gaudêncio; PERTUZATTI. Ieda. Currículo integrado, Ensino Médio Técnico e Base Nacional Comum Curricular: Entrevista com Gaudêncio Frigotto. In: Revista e-Curriculum. v. 15, n.3, p. 871 – 88. 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/30272>. Acesso em: 16 mar. 2021.

DIEGUES, A. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos anos novos paradigmas. São Paulo em Perspectiva,São Paulo, v. 6, n. 1 e 2,jan./jun., 1992. Disponível em: http://www.michaeljonas.com.br/meu%20trabalho/fca_grad/Economia%20II/Apo/Desenvolvimento%20Sustentavel.pdf. Acesso em: 08 dez. 2016.

DIESEL, A., Baldez, A. L. S., & Martins, S. N. (2017). Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. *Revista Thema*, 14(1), 268-288.

FRANCO, M. I. "Agenda 21 na Educação: Construindo Ferramentas Pedagógicas para Trilhar o Caminho da Sustentabilidade". In: Agenda 21 – Educação Ambiental em Áreas de Proteção aos Mananciais. Sociedade Ecológica Amigos de Embu – SEAE/Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO. Embu, São Paulo, pp. 8-14, 2006a.Disponivem em < <https://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/v20n2.pdf>> Acesso em: 15 junho.2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 36 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FLICKINGER, H. G. **Gadamer & Educação Belo Horizonte: autêntica**. 2014.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio G

Bairro: FEDERAÇÃO

CEP: 40.231-902

UF: B FRASSON, F.; LABURÚ, C. E.; ZOMPERO, A. de F. APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Telefo CONCEITUAL, PROCEDIMENTAL E ATITUDINAL: UMA RELEITURA DA TEORIA

AUSUBELIANA. **Revista Contexto & Educação**, [S. l.], v. 34, n. 108, p. 303–318, 2019. DOI: 10.21527/2179-1309.2019.108.303-318. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/8840>. Acesso em: 20 maio. 2021.

FEHR A.R.; PERLMAN S. Coronaviruses: an overview of their replication and pathogenesis. In: MAIER H.; BICKERTON E.; BRITTON P. (eds) Coronaviruses. Methods in Molecular Biology, vol 1282. New York: Humana Press, p. 1-23, 2015.

FERNANDES, Elisângela. **David Ausubel e a aprendizagem significativa**. 2011. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/262/david-ausubel-e-a-aprendizagem-significativa>. Acesso em: 20 mai. 2021.

GADAMER, H. G. Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Tradução Flávio Paulo Meurer. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GARCIA, T. C. M., Morais, I. R. D., Zarus, L. G., & Rêgo, M. C. F. D. (2020). Ensino remoto emergencial: proposta de design para organização de aulas. Recuperado de https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/29767/1/ENSINO%20REMOTO%20EMERGENCIAL_proposta_de_design_organizacao_aulas.pdf

GASPI, S., & Júnior, C. A. D. O. M. (2018). Meio ambiente conectado: proposta pedagógica de um curso de extensão de educação ambiental através do ensino híbrido. *Revista Valore*, 3(1), 454-461.

GOMES, R.; MENDES, A. B. Educação Ambiental à luz da análise dialógica do discurso: saber científico e quadrinização no gênero textual cartilha quadrinizada. *Revista Estação Científica, Macapá*, v.2, n.2, p. 65-78, jul./dez. 2012.

GUERRA, A. F. S.; ORSI, R. F. M.; STEUCK, E. R.; SILVA, M. P. DA; SERPA, P. R.; SANTOS, B. C. DE L. S. DOS; ROCKETT, A. N. Educação Ambiental: a resistência e o esperar em tempos de pandemia. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 15, n. 4, p. 237-258, 1 ago. 2020.

GUIMARÃES, Iara Vieira. Ensinar e aprender Geografia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) / Teaching and learning geography in the National Curriculum Common Base (BNCC). *Ensino em Re-Vista*, v. 25, n. 4, p. 1036-1055, 20 dez. 2018.

GRISA, C.; NIEDERLE, P. É urgente inovar nas políticas alimentares fortalecendo a agricultura familiar. Ed. Opinião pública, maio 2020. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2020/05/e-urgente-inovar-nas-politicas-alimentares-fortalecendo-a-agricultura-familiar-por-catia-grisa-e-paulo-niederle/>. Acesso em: 13 abr. 2021

Bacich, L., & Moran, J. (2018). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Penso Editora.

Ender

Bairro

UF: B BOSELMANN, K.. O Princípio da Sustentabilidade : transformando direito e governança.

Telefo São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conceitos de educação ambiental. Brasília/DF: MMA, 2016. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>>. Acesso em: 7 mar. 2021.

-----, BRASIL
<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/educacaoambiental/prateleira-ambiental/programa-nacional-de-educacao-ambiental-pronea-5a-edicao/>

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria do Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília, 2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, Brasília, 05 out. 1988.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Diário Oficial da União, Brasília, 28 abr. 1999.

BRASIL. Educação ambiental por um Brasil sustentável: ProNEA, marcos legais e normativos. Brasília: MMA, 2018.

CARVALHO, I. C. M.. Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2012.

CNUMAD. Agenda 21. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: MMA/PNUMA/ONU. Brasília/DF. 2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=575&idMenu=9065>.

SENA, Carlos Augusto Batista et al. APRENDENDO EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A ESCOLA COMO UMA FERRAMENTA DE MUDANÇA SOCIAL. **APRENDENDO EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A ESCOLA COMO UMA FERRAMENTA DE MUDANÇA SOCIAL.**, p. 1-388-416.

FREITAS, R. F., Passos, B. M. A., Macêdo, M. A. L. D., Reis, V. M. C. P., Queiroz, F. G. V., Santos, G. S., & Rocha, J. S. B. (2019). Um novo percurso de trabalho: percepção do alunado dos cursos de graduação EAD UNIMONTES sobre a aplicação de nova metodologia de ensino com aulas ao vivo. Paidei@ -Revista Científica de Educação a Distância. Janeiro.11(19).

FRIZZO, T. C. E.; CARVALHO, I. C. de M. Políticas públicas atuais no Brasil: o silêncio da educação ambiental
&Current public policies in Brazil: the silence of environmental education
&Políticas públicas actuales en Brasil: el silencio de la educación ambiental. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. l.], n.

Ender

Bairro

UF: B

Telefone:

(71)3203-8913

E-mail: cep@ucsal.br

1, p. 115–127, 2018. DOI: 10.14295/remea.v0i1.8567. Disponível em: <https://seer.furg.br/remea/article/view/8567>. Acesso em: 7 mar. 2021.

GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira. Interesses mercadológicos e o “novo” ensino médio. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 20, p. 131 - 145, jan./jun. 2017.

COELHO, Lucas Ribeiro et al. Educação Ambiental no contexto escolar: análise dos trabalhos apresentados no Congresso Interdisciplinar em Educação, Saúde e Ambiente. *Revista Semiárido De Visu*, v. 8, n. 2, p. 344-355, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifsertao-pe.edu.br/ojs2/index.php/semiaridodevisu/article/view/1119>. Acesso em: 05 mar. 2021.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 2. ed. São Paulo: Global, 1998.

_____. **Elementos para a Capacitação em Educação Ambiental**. Bahia: Editus, 1999.

_____. **Fundamentos da Educação Ambiental**. Brasília: Universa, 2000.

_____. **Educação Ambiental: princípios e práticas**, São Paulo: Gaia, 9. ed., 2004.

DIAS, Isabel Simões. Competências em Educação: conceito e significado pedagógico. *Revista semestral da Sssoiação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, SP, v.14, n.1, p.73-78, 2010.

DUARTE, Laura; WEHRMANN, Magda. **Ambiente, desenvolvimento e sustentabilidade**. Boletim Vida e Natureza, Ambiente-Cultura, MEC/SEED, 2004.

FONSECA, Sergio Mattos. A Educação Ambiental como disciplina. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, v. 11, n. 1, p. 305-314, 2016. Disponível em <http://revbea.emnuvens.com.br/revbea/article/view/4154>. Acesso em 13 mar. 2021.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso. Construindo o sujeito de competência. *Revista de Administração Contemporânea*, Edição especial. P.173-196, 2001.

GUERRA, A. F. S.; ORSI, R. F. M. O ProNEA como Política pública: a Educação Ambiental e a arte do (re)encontro. *REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, [S. l.], p. 25–39, 2017. DOI: 10.14295/remea.v0i0.7140. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/7140>. Acesso em: 12 mar. 2021.

GIROTTO, Eduardo Donizetti. Entre o abstracionismo pedagógico e os territórios de luta: a base nacional comum curricular e a defesa do sentido público da educação. *Horizontes*, v.36, n.1, p.16-30, 2017.

GUIMARÃES, Silvana de Oliveira et al. Educação ambiental no contexto escolar público: desafios e possibilidades. 2016. Disponível em: http://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UCSAL-1_793e514cd57c4765774f9db1a28b7bae. Acesso em 06 mar. 2021.

Ender: _____ CEP: 40.231-902 Comitê de Ética. Prédio G

Bairro: FEDERAÇÃO

UF: BA GRÜN, M. *Ética e Educação Ambiental: A conexão necessária*. Campinas: Papirus, 2007

Telefone: (71)3203-8913

E-mail: cep@ucsal.br

HAYASHI, Carmino. Política Nacional de Meio Ambiente-Lei nº 6.938/81 e outros mecanismos de gestão e desenvolvimento sustentável no Brasil. **FACEF Pesquisa-Desenvolvimento e Gestão**, v. 18, n. 2, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unifacel.com.br/index.php/facefpesquisa/article/view/1092>. Acesso em: 10 mar.2021.

_____. INEP. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024: Linha de Base. Brasília, DF: Inep, 2014.

ICTV - International Committee on Taxonomy of Viruses. Virus Taxonomy: 2019 Release. Berlin, 2020. Disponível em: . Acesso em 20 jun. 2020.

LEFF, E. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. 9. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012.

LEFF, Enrique. Ecología y capital: racionalidade ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. Mexico: siglo xxi editores, S.A. de c.v., 2005.

_____. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Epistemologia Ambiental. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, n. 248, p. 27833-27841.

_____. Lei no 10.172/2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001.

LUCK, H. Gestão educacional: uma questão paradigmática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LU, R. et al. Genomic characterization and epidemiology of 2019 novel coronavirus: implications for virus origins and receptor binding. *Lancet*, v. 395, p. 565-574, 2020. DOI: 10.1016/S0140-6736(20)30251-8

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de pesquisa*, n. 118, p. 189-206, 2003.

JESUS, R. M. V. de; BELLO, M. A. O. A gestão da educação ambiental na Bahia. **Ambiente & Educação**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 331-352, 2019. DOI: 10.14295/ambeduc.v24i2.8377. Disponível em: <https://seer.furg.br/ambeduc/article/view/8377>. Acesso em: 18 mar. 2021.

LAYRARGUES, P. P. Pandemias, colapso climático, antiecológismo: Educação Ambiental entre as emergências de um ecocídio apocalíptico. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 15, n. 4, p. 1-30, 28 jul. 2020.

Enderc		us Federação. Comitê de Ética. Prédio G	
Bairro:	FEDERAÇÃO	CEP:	40.231-902
UF:	BA	Município:	SALVADOR
Telefone:	(71)3203-8913	E-mail:	cep@ucsal.br

LAYRARGUES, Phipippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. XVII, n.1, p.23 – 40, jan./mar.2014

KEITEL, L; PEREIRA, R; BERTICELLI, I, A. Paradigmas Emergentes, Conhecimento e Meio Ambiente. *Rev. Ensaio*, Belo Horizonte, v. 14, n. 01, p.131-146, jan-abr. 2012.

LOUREIRO, C. F. B. Educar, participar e transformar em Educação Ambiental. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*. Brasília, v. II N. 0, p. 13-20, 2004.

LOUREIRO, C.R.B; LIMA, M.J.G.S. A hegemonia do discurso empresarial de sustentabilidade nos projetos de Educação ambiental no contexto escolar: nova estratégia do capital. *Revista Contemporânea de Educação*, v.7, n.14,2012.

LOUREIRO, Solange Maria. Competências para sustentabilidade/desenvolvimento sustentável: um modelo para graduação em Engenharia no Brasil. Tese (programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção) – Universidade de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

LATOUR, B. Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise. Quais as atividades agora suspensas que você gostaria de que não fossem retomadas? Tradução Déborah Danowski. 2020. Laboratório de sensibilidades. Disponível em: <https://laboratoriodesensibilidades.wordpress.com/2020/03/31/bruno-latour-imaginar-gestos-que-barrem-o-retorno-da-producao-pre-crise-quais-as-atividades-agora-suspensas-que-voce-gostaria-de-que-nao-fossem-retomadas/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

LEHER, R. Reforma do estado: o privado contra o público. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 27-51, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000200003>

LINO, Lucília Augusto. As ameaças da reforma: desqualificação e exclusão. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 20, p. 75 - 90, jan./jun. 2017.

LOCATELLI, T. **A Utilização de Tecnologias no Ensino da Química**. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 03, Ed. 08, Vol. 04, pp. 5-33, 2018. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/tecnologias-no-ensino>.

LOCATELLI, Tamiris. A utilização da tecnologia, oficinas e jornadas interdisciplinares para desenvolver a aprendizagem significativa da educação ambiental: um ato de cidadania. **Revista Monografias Ambientais**, v. 1, p. 14, 2020.

LOPES, Alice Casimiro. Apostando na produção contextual do currículo. In: AGUIAR, Marcia Angela; DOURADO, Luiz Fernandes. *A BNCC na contra mão do PNE 2014- 2024: Avaliação e perspectivas*. Recife:ANPAE, 2018, p.23-27.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educar, participar e transformar em educação ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, 0, p. 13-20, 2004.

Ender	Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO	CEP: 40.231-902
UF: BA	LUCA, A. Mônica; AGUIAR, M.; SORRENTINO, M. Um olhar político para a educação ambiental do programa nacional de educação ambiental (PNEA). RUA , Campinas, SP, v. 22,
Telefone: 16713220318913	Email: car@uespb.br

n. 1, p. 151–176, 2016. DOI: 10.20396/rua.v22i1.8646074. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8646074>. Acesso em: 16 mar. 2021.

LUDOVICO, F. M., Machado, A. D., & Barcellos, P. D. S. C. C. (2019). O uso pedagógico de um software de apresentação digital interativa (SADI) para a mediação de aula a distância na modalidade síncrona. *InterLetras*. [Dourados, MS]. 8(30), 1-14.

MACEDO, K. D. D. S., Acosta, B. S., Silva, E. B. D., Souza, N. S. D., Beck, C. L. C., & Silva, K. K. D. D. (2018). Metodologias ativas de aprendizagem: caminhos possíveis para inovação no ensino em saúde. *Escola Anna Nery*, 22(3).

MAIA, J.S.S. Formação permanente de professores e a Educação Ambiental crítica no contexto da escola pública. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá*, v. 11, n. 2, p. 07-19, jul./dez. 2018.

MASINI, Elcie Aparecida F. Salzano. Aprendizagem significativa: condições para ocorrência e lacunas que levam a comprometimentos. *Aprendizagem Significativa em Revista/Meaningful Learning Review – V1(1)*, pp. 16-24, 2011. Na ed e acrílica à formação por competências. *Revista de Educação*, n.3, v.43-52,2007.ucação

MAZZEU, Lidiane Teixeira Brasil. A pedagogia histórico – crítico como expressão teórica do marxismo

MELARÉ, Daniela. Estilos de uso do espaço virtual: como se aprende e se ensina no virtual? *Inter-Ação*, Goiânia, v.1, n.34, p. 51-74, jan.-jun. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/issue/view/688/showToc>. Acesso em: 20 mai. 2021.

Mendonça, I. T. M., & Gruber, C. (2019). Interação síncrona na Educação a Distância a partir do olhar dos estudantes. *Informática na educação: teoria & prática*, 22(2).

MACHADO, Cimara Corrêa et al. A agenda 21 como um dos dispositivos da educação ambiental. 2007.Disponível em < <http://repositorio.furg.br/handle/1/6790>>. Acesso em 15 jun. 21.

MMA Ministério do Meio Ambiente. Brasília/DF. Agenda 21 e Biodiversidade. Disponível em: . Acesso em: 10 jun. 2021.

MORAES, R. F. DE. Medidas legais de incentivo ao distanciamento social: comparação das políticas de governos estaduais e prefeituras das capitais no Brasil. Brasília: [s.n.].

MORAIS DE SOUZA, S. C.; DAYANE SOARES DA SILVA, J. .; DE ARAÚJO CABRAL, M. . A TRANSIÇÃO DO ENSINO PRESENCIAL PARA O ENSINO REMOTO À DISTÂNCIA EM MEIO AO COVID-19. *Revista Aleph*, n. 35, 2 abr. 2021.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador.Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: Federação
UF: BA
Telefone: (71)3203-8913
E-mail: cep@ucsal.br

MOREIRA, M. A. (2011). *Aprendizagem Significativa: a teoria e textos complementares*. São Paulo: Editora Livraria da Física.

MORAN, J. (2018). *Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. Porto Alegre: Penso. Recuperado de http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/metodologias_moran1.pdf

NASCIMENTO, Regina Cláudia; DE SOUZA NOGUEIRA, Eliane Maria; RAMOS, Paulo Roberto. Uma análise da política de educação ambiental da Bahia. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 10, n. 5, p. 331-344, 2019. <https://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2019.005.0029>. Acesso em 16 mar.2021. disponível em: <http://sustenere.co/index.php/rica/article/view/3308>

NAPOLIS, Patricia Maria Martins et al. Educação ambiental: implementação da agenda 21 no Centro Municipal de Educação Infantil Monte Verde em Teresina/PI - (Brasil). **Revista Internacional de Ciências**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 3 - 26, jun. 2018. ISSN 2316-7041. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/ric/article/view/28813>>. Acesso em: 10 jun. 2021. doi:<https://doi.org/10.12957/ric.2018.28813>.

MACEDO, E. “A base é a base”: e o currículo o que é? In: AGUIAR, M. A.; DOURADO, L. F. (org.). *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas*. Recife: ANPAE, 2018. p. 28-33.

NARDY, M.; LABURÚ, C. E. Aprendizagem significativa e educação ambiental: um possível diálogo a partir de estratégias multimodais. *Revista em aprendizagem significativa*, v. 4, p. 26-36, 2014.

NOVAK, J. D. (1978). *A Theory of Education as a Basis for Environmental Education*. In: Bakshi, T. S. Y.; Naveh, Z. *Environmental education, principles, methods and applications* (pp. 129-138). New York and London: Plenum Press.

NOVAK, J. D. (2011). *Theory of education: meaningful learning underlies the constructive integration of thinking, feeling, and acting leading to empowerment for commitment and responsibility*. *Aprendizagem Significativa em Revista*, 1(2):1-14. Disponível em: . Acesso em 12 mai. 2021.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. —Políticas curriculares no contexto do golpe de 2016: debates atuais, embates e resistências|. In: AGUIAR, M. A. da S.; DOURADO, L. F. *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas*. Recife: ANPAE, 2018. p. 55-59.

PELIZZARI, A. KRIEGL, M. DE L.; BARON, M. P.; FINCK, N. T. L.; DOROCINSKI, S. I. Teoria da aprendizagem significativa segundo Ausubel. *Revista PEC*, v. 2, p. 37-42, 2002.

PELIZZARI, Adriana; KRIEGL, Maria de Lurdes; BARON, Márcia Pirih; FINCK, Nelcy Teresinha Lubi; DOROCINSKI, Solange Inês; Teoria da aprendizagem significativa segundo Ausubel. *Revista PEC*, Curitiba, v.2, nº1, p.37-42, jul. 2001-jul. 2002.

Ender

Bairro

UF: B

Telefone: (71)3203-8913

E-mail: cep@ucsal.br

PIFFERO, E. D. L. F., Soares, R. G., Coelho, C. P., & Roehrs, R. (2020). Metodologias Ativas e o ensino de Biologia: desafios e possibilidades no novo Ensino Médio. *Ensino & Pesquisa*.

TRAJBER, R. (org.) *Pensar o ambiente: bases filosóficas para Educação Ambiental*. Brasília: Edições MEC/Unesco, 2006. p. 61-73.

RANGEL T. R.; MIRANDA A. C. Atividade lúdica como inserção da educação ambiental no ensino fundamental. *Revista Educação Ambiental em Ação*. n. 5, 2016.

RIBEIRO, F. N. Complexidade e o pensamento complexo de Edgar Morin: Interloquções com a Educação Ambiental e Formação. *Caderno de Prod. Acad.-Cient. Vitória* v. 16 n. 2, p.81-92, 2010.

RODRIGUES, M. G. S. & COSTA, R. de S. O. da. A integração da educação formal e não-formal: participação e cidadania. In: CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, Rio de Janeiro, 2004. Anais... Rio de Janeiro, RJ, Ebape-FGV, 2004.

SANTOS, B. de S. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, S. M. P. *A ludicidade como ciência*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 2008. 227 p.

SANTOS, E. *Pesquisa-formação na cibercultura*. Teresina: EDUFPI, 2019.

SANTOS, E. O.; CARVALHO, F. S. P.; PIMENTEL, M. Mediação docente online para colaboração: notas de uma pesquisa-formação na cibercultura. *Campinas, SP, Educação Temática Digital*, v. 18, n. 2, p. 23-42, 2016.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da base nacional comum curricular. *Movimento*, Ano 3, n. 4. p. 54-84, 2016. Disponível em: <<http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/296/301>>. Acesso em 01 abr. 2021.

SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 380-392, Aug. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782010000200013&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000200013>.

SCHEIBE, L. Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo plano nacional de educação. *Campinas*; 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/17>> Com acesso em: 05 abr.2021.

SOARES, S.J.; BUENO, F.F.L.; CALEGARI, L.M.; LACERDA, M.M.; DIAS, R.F.N.C. O uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no processo de ensino-aprendizagem. Congresso ABED, 2015, Monte Carlos, MG. Disponível em: www.abed.org.br/congresso2015/anois/pdf/BD_145.pdf. Acesso em: 20 abr 2021.

Endereço:	Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio C
Bairro:	WEWEDUCA
UF:	BA
Município:	SALVADOR
Telefone:	(71)3203-8913
E-mail:	cep@ucsal.br

TELLES, M. DE Q.; DA ROCHA, M. B.; PEDROSO, M. L.; MACHADO, S. M. DE C. Vivências integradas com o meio ambiente. São Paulo: Sá, 2002. 144 p.

TESSARO, J. P. Discutindo a importância dos jogos e atividades em sala de aula. Disponível em: . Acesso em: 10 jan. 2019.

SPALDING, M., Rauen, C., de Vasconcellos, L. M. R., da Cruz Vegian, M. R., Miranda, K. C., Bressane, A., & Salgado, M. A. C. (2020). Desafios e possibilidades para o ensino superior: uma experiência brasileira em tempos de COVID-19. *Research, Society and Development*, 9(8), e534985970-e534985970.

TEROSSI, M. J.; SANTANA, L. C. Educação ambiental: tendências pedagógicas, fontes epistemológicas e a pedagogia de projetos. *Comunicações*, Piracicaba, v. 22, n. 2, p. 65-83, 2015.

TOMMASIELLO, Maria Guiomar Carneiro; DA ROCHA, Erilda Marques Pereira; BERGAMASHI, Elânia Maria Marques. A educação ambiental como tema transversal no Ensino Médio na perspectiva de professores. *Comunicações*, v. 22, n. 2, p. 35-64, 2015. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=A+educa%C3%A7%C3%A3o+ambiental+como+tema+transversal+no+ensino+m%C3%A9dio+na+perspectiva+de+professores&btnG=.Acesso em 24 mar.2021

OLIVEIRA, Lucas de; NEIMAN, Zysman. Educação ambiental no âmbito escolar: análise do processo de elaboração e aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 36-52, maio 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10474/7735>. Acesso em: 19 jun. 2020.

OZELAME, Diego Machado; DA SILVA GALLON, Mônica; DA ROCHA FILHO, João Bernardes. O QUE PENSA UM GRUPO DE LICENCIADOS SOBRE A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR?. *Revista Faz Ciência*, v. 22, n. 35, p. 51. Disponível em: <http://e-vesta.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/24997>. Acesso em: 05 mar.2021.

PORTUGAL, S.; SORRENTINO, M.. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação ambiental e suas contribuições à escola sustentável. In: BAGANHA, D. E.; VIEIRA, E. R.; MORTELLA, R. D.; ROSA, M. A.. Educação ambiental rumo à escola sustentável. Curitiba: SEED, 2018. p.9-17.

PINTO, Henrique Garcia; ALVES, Camila Gomes. Algumas considerações sobre o papel do Brasil na Rio+ 20—A geopolítica ambiental em ação!. *REVISTA GEONORTE*, v. 4, n. 12, p. 361-373, 2013. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Algumas+considera%C3%A7%C3%B5es+sobre+o+papel+do+Brasil+na+Rio+%2B20+&btnG=.Acesso em 09 mar.2021.

<p>Ender Bairro UF: B Telefone: (71)3203-8913</p>	<p>PEREIRA, Marlon Carlos Thomaz et al. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: o caso da Escola Estadual José do Patrocínio, Macapá/AP. Educação Ambiental no cotidiano: ações de proteção ambiental, p. E-mail: cep@ucsal.br</p>
---	---

25. Disponível em: <https://www2.unifap.br/editora/files/2020/09/educacao-ambiental-no-cotidiano.pdf#page=26>. Acesso em 09 mar.2021.

PECCATIELLO, Ana Flávia Oliveira. Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Editora UFPR, n. 24, p. 71-82, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução nº 2 de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192 Acesso 23/03/2021a.

_____. Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania. Coordenação-Geral de Educação Ambiental. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao13.pdf> Acesso 24/03/2021b

RODRIGUES, C. S.; SANTOS, C. C.; PEREIRA, N. R.. Educação ambiental como política pública no Estado da Bahia: um olhar sobre a PEEA-BA. *REMEA: Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, Rio Grande, v.33, n.2, p.286-301, 2016. DOI: <https://doi.org/10.14295/remea.v33i2.5714>. Acesso em 16 mar. 2021

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, P. M.; LORETO, M. das D. S. de. POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE BRASILEIRA: UMA ANÁLISE À LUZ DO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. **Perspectivas em Políticas Públicas**, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 297–335, 2020. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/4526>. Acesso em: 11 mar. 2021.

SANTOS, Hálca Ramos dos Análise do ENEM para Química : Perspectiva Curriculares a partir do ENEM e BNCC,2019 , 82 f. (Trabalho de Conclusão de Curso Graduação) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa - Bahia.

DA SILVA, Anayse de Fatima Santos; DA SILVA LOUREIRO, Marilena. OS REFLEXOS DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO FORMAL. **International Journal of Environmental Resilience Research and Science**, v. 2, n. 2. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ijerrs/article/view/26455>. Acesso em 12 mar.2021

SEGURA, Denise S. Baena. Educação ambiental nos projetos transversais. **Conceitos e práticas em educação ambiental na escola**, p. 95, 2007.

Endereço: Federação. Comitê de Ética. Prédio G	
Bairro: FEDERAÇÃO	CEP: 40.231-902
UF: BA	Município: SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913	E-mail: cep@ucsal.br

SENHORAS, E.M. Coronavírus e o papel das pandemias na história humana. Boletim de Conjuntura, ano II, vol. 1, n. 1, Boa Vista, p-30-36, 2020. Disponível em: <http://www.revista.ufr.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

SORRENTINO, Marcos; PORTUGAL, Simone. Educação Ambiental e a Base Nacional Comum Curricular. Parecer elaborado a pedido da Coordenação-Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação, 2016. Disponível em <http://ixfba-ivecea.unifebe.edu.br/wiew/information/downloads-consulta-publica/3.pdf> Acesso 29/03/2021.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos; COLESANTI, Marlene T. de Muno. Educação ambiental e as novas tecnologias de informação e comunicação. **Soc. nat. (Online)**, Uberlândia, v. 20, n. 1, p. 51-66, June 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132008000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1982-45132008000100003>.

SILVA, Heloína Oliveira da; BEZERRA, Renilton Delmundes. A importância da educação ambiental no âmbito escolar. Revista Interface, n. 12, p. 163-172, dez. 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/article/view/2007>. Acesso em: 10 jun. 2020.

DA SILVA, Ramon Luan Pereira et al. Análise da educação ambiental em contexto escolar: a importância e a metodologia aplicada na educação do meio ambiente. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 11, p. 85593-85604, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/19440>. Acesso em 09 mar.2020.

SANTOS, P. M.; LORETO, M. das D. S. de. POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE BRASILEIRA: UMA ANÁLISE À LUZ DO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. **Perspectivas em Políticas Públicas**, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 297–335, 2020. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/4526>. Acesso em: 11 mar. 2021.

SILVA, Silvana do Nascimento. O tema ambiente em um livro didático de biologia: uma análise a luz da teoria de Brasil Bernstein. 205 il. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Física, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2012.

SILVA, Silvana do Nascimento; EL – HANNI, Chabel. A abordagem do tema ambiente e a formação do cidadão socioambientalmente responsável. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, v.14, n.2, p. 225-234, 2014.

STEIN, LEILA MAGALI. HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL POR MEIO DE NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA E ATAS DO ENPEC. **Teses e**

Ender	Dissertações	PPGECIM,	2020. Disponível	em
Bairro	http://www.ppgecim.ulbra.br/teses/index.php/ppgecim/article/view/366			em: 05
UF:	Ba	Município:	SALVADOR	
Telefone:	(71)3203-8913	E-mail:	cep@ucsal.br	

SOUZA, P. C. M.; TRAJANO. S. As interfaces da Educação Ambiental na dimensão curricular: Uma análise documental. 2010 (Trabalho de conclusão de disciplina Stricto Sensu do PROPEC - Mestrado Profissional em Ensino de Ciências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro).

STANKEVECZ, P. F.; CASTILLO, N. I. A construção da base nacional comum curricular na mídia: que atores e posições foram veiculados pelo jornal Folha de São Paulo. Horizontes, Itatiba, v. 36, n. 1, p. 31-48, 2018.

TANNOUS, Simone, GARCIA, Anice. Histórico e evolução da Educação Ambiental através dos tratados internacionais sobre o meio ambiente. **Nucleus- Revista Científica da Fundação Educacional de Ituverava**, v.5, n.2, out. 2008. DOI: <https://doi.org/10.3738/1982.2278.131>. Disponível em <http://www.nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/view/131/169>. Acesso em 07 mar.2021.

TIRIBA, L.; PROFICE, C. O direito humano à interação com a natureza. In : SILVA, A. M. M.; TIRIBA, L.. Direito ao ambiente como direito à vida: desafios para a educação em direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2014. p.47-77.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Contribuições para uma pedagogia crítica na educação ambiental: reflexões teóricas. **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação. Rio de Janeiro: Quartet**, p. 177-221, 2007. Disponível em https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=TOZONI-REIS%2C+M.+F.+C.+%22Contribui%C3%A7%C3%B5es+para+uma+pedagogia+cr%C3%ADtica+na+educa%C3%A7%C3%A3o+ambiental%3A&btnG=Acesso em 14 jun.2021.

UHDE, Eliane Marili et al. Práticas de Educação Ambiental em uma escola de campo. **Revista Brasileira De Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 16, n. 1, p. 114-129, 2021.
UNESCO. **Década das Nações Unidas da Educação para o desenvolvimento sustentável 2005-2014: documento final do plano internacional de implementação**. 2005. Disponível em https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=D%C3%A9cada+das+na%C3%A7%C3%B5es+Unidas+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+para+o+Desenvolvimento+Sustent%C3%A1vel&btnG=.Acesso em 07 mar.2021.

VASSOLER, Márcia Cecília. n. 18 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PLANO NACIONAL E ESTADUAL DE EDUCAÇÃO: REFLEXÕES NECESSÁRIAS. **Jornal de Políticas Educacionais**, [S.l.], v. 13, may 2019. ISSN 1981-1969. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/64554/39055>>. Acesso em: 06 apr. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/jpe.v13i0.64554>.)

WHO – World Health Organization. WHO timeline – COVID-19. Genebra, 2020a. Disponível em: . Acesso em 13 abr. 2020.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: Federação. **VENÇO, S. B.; CARNEIRO, R. F.** Para quem vai trabalhar na feira... essa educação está boa demais”: a **Município de Salvador** na sustentação da divisão de classes. Horizontes, Itatiba, v. 36, n. 1, p. 7-15, 2018. **E-mail:** cep@ucsal.br

ZHU, N. et al. A Novel Coronavirus from Patients with Pneumonia in China, 2019. The New England Journal of Medicine, v. 382, p. 727-733, 2020. DOI: 10.1056/NEJMoa2001017.

QUEIROZ, Tatiane Fróes; BERTOLDE, Fabiana Zanelato. MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: BRASIL, BAHIA E SALVADOR. 2019. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2020/ebook3/TRABALHO_EV140_MD7_SA100_ID7149_17092020160410.pdf. Acesso em 07 mar.2021.



**PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO
TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
DESTINADO AOS COORDENADORES/AS**

Prezados/as coordenadores/as,

Você está sendo convidado(a), como voluntário(a), a participar da pesquisa “**CAMINHOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL PARQUE VERDE, CAMAÇARI - BAHIA**” que está sendo desenvolvida por Carlos Martins Cardoso Lima no âmbito do mestrado acadêmico em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador – UCSAL, sob a orientação da professora Dra. Maina Pirajá Silva.

Nesta pesquisa pretendemos investigar de que maneira a educação ambiental está sendo desenvolvida na Escola Municipal Parque Verde, situada no município de Camaçari, estado da Bahia, e analisar a importância e os desafios da educação ambiental na formação dos alunos, focando no entendimento crítico de suas ações e responsabilidades no ambiente em que vivem e atuam. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é o de contribuir para os estudos de educação ambiental e sustentabilidade em escola pública, e tentar motivar mais os professores, alunos e a comunidade no engajamento e comprometimento com a problemática ambiental.

A sua participação não é obrigatória e a qualquer momento da pesquisa você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo na sua relação com o pesquisador, professor da Escola Municipal Parque Verde.

Caso decida aceitar o convite, você será inserido/a no seguinte procedimento: preenchimento de

questionário semiestruturado. Endereço: Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio G

Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902

UF: BA Município: SALVADOR

Telefone: (71) 3203-8913

E-mail: cep@ucsal.br

Todo o processo ocorrerá de forma virtual (aquele que envolve a utilização da internet, telefone e outros programas e aplicativos que utilizam esse meio) por causa da pandemia da Covid-19, através da plataforma *Google Forms*, sendo que este procedimento atende às prerrogativas para esta pesquisa

visando preservar os seus direitos, sua proteção e lhe dar segurança em ambiente virtual, ao que prevê a Resoluções do Conselho Nacional de Saúde – CNS – nº 466 de 2012 e a de nº 510 de 2016.

O questionário semiestruturado (criados no *Google Forms*) será aplicado para obter um melhor entendimento sobre seu contexto socioeconômico, dimensionamento de conceitos ambientais, atividades concernentes às práticas docentes e seu engajamento nos projetos, aplicações frente a BNCC nos planejamentos das aulas e se o professor utiliza, dentre outras formas, aplicações nos seus conteúdos na compreensão sobre questões que envolvem às temáticas de meio ambiente e educação ambiental. O tempo previsto para responder o questionário é de aproximadamente trinta (30) minutos e poderão ser utilizados equipamentos tecnológicos (computador, tablet ou celular). Caso você não possua, será feito um agendamento para que possa retirar ou utilizar o equipamento da própria escola.

Os riscos relacionados à sua participação são de níveis mínimos, já que são procedimentos não invasivo à intimidade do participante e nem provoca qualquer tipo de desconforto (físico ou emocional). Para minimizar esses riscos, utilizaremos técnicas e métodos adequados de pesquisa. Levaremos em consideração o universo pesquisado e suas peculiaridades para evitar qualquer tipo de intervenção ou modificação intencional em variáveis fisiológicas, psicológicas e sociais nos participantes. Caso sejam observados quaisquer tipos de desconforto, o estudo poderá ser suspenso para reavaliação.

Os riscos também são considerados mínimos por a pesquisa ser realizada em ambiente virtual. Para minimizar tais riscos, utilizaremos uma empresa bem conhecida e difundida no setor de serviços *online* e de *software*, o Google, que apresenta uma política de privacidade e segurança baseados em práticas recomendadas pelo setor.

Os benefícios relacionados à sua participação serão de grande valia porque através desta pesquisa podemos buscar resultados da postura ambiental de todas as partes envolvidas na Escola Municipal Parque Verde. Sabendo que nos tempos atuais esse tema é relevante e pertinente em termos de conhecimento da problemática ambiental para todos os envolvidos neste estudo. Entendemos também que a realização das oficinas pode ser um referencial motivador para professores e alunos se sentirem mais engajados e comprometidos no estudo da educação ambiental e, conseqüentemente, formar parceria com outras escolas por se tratar de uma prática no ambiente escolar.

A sua participação, bem como a de todas as partes envolvidas, como já foi mencionado, será voluntária, não havendo compensação financeira para tal. Não haverá também nenhum custo de sua parte. É válido ressaltar que se por ventura isso ocorra, haverá indenização nos casos pertinentes previstos em Lei (Res. CNS 510/16, III.9 e III.17). Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se. Mesmo que queira participar agora, o mesmo pode voltar ou parar de participar a qualquer momento.

Os dados/informações obtidos por meio da sua participação serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando sua identificação, sendo que não será incluso nenhum nome nas anotações do pesquisador, conforme informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável (artigo 5º da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD – nº 13.709, de 14 de agosto de 2018). Os resultados serão divulgados em seminários ou congressos, em forma de artigos e/ou capítulo de livro e no documento final de dissertação, entre outros meios científicos. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada, conforme a determinação da Res. CNS 510/16 III.17.

As informações obtidas através do preenchimento do formulário terão utilização somente para fins científicos. Assim, a sua participação é de extrema importância para que possamos conseguir atingir os objetivos estabelecidos.

Dessa forma, solicita-se a sua autorização para que possa responder nosso formulário, que possui algumas perguntas objetivas e subjetivas. Esta pesquisa se baseia em princípios éticos, identificados na

Endereço:	Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador - Campus Federação, Comitê de Ética, prédio 8
Bairro:	Podendo o mesmo ficar livre para interceder e preenchimento do formulário a qualquer momento.
UF:	BA - Município de SALVADOR
Telefone:	(71) 3303-8913
	E-mail: cep@ucsal.br

Caso você concorde em participar, será considerado o consentimento quando clicar na opção abaixo “Li e concordo em participar” (Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS). Após clicar nesta opção, você terá acesso às perguntas do questionário. Se não quiser participar, é só clicar na opção “Li e não concordo em participar”.

Sobre o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE):

- Li e concordo em participar.
- Li e não concordo em participar.
- Quero receber informações sobre os resultados da pesquisa.
- Quero receber uma cópia do TCLE e do questionário por e-mail.

Para esclarecimentos sobre a pesquisa: Carlos Martins Cardoso Lima. Contatos: (71) 98821-9065, e-mail: carlos.lima@ucsal.edu.br

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar: CEP- Comitê de Ética em Pesquisa – UCSAL. Campus Federação, Av. Cardeal da Silva, 205 - Federação, CEP: 40231-250 - Salvador/BA. Contatos: telefone - (71) 3203-8913, e-mail: cep@ucsal.br

Agradecemos a atenção dispensada.



PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO
TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
DESTINADO AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS

Prezados/as pais ou responsáveis,

O/A seu/sua filho/a está sendo convidado(a), como voluntário(a), a participar da pesquisa “**CAMINHOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL PARQUE VERDE, CAMAÇARI - BAHIA**”, em virtude dele/dela fazer parte do quadro de alunos do Ensino Fundamental na série que será feita a pesquisa desenvolvida por Carlos Martins Cardoso Lima, no âmbito do mestrado acadêmico em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador – UCSAL, sob a orientação da professora Dra. Maina Pirajá Silva.

Nesta pesquisa pretendemos investigar de que maneira a educação ambiental está sendo desenvolvida na Escola Municipal Parque Verde, situada no município de Camaçari, estado da Bahia, e analisar a importância e os desafios da educação ambiental na formação dos alunos, focando no entendimento crítico de suas ações e responsabilidades no ambiente em que vivem e atuam. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é o de contribuir para os estudos de educação ambiental e sustentabilidade em escola pública, e tentar motivar mais os professores, alunos e a comunidade no engajamento e comprometimento com a problemática ambiental.

A participação de seu/sua filho/a não é obrigatória e a qualquer momento ele/a poderá desistir, retirando seu consentimento. A recusa não trará nenhum prejuízo na relação dele/a com o pesquisador, professor da Escola Municipal Parque Verde.

Endereço: Rua Cardeal da Silva, 205 - Leuziziópolis - Camaçari - Bahia. CEP: 40231-250. E-mail: cep@ucsal.br
 Bairro: Federação
 UF: BA
 Município: SALVADOR
 Telefone: (71)3203-8913

Todo o processo ocorrerá de forma virtual (aquele que envolve a utilização da internet, telefone e outros programas e aplicativos que utilizam esse meio) por causa da pandemia da Covid-19, através de videoconferência na plataforma *Google Meet*, bem como será utilizada a ferramenta *Google Forms*, sendo que estes procedimentos atendem às prerrogativas para esta pesquisa visando preservar os direitos, a proteção e dar segurança aos participantes em ambiente virtual, o que prevê a Resoluções do Conselho Nacional de Saúde – CNS – nº 466 de 2012 e a de nº 510 de 2016.

Participarão da pesquisa alunos voluntários que cursam as turmas do 8º e 9º ano do ensino fundamental II matriculados e residentes no bairro onde se encontra a escola, sendo que todas as atividades ocorrerão em horário oposto aos das aulas, sem comprometer o andamento das atividades do currículo normal.

O questionário semiestruturado (criado no *Google Forms*) será aplicado para obter um melhor entendimento sobre o contexto socioeconômico e para auxiliar na compreensão sobre questões que envolvem às temáticas de meio ambiente e educação ambiental. No decorrer do processo em responder o questionário, assim como nas oficinas teórico-práticas, os participantes não serão fotografados e nem suas falas serão gravadas. O tempo previsto para responder o questionário é de aproximadamente 30 (trinta) minutos antes do término das referidas oficinas, e poderão ser utilizados equipamentos tecnológicos (computador, tablet ou celular). Caso o aluno não possua, será feito um agendamento para que ele possa retirar ou utilizar o equipamento da própria escola.

Serão realizadas 5 (cinco) oficinas teórico-práticas, com carga horária total de 40 (quarenta) horas, virtualmente através da plataforma *Google Meet*. As práticas envolverão vídeos, fotografias da paisagem (sem identificação do aluno), discussões e confecções de desenhos que abordem questões sobre às temáticas meio ambiente e educação ambiental, além da realização de práticas ecológicas sobre compostagem, hortas domésticas e reciclagem de resíduos sólidos.

Os riscos relacionados a participação do aluno são de níveis mínimos, já que são procedimentos não invasivo à intimidade do participante e nem provoca qualquer tipo de desconforto (físico ou emocional). Para minimizar ainda mais os riscos, utilizaremos técnicas e métodos adequados de pesquisa. Levaremos em consideração o universo pesquisado e suas peculiaridades para evitar qualquer tipo de intervenção ou modificação intencional em variáveis fisiológicas, psicológicas e sociais nos participantes. Caso sejam observados quaisquer tipos de desconforto, o estudo poderá ser suspenso para reavaliação.

Os riscos também são considerados mínimos por a pesquisa ser realizada em ambiente virtual. Para minimizar tais riscos, utilizaremos uma empresa bem conhecida e difundida no setor de serviços *online* e de *software*, o Google, que apresenta uma política de privacidade e segurança baseados em práticas recomendadas pelo setor.

Os benefícios relacionados à participação do aluno serão de grande valia porque através desta pesquisa podemos buscar resultados da postura ambiental de todas as partes envolvidas na Escola Municipal Parque Verde. Sabendo que nos tempos atuais esse tema é relevante e pertinente em termos de conhecimento da problemática ambiental para todos os envolvidos neste estudo. Entendemos também que a realização das oficinas pode ser um referencial motivador para professores e alunos se sentirem mais engajados e comprometidos no estudo da Educação Ambiental e, conseqüentemente, formar parceria com outras escolas por se tratar de uma prática no ambiente escolar.

A participação do aluno, bem como a de todas as partes envolvidas, como já foi mencionado, será voluntária, não havendo compensação financeira para tal. Não haverá também nenhum custo da parte do aluno. É válido ressaltar que se por ventura isso ocorra, haverá indenização nos casos pertinentes previstos em Lei (Res. CNS 510/16, III.9 e III.17). Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para deixar seu filho/a participar ou não. Mesmo que queira participar agora, o mesmo pode voltar ou parar de participar a qualquer momento.

Os dados ou informações obtidas por meio da participação do aluno serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando sua identificação, sendo que não será incluído nenhum nome nas anotações do pesquisador, conforme informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável (artigo 5º da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD – nº 13.709, de 14 de agosto de 2018). Os resultados serão divulgados em seminários ou congressos, em forma de artigos e/ou capítulo de livro e no documento

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio G
 Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902
 UF: BA Município: SALVADOR E-mail: cep@ucs.br
 Telefone: (71) 3203-8913

final de dissertação, entre outros meios científicos. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição e do aluno quando finalizada, conforme a determinação da Res. CNS 510/16 III.17.

As informações obtidas através do preenchimento do formulário terão utilização somente para fins científicos. Assim, a participação de seu filho/a é de extrema importância para que possamos conseguir atingir os objetivos estabelecidos.

Dessa forma, solicita-se à sua autorização para que seu/sua filho/a possa responder nosso formulário, que possui algumas perguntas objetivas e subjetivas, e participar das nossas oficinas teórico-práticas. Esta pesquisa se baseia em princípios éticos, identificados na Resolução do Conselho Nacional de Saúde 510/2016, que mantém a identidade do pesquisado em sigilo, podendo o mesmo ficar livre para interromper o preenchimento do formulário a qualquer momento. Informa-se que você pode recusar ou desistir, mesmo após o consentimento, sem haver nenhuma penalidade.

Caso você concorde que seu filho/a participe, será considerado o consentimento quando clicar na opção abaixo “Li e concordo que meu filho/a participe da pesquisa” (Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS). Se não quiser que ele/a participe, é só clicar na opção “Li e não concordo que meu filho/a participe da pesquisa”.

Sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE):

- Li e concordo que meu filho/a participe da pesquisa.
- Li e não concordo que meu filho/a participe da pesquisa.
- Quero receber informações sobre os resultados da pesquisa.
- Quero receber uma cópia do TCLE e do questionário por e-mail.

Para esclarecimentos sobre a pesquisa: Carlos Martins Cardoso Lima. Contatos: (71) 98821-9065, e-mail: carlos.lima@ucsal.edu.br

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar: CEP- Comitê de Ética em Pesquisa – UCSAL. Campus Federação, Av. Cardeal da Silva, 205 - Federação, CEP: 40231-250 - Salvador/BA. Contatos: telefone - (71) 3203-8913, e-mail: cep@ucsal.br

Agradecemos a atenção dispensada.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G	
Bairro: FEDERAÇÃO	CEP: 40.231-902
UF: BA	Município: SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913	E-mail: cep@ucsal.br



**PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO
TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
DESTINADO AOS PROFESSORES**

Prezados/as professores,

Você está sendo convidado(a), como voluntário(a), a participar da pesquisa “**CAMINHOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL PARQUE VERDE, CAMAÇARI - BAHIA**” que está sendo desenvolvida por Carlos Martins Cardoso Lima no âmbito do mestrado acadêmico em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador – UCSAL, sob a orientação da professora Dra. Maina Pirajá Silva.

Nesta pesquisa pretendemos investigar de que maneira a Educação Ambiental está sendo desenvolvida na Escola Municipal Parque Verde, situada no município de Camaçari, estado da Bahia, e analisar a importância e os desafios da educação ambiental na formação dos alunos, focando no entendimento crítico de suas ações e responsabilidades no ambiente em que vivem e atuam. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é o de contribuir para os estudos de Educação Ambiental e sustentabilidade em escola pública, e tentar motivar mais os professores, alunos e a comunidade no engajamento e comprometimento com a problemática ambiental.

A sua participação não é obrigatória e a qualquer momento da pesquisa você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo na sua relação com o pesquisador, professor da

<p>Endereço: Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio G Bairro: FEDERAÇÃO UF: BA Município: SALVADOR Telefone: (71) 3203-8913</p>	<p>CEP: 40.231-902</p> <p>Caso decida aceitar o convite, você será inserido/a no seguinte procedimento: preenchimento de questionário semiestruturado.</p> <p>E-mail: cep@ucsal.br</p>
--	--

Todo o processo ocorrerá de forma virtual (aquele que envolve a utilização da internet, telefone e outros programas e aplicativos que utilizam esse meio) por causa da pandemia da Covid-19, através de videoconferência na plataforma *Google Meet*, e será utilizada a ferramenta *Google Forms*, sendo que este procedimento atende às prerrogativas para esta pesquisa visando preservar os seus direitos, sua proteção e lhe dar segurança em ambiente virtual, ao que prevê a Resoluções do Conselho Nacional de Saúde – CNS – nº 466 de 2012 e a de nº 510 de 2016.

O questionário semiestruturado (criados no *Google Forms*) será aplicado para obter um melhor entendimento sobre seu contexto socioeconômico, dimensionamento de conceitos ambientais, atividades concernentes às suas práticas cotidianas sobre meio ambiente e se utiliza, dentre outras formas, aplicações nos seus conteúdos sobre a temática ambiental, e para auxiliar na compreensão sobre questões que envolvem às temáticas de meio ambiente e educação ambiental. O tempo previsto para responder o questionário é de aproximadamente trinta (30) minutos e poderão ser utilizados equipamentos tecnológicos (computador, tablet ou celular). Caso você não possua, será feito um agendamento para que possa retirar ou utilizar o equipamento da própria escola.

Os riscos relacionados à sua participação são de níveis mínimos, já que são procedimentos não invasivo à intimidade do participante e nem provoca qualquer tipo de desconforto (físico ou emocional). Para minimizar esses riscos, utilizaremos técnicas e métodos adequados de pesquisa. Levaremos em consideração o universo pesquisado e suas peculiaridades para evitar qualquer tipo de intervenção ou modificação intencional em variáveis fisiológicas, psicológicas e sociais nos participantes. Caso sejam observados quaisquer tipos de desconforto, o estudo poderá ser suspenso para reavaliação.

Os riscos também são considerados mínimos por a pesquisa ser realizada em ambiente virtual. Para minimizar tais riscos, utilizaremos uma empresa bem conhecida e difundida no setor de serviços *online* e de *software*, o Google, que apresenta uma política de privacidade e segurança baseados em práticas recomendadas pelo setor.

Os benefícios relacionados à sua participação serão de grande valia porque através desta pesquisa podemos buscar resultados da postura ambiental de todas as partes envolvidas na Escola Municipal Parque Verde. Sabendo que nos tempos atuais esse tema é relevante e pertinente em termos de conhecimento da problemática ambiental para todos os envolvidos neste estudo. Entendemos também que a realização das oficinas pode ser um referencial motivador para professores e alunos se sentirem mais engajados e comprometidos no estudo da Educação Ambiental e, conseqüentemente, formar parceria com outras escolas por se tratar de uma prática no ambiente escolar.

A sua participação, bem como a de todas as partes envolvidas, como já foi mencionado, será voluntária, não havendo compensação financeira para tal. Não haverá também nenhum custo de sua parte. É válido ressaltar que se por ventura isso ocorra, haverá indenização nos casos pertinentes previstos em Lei (Res. CNS 510/16, III.9 e III.17). Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se. Mesmo que queira participar agora, o mesmo pode voltar ou parar de participar a qualquer momento.

Os dados/informações obtidos por meio da sua participação serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando sua identificação, sendo que não será incluso nenhum nome nas anotações do pesquisador, conforme informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável (artigo 5º da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD – nº 13.709, de 14 de agosto de 2018). Os resultados serão divulgados em seminários ou congressos, em forma de artigos e/ou capítulo de livro e no documento final de dissertação, entre outros meios científicos. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada, conforme a determinação da Res. CNS 510/16 III.17.

As informações obtidas através do preenchimento do formulário terão utilização somente para fins científicos. Assim, a sua participação é de extrema importância para que possamos conseguir atingir

Endereço: Av. Costa Cabral, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G

Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902

UF: BA Município: SALVADOR

Telefone: uma pergunta objetiva e subjetiva. Esta pesquisa baseia-se em princípios éticos, identificados na

Resolução do Conselho Nacional de Saúde 510/2016, que mantém a identidade do pesquisado em sigilo, podendo o mesmo ficar livre para interromper o preenchimento do formulário a qualquer momento. Informa-se que você pode recusar ou desistir, mesmo após o consentimento, sem haver nenhuma penalidade.

Caso você concorde em participar, será considerado o consentimento quando clicar na opção abaixo “Li e concordo em participar” (Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS). Após clicar nesta opção, você terá acesso às perguntas do questionário. Se não quiser participar, é só clicar na opção “Li e não concordo em participar”.

Sobre o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE):

- Li e concordo em participar.
- Li e não concordo em participar.
- Quero receber informações sobre os resultados da pesquisa.
- Quero receber uma cópia do TCLE e do questionário por e-mail.

Para esclarecimentos sobre a pesquisa: Carlos Martins Cardoso Lima. Contatos: (71) 98821-9065, e-mail: carlos.lima@ucsal.edu.br

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar: CEP- Comitê de Ética em Pesquisa – UCSAL. Campus Federação, Av. Cardeal da Silva, 205 - Federação, CEP: 40231-250 - Salvador/BA. Contatos: telefone - (71) 3203-8913, e-mail: cep@ucsal.br

Agradecemos a atenção dispensada.



PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO
TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

APÊNDICE D - TERMO DE ASSENTIMENTO PARA OS ALUNOS/AS

Prezado/a aluno/a,

Você está sendo convidado/a, como voluntário/a, a participar da pesquisa “**CAMINHOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL PARQUE VERDE, CAMAÇARI - BAHIA**” que está sendo desenvolvida por Carlos Martins Cardoso Lima no âmbito do mestrado acadêmico em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador – UCSAL, sob a orientação da professora Dra. Maina Pirajá Silva.

Nesta pesquisa pretendemos investigar de que maneira a educação ambiental está sendo desenvolvida na Escola Municipal Parque Verde, situada no município de Camaçari, estado da Bahia, e analisar a importância e os desafios da educação ambiental na formação dos alunos, focando no entendimento crítico de suas ações e responsabilidades no ambiente em que vivem e atuam. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é o de contribuir para os estudos de educação ambiental e sustentabilidade em escola pública, e tentar motivar mais os professores, alunos e a comunidade no engajamento e comprometimento com a problemática ambiental.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

A sua participação não é obrigatória e a qualquer momento da pesquisa você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo na sua relação com o pesquisador, professor da Escola Municipal Parque Verde.

Caso decida aceitar o convite, você será inserido(a) nos seguintes procedimentos: preenchimento de questionário semiestruturado e participação de oficinas teórico-práticas.

Todo o processo ocorrerá de forma virtual (aquele que envolve a utilização da internet, telefone e outros programas e aplicativos que utilizam esse meio) por causa da pandemia da Covid-19, através de videoconferência na plataforma *Google Meet*, bem como será utilizada a ferramenta *Google Forms*, sendo que estes procedimentos atendem às prerrogativas para esta pesquisa visando preservar os direitos, a proteção e dar segurança aos participantes em ambiente virtual, o que prevê a Resoluções do Conselho Nacional de Saúde – CNS – nº 466 de 2012 e a de nº 510 de 2016.

Participarão da pesquisa alunos voluntários que cursam as turmas do 8º e 9º ano do ensino fundamental II matriculados e residentes no bairro onde se encontra a escola, sendo que todas as atividades ocorrerão em horário oposto aos das aulas, sem comprometer o andamento das atividades do currículo normal.

O questionário semiestruturado (criado no *Google Forms*) será aplicado para obter um melhor entendimento sobre o contexto socioeconômico e para auxiliar na compreensão sobre questões que envolvem às temáticas de meio ambiente e educação ambiental. No decorrer do processo em responder o questionário, assim como nas oficinas teórico-práticas, os participantes não serão fotografados e nem suas falas serão gravadas. O tempo previsto para responder o questionário é de aproximadamente trinta (30) minutos antes do término das referidas oficinas, e poderão ser utilizados equipamentos tecnológicos (computador, tablet ou celular). Caso o aluno não possua, será feito um agendamento para que ele possa retirar ou utilizar o equipamento da própria escola.

Serão realizadas cinco (5) oficinas teórico-práticas, com carga horária total de 40 horas, virtualmente através da plataforma *Google Meet*. As práticas envolverão vídeos, fotografias da paisagem (sem identificação do aluno), discussões e confecções de desenhos que abordem questões sobre às temáticas meio ambiente e educação ambiental, além da realização de práticas ecológicas sobre compostagem, hortas domésticas e reciclagem de resíduos sólidos.

Os riscos relacionados à sua participação são de níveis mínimos, já que são procedimentos não invasivo à intimidade do participante e nem provoca qualquer tipo de desconforto (físico ou emocional). Para minimizar esses riscos, utilizaremos técnicas e métodos adequados de pesquisa. Levaremos em consideração o universo pesquisado e suas peculiaridades para evitar qualquer tipo de intervenção ou modificação intencional em variáveis fisiológicas, psicológicas e sociais nos participantes. Caso sejam observados quaisquer tipos de desconforto, o estudo poderá ser suspenso para reavaliação.

Os riscos também são considerados mínimos por a pesquisa ser realizada em ambiente virtual. Para minimizar tais riscos, utilizaremos uma empresa bem conhecida e difundida no setor de serviços *online* e de *software*, o Google, que apresenta uma política de privacidade e segurança baseados em práticas recomendadas pelo setor.

Os benefícios relacionados à sua participação serão de grande valia porque através desta pesquisa podemos buscar resultados da postura ambiental de todas as partes envolvidas na Escola Municipal Parque Verde. Sabendo que nos tempos atuais esse tema é relevante e pertinente em termos de conhecimento da problemática ambiental para todos os envolvidos neste estudo. Entendemos também que a realização das oficinas pode ser um referencial motivador para professores e alunos se sentirem mais engajados e comprometidos no estudo da Educação Ambiental e, conseqüentemente, formar parceria com outras escolas por se tratar de uma prática no ambiente escolar.

A sua participação, bem como a de todas as partes envolvidas, como já foi mencionado, será voluntária,

não havendo compensação financeira para tal. Não haverá também nenhum custo de sua parte. É válido ressaltar que se por ventura isso ocorrer, haverá indenização nos casos pertinentes previstos em Lei (Res. CNS 510/16) e o participante terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para não participar se preferir.

E-mail: cep@ucsal.br

para participar ou recusar-se. Mesmo que queira participar agora, o mesmo pode voltar ou parar de participar a qualquer momento.

Os dados/informações obtidos por meio da sua participação serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando sua identificação, sendo que não será incluso nenhum nome nas anotações do pesquisador, conforme informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável (artigo 5º da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD – nº 13.709, de 14 de agosto de 2018). Os resultados serão divulgados em seminários ou congressos, em forma de artigos e/ou capítulo de livro e no documento final de dissertação, entre outros meios científicos. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada, conforme a determinação da Res. CNS 510/16 III.17.

As informações obtidas através do preenchimento do formulário terão utilização somente para fins científicos. Assim, a sua participação é de extrema importância para que possamos conseguir atingir os objetivos estabelecidos.

Dessa forma, solicita-se a sua autorização para que possa responder nosso formulário, que possui algumas perguntas objetivas e subjetivas, e participar das nossas oficinas teórico-práticas. Esta pesquisa se baseia em princípios éticos, identificados na Resolução do Conselho Nacional de Saúde 510/2016, que mantém a identidade do pesquisado em sigilo, podendo o mesmo ficar livre para interromper o preenchimento do formulário a qualquer momento. Informa-se que você pode recusar ou desistir, mesmo após o consentimento, sem haver nenhuma penalidade.

Caso você concorde em participar, será considerado o assentimento quando clicar na opção abaixo “Li e concordo em participar” (Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS). Após clicar nesta opção, você terá acesso às perguntas do questionário. Se não quiser participar, é só clicar na opção “Li e não concordo em participar”.

Sobre o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE):

- Li e concordo em participar.
- Li e não concordo em participar.
- Quero receber informações sobre os resultados da pesquisa.
- Quero receber uma cópia do TCLE por e-mail.

Para esclarecimentos sobre a pesquisa: Carlos Martins Cardoso Lima. Contatos: (71) 98821-9065, e-mail: carlos.lima@ucsal.edu.br

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar: CEP- Comitê de Ética em Pesquisa – UCSAL. Campus Federação, Av. Cardeal da Silva, 205 - Federação, CEP: 40231-250 - Salvador/BA. Contatos: telefone - (71) 3203-8913, e-mail: cep@ucsal.br

Agradecemos a atenção dispensada.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G	
Bairro: FEDERAÇÃO	CEP: 40.231-902
UF: BA	Município: SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913	E-mail: cep@ucsal.br

APÊNDICES E - QUESTIONÁRIO SOCIOAMBIENTAL E SOCIOECONÔMICO A SER APLICADO COM OS ALUNOS

Prezado(a) aluno(a),

Sou estudante do mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (PPTDS) da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), sob a orientação da Profa. Dra. Maina Pirajá Silva. Venho por meio deste solicitar à sua colaboração na realização da minha pesquisa, respondendo ao questionário semiestruturado a seguir, que tem como objetivos investigar de que maneira a educação ambiental está sendo desenvolvida na Escola Municipal Parque Verde, situada no município de Camaçari, estado da Bahia, e analisar a importância e os desafios da educação ambiental na formação dos discentes, focando no entendimento crítico de suas ações e responsabilidades no ambiente em que vivem e atuam.

A sua participação será de fundamental importância para a minha pesquisa.

Atenciosamente,

Carlos Martins Cardoso Lima

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 209 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G

Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902

UF: BA **Município:** SALVADOR

Telefone: 71 3203-9033 **E-mail:** cep@ucsal.br

PARTE I - QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS

1) Qual o seu sexo (Marque apenas uma resposta)

- Masculino
 Feminino
 Prefiro não definir

2) Qual a sua cor ou raça (Marque apenas uma resposta)

- Branca
 Preta
 Parda
 Amarelo
 Indígena
 Prefiro não definir

3) Qual a sua idade? (Marque apenas uma resposta)

- 10 a 12 anos
 13 a 15 anos
 Acima de 16 anos

4) Qual o seu ciclo de aprendizagem? (Marque apenas uma resposta)

- 8º ano
 9º ano

5) Quantas pessoas trabalham e ajudam na renda de sua casa? E quem são? (Não dar nomes. Colocar se é o seu pai, mãe, irmão, você, avô/avó etc.)

6) Qual a profissão do(s) seu(s) pai(s/mãe)?

7) Quantas pessoas moram com você e quem são? (Não dar nome. Só indicar o grau de parentesco: mãe, pai, irmão etc.)

8) A casa onde você mora é? (Marque apenas uma resposta)

- Própria (formal)
 Alugada (formal)
 Cedida (formal)
 Ocupação informal

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G

Bairro: FÉDERAÇÃO CEP: 41100-000

UF: B () 1 a 2

Telefc () 3 a 4

- 5 a 6
 mais de 6

10) Seus pais ganham o auxílio financeiro Bolsa Família? (Marque apenas uma resposta)

- Sim
 Não

11) Alguém da sua família recebeu o Auxílio Emergencial (Suporte financeiro na pandemia da Covid-19)?

- Sim
 Não

12) Se “SIM”, quem recebeu? (Exemplo: pai, mãe, irmão, você, avô/avó etc.)

13) Qual é o nível de escolaridade do seu pai? (Marque apenas uma resposta)

- Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)
 Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)
 Ensino Médio (antigo 2º grau)
 Ensino Superior
 Especialização
 Não estudou
 Não sei dizer

14) Qual é o nível de escolaridade da sua mãe? (Marque apenas uma resposta)

- Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental
 Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental
 Ensino Médio
 Ensino Superior
 Especialização
 Não estudou
 Não sei dizer

15) Você tem computador em casa? (Marque apenas uma resposta)

- Sim
 Não

16) Como tem acesso à internet em sua casa? (Marque apenas uma resposta)

- Sim
 Não

17) Se “NÃO”, onde você tem acesso à internet? (Pode marcar mais de uma resposta)

- Casa de parente
 Casa de amigo
 No vizinho
 Lan house

Ender

Bairro:

UF: BA

Telefone:

Município: SALVADOR

18) Qual o tempo de deslocamento da sua casa para escola? (Marque apenas uma resposta)

- Cerca de 5 minutos

- Cerca de 10 minutos
- Cerca de 15 minutos
- Cerca de 30 minutos
- Mais de 30 minutos

19) Como normalmente você se desloca da sua casa para a escola? (Marque apenas uma resposta)

- A pé
- De ônibus
- De carro
- De bicicleta
- Outra forma: _____

PARTE II – QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS

20) Para você o que é Meio Ambiente?

21) Já teve aula ou tem aula de educação ambiental? (Marque apenas uma resposta)

- Sim
- Não
- Não lembro

22) Se “SIM”, como a educação ambiental foi ou está sendo trabalhada? (Pode marcar mais de uma resposta)

- Aulas expositivas
- Horta escolar
- Visitas ecológicas
- Oficinas
- Projetos na escola
- Exploração do ambiente local
- Outro(s): _____

23) Na sua opinião, a educação ambiental deveria ser trabalhada com mais frequência na escola? (Marque apenas uma resposta)

- Sim
- Não
- Não acho necessário discutir educação ambiental

24) Aonde você aprende mais sobre meio ambiente? (Pode marcar mais de uma resposta)

- TV
- Livros
- Escolas
- Revistas
- Casa
- Internet
- Outro(s): _____

Ender

Bairro

UF: B

Telefc

25) Quais disciplinas abordam a questão ambiental na escola? (Pode responder com mais de uma disciplina)

- Geografia Artes
 Matemática Inglês
 Ciências Língua Portuguesa
 História Educação Física
 Filosofia

26) As ações de educação ambiental na escola aliam teoria e prática? (Marque apenas uma resposta)

- Somente prática
 Somente teoria
 Teoria e prática

27) Na sua visão, as ações de educação ambiental na sua escola:

- Foram eficientes
 Não foram eficientes
 Não tive educação ambiental
 Não sei informar

28) A escola é importante para desenvolver ações de educação ambiental? (Marque apenas uma resposta)

- Sim, muito importante
 Pouco importante
 Não é importante
 Não sei informar

29) Que tipo de problema ambiental é predominante na sua comunidade? (Pode marcar mais de uma resposta)

- Lixo
 Queimadas
 Desmatamento
 Poluição do ar
 Poluição da água
 Caça de animais silvestres
 Outro(s): _____
 Não existem problemas ambientais

30) Em sua escola você considera que há problemas ambientais? (Marque apenas uma resposta)

- Sim Não

31) Se “SIM”, quais problemas ambientais encontrados na sua escola? (Pode marcar mais de uma resposta)

- Lixo
 Poluição visual (paredes riscadas, chão sujo)
 Falta de água
 Outro(s): _____

32) Você considera que a nascente de rio (comumente chamada de “piscina”) do seu bairro seja poluída? (Marque apenas uma resposta)

- Sim Não

Ender

Bairro

UF: BA

Telefone

33) Se “SIM”, qual principal poluição da nascente (comumente chamada de “piscina”)? (Pode marcar mais de uma resposta)

Lixo

E-mail: cep@ucsal.br

- Esgoto
- ocupação das casas próximo a nascente
- Entulho de construção
- Não existe problema

34) Você considera importante a preservação da natureza? (Marque apenas uma resposta)
 Sim Não

35) Em sua opinião, a responsabilidade pelos problemas ambientais são do(a/e): (Marque apenas uma resposta)
 Governo
 Escola
 Todos
 Ninguém

36) Ter consciência ambiental é: (Marque apenas uma resposta)
 Sensibilizar, preservar, conservar e estar em harmonia com o ambiente
 Conhecer os conceitos relacionados ao meio ambiente
 Informar-se sobre os desequilíbrios sociedade-natureza

37) Na sua opinião, você acredita que as pessoas têm consciência que degradam o meio ambiente? (Marque apenas uma resposta)
 Sim
 Não

38) Na sua opinião, você contribui para a degradação do meio ambiente? (Marque apenas uma resposta)
 Sim
 Não

39) Se “SIM”, de que forma?

APÊNDICE F - QUESTIONÁRIO AOS DOCENTES - CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOCENTE

Prezado(a) professor(a),

Sou estudante do mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (PPTDS) da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), sob a orientação da Profa. Dra. Maina Pirajá Silva. Venho por meio deste solicitar à sua colaboração na realização da minha pesquisa, respondendo ao questionário semiestruturado a seguir, que tem como objetivos investigar de que maneira a educação ambiental está sendo desenvolvida na Escola Municipal Parque Verde, situada no município de Camaçari, estado da Bahia, e analisar a importância e os desafios da educação ambiental na formação dos discentes, focando no entendimento crítico de suas ações e responsabilidades no ambiente em que vivem e atuam.

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador, Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 **E-mail:** cep@ucsal.br

A sua participação será de fundamental importância para a minha pesquisa.

Atenciosamente,
Carlos Martins Cardoso Lima

PARTE I: IDENTIFICAÇÃO

1. Sexo

- Feminino
 Masculino
 Prefiro não definir

2) Cor ou raça

- Branca
 Preta
 Parda
 Amarelo
 Indígena
 Prefiro não definir

2. Faixa Etária

- 20 a 35 anos
 36 a 50 anos
 50 a 65 anos
 Acima de 65 anos

3. Formação

- Licenciatura Plena
 Bacharelado
 Especialização
 Mestrado
 Doutorado

4. Disciplina que leciona

- Língua Portuguesa
 Biologia/ Ciências
 História
 Geografia
 Matemática
 Artes
 Física
 Inglês
 Educação Física
 Filosofia

Outras: _____

5. Onde você exerce o magistério?

- Apenas em instituições de ensino público
 Em instituições de ensino público e particular

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G

Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902

UF: BA **Município:** SALVADOR

Telefone: (71) 3203-893 **Regime Especial de Direito Administrativo:** cep@ucsal.br

- PST (Prestação de Serviço Temporário)

7. Há quanto tempo aproximadamente você leciona?

- () 1 a 4 anos
 () 5 a 10 anos
 () 11 a 20 anos
 () 21 a 30 anos
 () mais de 30 anos

8. Em média, quantas horas você trabalha por semana?

- () 10 horas semanais
 () 20 horas semanais
 () 30 horas semanais
 () 40 horas semanais
 () Mais de 40 horas semanais

PARTE II: EDUCAÇÃO AMBIENTAL

9) Como o tema meio ambiente é desenvolvido em sua escola:

- () Tema transversal
 () Saídas de campo
 () Projetos
 () Eventos comemorativos
 () Disciplina(s) específica(s)
 () Outros: _____

10) Em sua opinião, o que poderia ser feito pela Secretaria de Educação para favorecer o desenvolvimento dos projetos de educação ambiental? (Pode marcar mais de uma resposta)

- () Cursos de formação dos envolvidos
 () Liberação para participação em eventos
 () Flexibilidade na carga horária do professor envolvido no projeto
 () Disponibilidade de recursos materiais em geral (papel, xerox, transporte)
 () Infraestrutura para saídas de campo
 () Outros: _____

11) A partir de sua escolha acima, enumere de 1 a 5 o grau de importância (quanto maior o número, maior a importância).

- () Cursos de formação dos envolvidos
 () Liberação para participação em eventos

Endereço: Avenida de Silvargos, 25, 4º andar, Professor de Salvador, Comitê de Ética, Prédio G

Bairro: FIDELIDADE, CEP: 41401-002

UF: BA Município: SALVADOR

Telefone: (71) 3203-8913

E-mail: cep@ucsal.br

() Outros

12) Você já participou de algum evento sobre educação ambiental?

Sim Não

13) Se “SIM”, qual(is)?

- Seminários e Congressos
 Fórum Permanente de Professores
 Cursos de educação ambiental promovida pela SEDUC
 Curso de Especialização
 Outros: _____

14) Você desenvolve atividades de educação ambiental em suas aulas?

Sim Não

15) Em caso afirmativo, enumere até 3 (três) estratégias pedagógicas que você mais utiliza:

- Aula expositiva
 Seminários
 Saídas de campo
 Gincanas
 Atividades na comunidade (ações práticas)
 Eventos comemorativos
 Filmes e vídeos
 Expressões artísticas (literatura, música, teatro, dança, etc.)
 Matérias de jornais, revistas e internet
 Outros: _____

16) Das palavras ou expressões abaixo relacionadas, assinale 3 (três) que, no seu entendimento, estão mais próximas de sua prática pedagógica em relação à educação ambiental?

- Percepção integrada do meio ambiente
 Articulação das diversas disciplinas
 Transversalidade
 Postura participativa
 Desenvolvimento de valores e atitudes comprometidos com a sustentabilidade
 Condizente com a expectativa de aprendizagem no nível de escolaridade da turma
 Processo contínuo
 Respeito às singularidades culturais locais
 Atividades em torno dos problemas concretos
 Relevante na problemática ambiental do Brasil

17) Qual o maior desafio que você encontra para desenvolver atividades de educação ambiental em suas aulas?

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G

Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902

UF: BA Município: SALVADOR

Telefone: (71)3203-8913 E-mail: cep@ucsal.br

18) Quais os meios de comunicação que você mais utiliza, no seu cotidiano, para manter-se informado sobre as questões ambientais? (Pode marcar mais de uma resposta)

- () Noticiários/documentários ambientais e filmes pela televisão
 () Jornais escritos
 () Revista (em geral ou científicas)
 () Vídeos educativos ou livros paradidáticos
 () Cursos oferecidos pela Secretaria
 () Pela internet
 () Não acompanho
 () Outros: _____

19) Em sua opinião, quais são os principais problemas ambientais que a comunidade do entorno da escola vivencia?

20) Na sua prática pedagógica, como você tem orientado seus alunos na resolução desses problemas?

21) No seu cotidiano, você possui uma prática social ligada à busca de soluções para os problemas ambientais que você e sua comunidade vivenciam?

- () Sim () Não

22) Se “SIM”, qual é a prática social?

23) O que você entende por meio ambiente?

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G

Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902

UF: BA **Município:** SALVADOR

Telefone: (71)3203-8913

E-mail: cep@ucsal.br

**APÊNDICE G - QUESTIONÁRIO A SER
APLICADO COM AOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS**

Prezado(a) coordenador(a),

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação, Comitê de Ética, Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO **CEP:** 40.231-902
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71) 3205-9999 **E-mail:** cep@ucsal.br

Sou estudante do mestrado em Planejamento, Territorial e Desenvolvimento Social (PPTDS) da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), sob a orientação da Profa. Dra. Maina Pirajá Silva. Venho por meio deste solicitar à sua colaboração na realização da minha pesquisa, respondendo ao questionário semiestruturado a seguir, que tem como objetivos investigar de que maneira a educação ambiental está

sendo desenvolvida na Escola Municipal Parque Verde, situada no município de Camaçari, estado da Bahia, e analisar a importância e os desafios da educação ambiental na formação dos discentes, focando no entendimento crítico de suas ações e responsabilidades no ambiente em que vivem e atuam.

A sua participação será de fundamental importância para a minha pesquisa.

Atenciosamente,
Prof. Carlos Martins Cardoso Lima

1) Sexo

- Feminino
 Masculino
 Prefiro não definir

2) Cor ou raça

- Branca
 Preta
 Parda
 Amarelo
 Indígena
 Prefiro não definir

3) Faixa Etária

- 20 a 35 anos
 36 a 50 anos
 50 a 65 anos
 Acima de 65 anos

4) Formação

- Licenciatura Plena
 Bacharelado
 Especialização
 Mestrado
 Doutorado

5) Onde você exerce o magistério?

- Apenas em instituições de ensino público
 Em instituições de ensino público e particular

6) Qual seu regime de trabalho?

- Efetivo
 REDA (Regime Especial de Direito Administrativo)
 PST (Prestação de Serviço Temporário)

7) Há quanto tempo aproximadamente você leciona ou coordena?

- 1 a 4 anos
 5 a 10 anos
 11 a 20 anos

21 a 30 anos

mais de 30 anos

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G

Bairro: FEDERAÇÃO

CEP: 40.231-902

UF: BA **Município:** SALVADOR

Telefone: (011) 3141-9999 **em média** quantas horas você trabalha por semana? **email:** cep@ucsal.br

10 horas semanais

- 20 horas semanais
- 30 horas semanais
- 40 horas semanais
- Mais de 40 horas semanais.

9) A escola desenvolve projetos de educação ambiental?

- Sim
- Não

10) Caso afirmativo, quantos e quais os projetos desenvolvidos durante o ano letivo? _____

11) Quantos professores estão envolvidos nos projetos de educação ambiental na Escola?

- Nenhum (0%)
- Em torno de 25%
- Em torno de 50%
- Em torno de 75%
- Todos participam (100%)

12) Como é a participação e o envolvimento dos alunos nos projetos de Educação Ambiental:

- Tem baixa motivação e não estão engajados no(s) projeto(s)
- São motivados para participar, mas não se engajam efetivamente no(s) projeto(s)
- São motivados e se engajam nos projetos da escola
- A escola desenvolve projetos de educação ambiental

13) Nos AC (atividades de coordenação), os professores planejam em suas respectivas disciplinas conteúdos voltados à educação ambiental?

- Raramente
- Ocasionalmente
- Sempre

14) Os projetos estruturantes voltados para Educação Ambiental estão voltados nos pressupostos orientadores da BNCC?

- Sim
- Não

15) Qual a periodicidade que se discutem projetos sobre educação ambiental na escola?

- Por unidade letiva
- Por semestre letivo
- Anualmente

ANEXO 1 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Endereço: Av. Cardeal da Silva, 205 - Universidade Católica do Salvador. Campus Federação. Comitê de Ética. Prédio G
Bairro: FEDERAÇÃO CEP: 40.231-902
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (71)3203-8913 E-mail: cep@ucsal.br